



**Relatório e Contas
1º Trimestre 2009**



Índice

1. Destaques.....	3
2. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO	4
3. Principais Indicadores	7
4. Resultados Consolidados.....	9
4.1. Demonstração de Resultados Consolidados	9
4.2. Balanço Consolidado	12
5. Telecomunicações	16
5.1. Negócio Móvel	16
5.1.1. Indicadores Operacionais	16
5.1.2. Indicadores Financeiros	18
5.2. Negócio Fixo	18
5.2.1. Indicadores Operacionais	18
5.2.2. Indicadores Financeiros	20
6. Software e Sistemas de Informação (SSI)	21
6.1. Indicadores Operacionais	21
6.2. Indicadores Financeiros	22
7. Online e Media	24
7.1. Indicadores Operacionais	24
7.2. Indicadores Financeiros	25
8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T09	26
9. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T09.....	27
10. Demonstrações Financeiras Consolidadas	28
11. Demonstrações Financeiras Individuais	94

Nota:

A informação financeira consolidada contida neste reporte é não-auditada e está baseada em Demonstrações Financeiras preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), tal como adoptadas pela União Europeia.



1. Destaques

- Crescimento sólido do número de **clientes do serviço móvel** (+10,0%) para 3,2 milhões de subscritores, tendo-se registado mais de 28 mil novos clientes no 1T09.
- O **volume de negócios** consolidado aumentou 1,3% para 241 milhões de euros, com as receitas de clientes do negócio móvel a registar uma subida de 0,9%, um resultado positivo no actual contexto económico e competitivo.
- Receitas de **internet e dados** representaram mais de 27% das receitas do serviço móvel neste trimestre, cerca de 2,1pp acima do valor registado no trimestre anterior.
- Resultado **EBITDA** de 45,4 milhões de euros, mais 33,2% que no 1T08, apesar do contexto fortemente competitivo e das reduções nas tarifas de *roaming*.
- O **CAPEX operacional** atingiu os 21,4 milhões de euros, representando 8,9% do volume de negócios.
- O **resultado líquido** atribuível ao Grupo foi positivo (0,2 milhões de euros), reflectindo uma melhoria de 5,7 milhões de euros relativamente ao mesmo período do ano anterior.
- A **SSI** gerou receitas de 40 milhões de euros neste trimestre (+48%), tendo mais do que duplicado o valor do EBITDA.
- A **dívida líquida** ascendeu a 350,9 milhões de euros, enquanto o rácio dívida líquida/EBITDA se manteve estável em cerca de 2,0x.



2. Mensagem de Ângelo Paupério, CEO

As condições macroeconómicas em Portugal e no mundo continuaram a deteriorar-se durante o primeiro trimestre de 2009, com a perda de confiança por parte de consumidores e empresários a determinar retrações significativas tanto ao nível do consumo como do investimento e, simultaneamente, gerando preocupações acrescidas sobre os riscos de desemprego e deflação. Até ao momento, os negócios da Sonaecom não têm sido afectados de forma significativa por este contexto negativo, à excepção das quedas de receitas de publicidade registadas pelo Público, em linha com as dificuldades sentidas na generalidade do mercado publicitário. Iremos, no entanto, continuar a avaliar de perto o impacto da actual crise na economia portuguesa e, em particular, nos nossos negócios, de forma a identificarmos potenciais medidas adicionais que venham a ser necessárias.

No primeiro trimestre de 2009, ainda que num panorama macroeconómico e competitivo exigente, fomos capazes de atingir um conjunto de resultados operacionais e financeiros positivos, em linha com as nossas estimativas, incluindo um crescimento sustentado da base de clientes móveis, um crescimento das receitas consolidadas e uma melhoria acentuada do EBITDA, resultante das iniciativas de controlo de custos postas em prática na segunda metade de 2008.

O **negócio móvel** regista, mais uma vez, um forte crescimento do número total de clientes, que ultrapassa em cerca de 10% o número correspondente ao ano anterior, atingindo mais de 3,2 milhões de subscritores no final do 1T09, um sinal inequívoco de que o esforço comercial e os investimentos realizados em 2008 estão a produzir resultados concretos. Esta *performance* é resultado de crescimento em todos os segmentos do negócio móvel. O aumento das receitas de clientes e a contenção de custos directos de serviços e de despesas em marketing e vendas permitiram uma subida substancial no EBITDA relativamente ao trimestre homólogo de 2008.

O investimento significativo na rede de telecomunicações móvel, levado a cabo também em 2008, permitiu o aumento da cobertura, da capacidade e qualidade das nossas redes GSM e 3G. Isto mesmo foi confirmado pelos resultados de um estudo recentemente promovido pelo regulador nacional, ao colocar a rede da Sonaecom numa posição de liderança em termos de cobertura global em UMTS/3G.

O **negócio fixo ULL** continuou a sentir uma forte pressão competitiva, com promoções agressivas a prolongaram-se pelo 1T09. Neste contexto, continuámos a concentrar-nos na protecção da base de clientes, através da entrega de mais valor e qualidade de serviço. Em resultado da menor base de clientes e da pressão exercida sobre os preços, o nosso negócio fixo gerou um EBITDA de 0,6 milhões de euros e uma margem de 1,0%, ambos os valores abaixo dos registados no 1T08.

Neste trimestre continuámos a instalação e o desenvolvimento da **rede de fibra** da Sonaecom, tendo actualmente já mais de 100 mil casas passadas. As reacções que obtivemos dos nossos clientes com instalação já finalizada - alguns milhares no final do 1T09 - é extremamente positiva, e estamos também entusiasmados com o sucesso na venda de novos serviços a anteriores clientes ULL que entretanto foram migrados para a rede de fibra. O nível de penetração obtido nas zonas com cobertura vai ao encontro das nossas expectativas iniciais para esta fase do projecto. Aprofundámos ainda a nossa experiência em termos de *home-networking* e continuamos a reduzir o tempo médio de activação de um cliente. A implementação efectiva das iniciativas governamentais já anunciadas, no sentido de facilitar a instalação de fibra em actuais e futuros edifícios, deverá permitir à Sonaecom acelerar o acesso a casas em zonas já cobertas e expandir a oferta dos nossos serviços inovadores de banda larga e televisão.

A **SSI** continua a registar um crescimento positivo e um aumento da rentabilidade, com o volume de negócios a crescer mais de 48% neste trimestre, em comparação com o mesmo período do ano anterior, resultante de aumentos quer ao nível de receitas de serviço, quer de vendas de equipamento. A WeDo, que contribui com cerca de 67% para as receitas de serviço da SSI, continua a consolidar a sua presença internacional e a reforçar a sua posição de liderança no mercado internacional de *Revenue Assurance*, adaptando e alargando a sua oferta a novos sectores. O aumento dos contributos dos seus negócios, especialmente da WeDo e da Bizdirect, determinou uma mais que duplicação do EBITDA da SSI.



Ao nível do nosso **negócio online e media**, este foi mais um trimestre pleno de desafios para o Público. Apesar de o Público ter conseguido aumentar as vendas do jornal em cerca de 0,3%, relativamente ao período homólogo de 2008, e em cerca de 4% em comparação com o trimestre anterior, as condições do mercado de publicidade voltaram a deteriorar-se, uma tendência que se verifica não só na imprensa generalista diária como também em todos os outros negócios de *media*. Um aspecto positivo, contudo, foi o facto de o Público registar uma nova subida trimestral ao nível dos indicadores de audiência. Por outro lado, é de salientar que o **negócio online e media** conseguiu este trimestre reduzir as perdas ao nível de EBITDA em cerca de 22,3% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Durante o trimestre, os nossos negócios levaram a cabo várias iniciativas comerciais e de mercado, das quais gostaria de salientar as seguintes:

- O Clix, a marca do negócio fixo residencial, introduziu uma nova proposta de valor no mercado, proporcionando aos clientes uma velocidade única de acesso à internet, correspondente à velocidade máxima disponível em cada acesso: até 24Mbps em ULL e até 100Mbps em fibra. Por outro lado, o Clix introduziu novas ofertas 1P, incluindo um pacote de 60 canais de televisão ou uma ligação de banda larga em 24Mbps por 19,99 euros/mês, tendo igualmente reformulado as ofertas 2P e 3P existentes;
- A Optimus aumentou as velocidades máximas de *download* em três das suas ofertas de banda larga móvel (comercializada sob a marca "Optimus Kanguru"), variando agora essas velocidades entre os 2 Mbps e os 7,2 Mbps;
- Introdução de uma nova e mais alargada gama de computadores portáteis no âmbito da oferta Optimus Kanguru do programa "e-Escolas", que integra quatro dos modelos mais recentes de fornecedores de equipamento de referência;
- Como exemplo das vantagens competitivas geradas pela integração das actividades de telecomunicações, o lançamento de uma linha de apoio exclusiva para os clientes Optimus Negócios (a unidade de negócio para pequenas e médias empresas), que assegura o melhor serviço integrado aos nossos clientes de serviços móvel e fixo neste segmento;
- Introdução do *web-phone* nas ofertas empresariais, um serviço que permite a utilização do computador pessoal como instrumento de comunicação móvel, com todas as funcionalidades habituais de um telemóvel: serviço de voz, SMS, MMS e vídeo-chamada;
- A Optimus reforçou a sua aposta na música ao tornar-se o principal patrocinador do programa que celebra os 30 anos de carreira dos "Xutos e Pontapés" e que inclui um conjunto de eventos associados ao longo de 2009;
- Na SSI, a Mainroad foi considerada, pelo segundo ano consecutivo, para os prémios "Data Centres Europe Awards", nas categorias de "Best Managed Services Data Centre" e "Best Risk Mitigation Service Provider", o que demonstra claramente o nível de qualidade dos seus serviços.

No que diz respeito ao **contexto de regulação**, é importante destacar que ainda não se definiu o enquadramento regulatório para a exploração das redes de nova geração em Portugal e que, apenas no 1T09, a ANACOM publicou determinados princípios que, em nossa opinião, ficam aquém do necessário para promover uma efectiva concorrência nos acessos de fibra em território nacional. A assinatura do protocolo entre os operadores de rede fixa e o Governo português, no início do primeiro trimestre deste ano, é um sinal da vontade política em remover os obstáculos que limitam o nível de investimento e a concorrência no mercado de telecomunicações fixas em Portugal. No entanto, a forma como estes desenvolvimentos positivos se traduzirão em melhorias concretas para o sector das telecomunicações fixas vai ainda depender muito do modo como sejam efectivamente executados na prática.

Em termos de **estrutura de capital**, continuamos a manter um nível aceitável de alavancagem, não existindo qualquer reembolso de dívida bancária previsto para o ano de 2009. A operação de securitização completada no final do ano passado permitiu reforçar a nossa posição financeira, estando a Sonaecom, desta forma, numa situação relativamente confortável para enfrentar os desafios associados à actual turbulência dos mercados financeiros.

Embora os nossos negócios se tivessem mostrado, durante o 1T09, relativamente resistentes à actual crise económica, não são expectáveis melhorias a curto prazo, quer ao nível do enquadramento económico geral,



quer da natureza competitiva do mercado em que actuamos. Acreditamos, portanto, que nos vamos continuar a defrontar com um ambiente difícil ao longo do corrente ano. Neste contexto, e embora a nossa estrutura financeira seja relativamente forte, continuaremos a seguir de perto os efeitos que a actual crise económica e financeira poderá ter sobre a nossa actividade, e iremos avaliar a disponibilidade de financiamento a médio prazo para projectos específicos. Será com base nestes princípios que iremos determinar e adaptar o nível de execução dos nossos planos de investimento estratégicos.



3. Principais Indicadores

Indicadores Operacionais

INDICADORES OPERACIONAIS	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
Negócio Móvel					
Cientes (EoP) ('000)	2.926,9	3.219,8	10,0%	3.191,6	0,9%
Dados como % Receitas de Serviço	20,6%	27,4%	6,8pp	25,3%	2,1pp
ARPU ⁽¹⁾ (euros)	17,0	14,9	-12,0%	16,1	-7,6%
MOU ⁽²⁾ (min.)	117,9	129,9	10,2%	131,3	-1,1%
Negócio Fixo					
Total Acessos (EOP)	735.163	554.486	-24,6%	592.900	-6,5%
Directos ⁽³⁾	480.649	442.085	-8,0%	455.027	-2,8%
Indirectos	254.514	112.401	-55,8%	137.873	-18,5%
Acesso Directo em % Receita Clientes	21,9	22,9	4,5%	22,4	2,3%
Sonaecom					
Colaboradores	1.927	2.000	3,8%	1.968	1,6%
Telecomunicações	423	432	2,1%	442	-2,3%
SSI	460	502	9,1%	475	5,7%
Media	270	264	-2,2%	267	-1,1%
Serv. Partilhados ⁽⁴⁾ e Centro Corporativo	774	802	3,6%	784	2,3%

(1) Receita Média mensal por Utilizador; (2) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (3) Os número de acessos directos para o período de 3T07 até 3T08 foram ajustados; (4) Serviços Partilhados inclui, entre outros departamentos, Serviço ao Cliente, Técnica, IT/IS, Contabilidade, Legal e Regulação.

Indicadores Financeiros Consolidados

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
IND. FINANCEIROS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	237,7	240,9	1,3%	249,3	-3,4%
Receitas de Serviço	217,1	201,9	-7,0%	215,6	-6,4%
Receitas de Clientes	171,9	161,7	-5,9%	167,4	-3,4%
Receitas de Operadores	45,1	40,2	-11,0%	48,2	-16,6%
EBITDA	34,1	45,4	33,2%	43,5	4,4%
Margem EBITDA (%)	14,3%	18,8%	4,5pp	17,4%	1,4pp
Resultado Líquido - Grupo ⁽¹⁾	-5,5	0,2	-	13,1	-98,1%
CAPEX Operacional ⁽²⁾	32,7	21,4	-34,7%	77,7	-72,5%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	13,8%	8,9%	-4,9pp	31,2%	-22,3pp
EBITDA - CAPEX Operacional	1,3	24,0	-	-34,2	-
CAPEX Total	35,4	22,1	-37,4%	78,7	-71,9%
FCF ⁽³⁾	-32,7	-45,9	-40,4%	85,3	-
Dívida Líquida	343,7	350,9	2,1%	299,7	17,1%
Dívida Líq./EBITDA (últimos 12 meses)	2,1 x	2,0 x	-0,1x	1,9 x	0,2pp

(1) Resultados Líquidos após Interesses Minoritários; (2) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (3) FCF alavancado após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e custos de emissão de empréstimos.

- **Clientes:** (i) O número total de clientes do serviço móvel aumentou cerca de 10,0%, para 3,22 milhões de subscritores no final do 1T09, tendo-se registado 28,2 mil novas adições líquidas neste trimestre. As receitas de dados representaram 27,4% das receitas de serviço do trimestre, um acréscimo de 6,8pp em relação ao 1T08; (ii) O total de acessos fixos directos cifrou-se em 442 mil, um decréscimo de cerca de 2,8% face ao trimestre anterior, em resultado das continuadas pressões competitivas (que nos levaram, nos últimos 3 trimestres, a um menor enfoque na aquisição de novos clientes ULL), do abrandamento do mercado de banda larga fixa e da crescente utilização da banda larga móvel.
- **Colaboradores:** o número total de colaboradores da Sonaecom aumentou para 2 mil, um acréscimo de cerca de 1,6% face ao trimestre anterior e 3,8% em comparação com 1T08, principalmente em resultado do crescimento ao nível da SSI, em resultado do aumento de actividade dos seus diversos negócios e da expansão internacional da WeDo Technologies.
- **As receitas de serviço consolidadas** diminuíram 7,0% em comparação com o 1T08, em resultado de (i) uma redução de 5,9% das receitas de clientes, integralmente explicada pela evolução negativa verificada ao nível do negócio fixo; e (ii) de uma diminuição de 11,0% das receitas de operadores, em resultado dos



impactos negativos associados às reduções de tarifas reguladas: receitas de *roaming-in* e, principalmente, a introdução das novas tarifas de terminação móvel ('MTR').

- **EBITDA consolidado** de 45,4 milhões de euros, 33% acima do valor registado no 1T08, em sequência de um aumento da contribuição dos negócios móvel e SSI. A margem EBITDA aumentou cerca de 4,5pp, de 14,3% no 1T08 para 18,8% no 1T09, essencialmente em resultado: (i) da redução de custos comerciais, principalmente marketing e vendas, no negócio de telecomunicações; e (ii) dos benefícios associados ao novo programa de MTRs, introduzido em Agosto de 2008.



4. Resultados Consolidados

4.1. Demonstração de Resultados Consolidados

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	237,7	240,9	1,3%	249,3	-3,4%
Móvel	151,6	146,8	-3,1%	160,5	-8,5%
Fixo	75,2	64,3	-14,5%	71,3	-9,8%
Online e Media	7,8	7,4	-5,1%	8,1	-8,1%
SSI	27,1	39,9	47,6%	34,5	15,8%
Outros & Eliminações	-23,9	-17,5	26,8%	-25,0	30,0%
Outras Receitas	1,5	0,9	-40,3%	4,8	-80,8%
Custos Operacionais	201,1	189,9	-5,5%	203,4	-6,6%
Custos com Pessoal	26,1	24,8	-5,1%	24,2	2,4%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	83,7	69,8	-16,6%	75,4	-7,4%
Custos Comerciais ⁽²⁾	52,3	59,0	12,8%	65,1	-9,4%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	39,0	36,4	-6,6%	38,7	-6,0%
EBITDAP	38,2	51,9	35,9%	50,7	2,3%
Provisões e Perdas de Imparidade	4,1	6,5	58,0%	7,2	-10,1%
EBITDA	34,1	45,4	33,2%	43,5	4,4%
Margem EBITDA (%)	14,3%	18,8%	4,5pp	17,4%	1,4pp
Móvel	33,1	43,8	32,1%	36,8	19,0%
Fixo	2,5	0,6	-74,7%	5,6	-88,5%
Online e Media	-1,2	-0,9	22,3%	-0,4	-100,8%
SSI	0,9	2,0	126,3%	1,8	8,0%
Outros & Eliminações	-1,3	-0,1	0,9	-0,2	63,9%
Depreciações e Amortizações	37,3	39,4	5,7%	39,3	0,2%
EBIT	-3,2	6,0	-	4,2	43,7%
Resultados Financeiros	-4,2	-3,9	5,5%	-5,4	27,3%
Proveitos Financeiros	0,8	1,7	121,4%	1,2	50,5%
Custos Financeiros	4,9	5,7	14,7%	6,6	-13,6%
EBT	-7,4	2,1	-	-1,2	-
Resultado de Imposto	1,9	-1,7	-	14,3	-
Resultado Líquido	-5,5	0,4	-	13,1	-97,3%
Atribuível ao Grupo	-5,5	0,2	-	13,1	-98,1%
Atribuível a Interesses Minoritários	0,1	0,1	112,9%	0,0	-

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos não correntes .

Volume de Negócios

O volume de negócios consolidado, no 1T09, foi de 240,9 milhões de euros, 1,3% acima do valor registado no 1T08, resultado da combinação da diminuição das receitas de serviços (-7,0%), essencialmente devido à redução de 11,0% nas receitas de operadores, e de um nível significativamente mais elevado das vendas de produtos e de equipamentos (+89,2% face ao período homólogo).

As receitas de serviços consolidadas diminuíram para 201,9 milhões de euros, em resultado, principalmente, do menor contributo no negócio Telco. Os principais determinantes deste desempenho foram os seguintes:

- no negócio fixo, as receitas de serviço diminuíram 14,8%, em resultado, principalmente, da redução das receitas de clientes de acesso indirecto;
- no negócio móvel, verificou-se uma diminuição das receitas de serviços, em 3,3%, em virtude do impacto, ao nível das receitas de operadores, de menores receitas de *roaming-in* e do novo plano de tarifas de terminação móvel. Contrariamente, as receitas de clientes



do negócio móvel, aumentaram 0,9% face ao período homólogo, isto apesar do aumento de competitividade em alguns segmentos de mercado, que determinou uma diminuição da receita média por minuto, e dos efeitos da recessão económica;

- c) na SSI, as receitas de serviços aumentaram 7,6%, em virtude, principalmente, do desempenho positivo da WeDo, que registou um crescimento de 5,7% do volume de negócios face ao período homólogo, e da Bizdirect;
- d) no negócio de Online e Media, verificou-se uma redução das receitas de serviços em 0,7%, fruto da quebra nas receitas de publicidade do Público, em resultado da deterioração generalizada das condições do mercado publicitário.

As receitas de clientes consolidadas diminuirão 5,9% quando comparadas com o 1T08 em virtude, principalmente, da redução em 23,5% das receitas de clientes no negócio fixo, não totalmente compensada pelo desempenho positivo das receitas de clientes do negócio móvel (+0,9% face ao período homólogo), um resultado positivo no actual ambiente económico e competitivo, e pelo aumento em 7,6% das receitas de clientes ao nível da SSI.

Custos Operacionais

O total dos custos operacionais ascendeu aos 189,9 milhões, um decréscimo de 5,5% face ao período homólogo, representando 78,9% do volume de negócios do 1T09. De realçar ainda que, no 1T09, o total de custos operacionais foi inferior em cerca de 6,6% face ao trimestre anterior.

Os principais factores que contribuíram para a evolução dos custos operacionais foram os seguintes:

- a) os **custos com pessoal** diminuirão em 5,1% face ao 1T08, apesar do ligeiro aumento do número total de colaboradores, em virtude de uma maior capitalização de custos com pessoal, relacionados com projectos na área do negócio fixo e do impacto dos planos de incentivo de médio prazo de colaboradores, que no 1T09 implicaram um menor nível de custos quando comparado com o 1T08;
- b) os **custos de serviços directos** diminuirão em 16,6%, quando comparado com o 1T08, e em 7,4% face ao trimestre anterior, reflexo, essencialmente, do decréscimo de 22,3% dos custos de interligação e conteúdos, resultado do novo plano de tarifas de terminação móvel e de menores custos mensais com ULL;
- c) os **custos comerciais** aumentaram em 6,7 milhões de euros, face ao 1T08, para 59,0 milhões de euros, em resultado de um maior nível de custos das vendas na SSI, impulsionado pelo sucesso contínuo das vendas de produtos da Bizdirect, não totalmente compensado pela redução de custos de marketing e vendas (incluindo subsidiação de terminais) na área de telecomunicações. A operação de relançamento da marca Optimus, levada a cabo no 1T08, e as subsequentes campanhas publicitárias, são um dos factores que justificam a redução em 32% dos custos comerciais do negócio móvel em 2009;
- d) os **outros custos operacionais** diminuirão em 6,6% face ao 1T08, essencialmente, em resultado da diminuição das despesas gerais e administrativas (decrécimo de 4,9%, face ao período homólogo) e do custo de serviços subcontratados (inferiores em 6,1% face ao 1T08).

As **provisões e perdas de imparidade** aumentaram, no 1T09, aproximadamente 2,4 milhões de euros face ao período homólogo, essencialmente, em consequência do reforço das provisões para clientes de cobrança duvidosa (fruto da decisão, tomada no 3T08, de reforçar essas provisões em consequência do aumento sustentado do nível de facturação e, simultaneamente, da deterioração da conjuntura económica), apenas parcialmente compensadas pela redução das



provisões para a depreciação de existências. É ainda de salientar que as provisões e perdas de imparidade diminuíram 10,1% no 1T09, quando comparadas com o trimestre anterior.

EBITDA

Em resultado das variações, supra referidas, na receita e nos custos, o EBITDA consolidado aumentou 33,2% para 45,4 milhões de euros no 1T09, gerando uma margem de 18,8%, superior à margem de 14,3% verificada no 1T08. A decomposição do EBITDA por área de negócio foi a seguinte:

- a) na área do **negócio móvel**, o EBITDA foi de 43,8 milhões de euros, superior em 32,1% ao EBITDA registado no 1T08, devido, principalmente, ao impacto positivo da diminuição dos custos comerciais e de interligação, parcialmente atenuado pelo impacto negativo da diminuição das receitas de *roaming-in*. A margem do negócio móvel ascendeu aos 29,8%, bastante superior à do 1T08 e do trimestre anterior;
- b) na área do **negócio fixo**, o EBITDA ascendeu a 0,6 milhões de euros (diminuição de 1,9 milhões de euros face ao 1T08), essencialmente devido à perda de receitas de acesso indirecto, à elevada competitividade do mercado e à continuação das tendências operacionais verificadas nos trimestres anteriores;
- c) ao nível da **SSI**, o EBITDA mais que duplicou, quando comparado com o 1T08 (+126%), para 1,98 milhões de euros no 1T09, em resultado, essencialmente, da melhoria substancial do desempenho da WeDo, que aumentou o nível de EBITDA em 0,8 milhões de euros face ao período homólogo, e da Bizdirect;
- d) no negócio de **Online & Media**, o EBITDA foi negativo em cerca de 0,9 milhões de euros o que representa, todavia, uma melhoria de 22,3% quando comparado com o 1T08, decorrente da redução em 7,7% do total dos custos operacionais, que mais do que compensou o desempenho negativo ao nível das receitas de publicidade.

Resultado Líquido

O resultado líquido atribuível ao grupo foi positivo em 0,2 milhões de euros no 1T09, o que compara com um resultado líquido negativo de 5,5 milhões de euros no 1T08, devido, essencialmente, à melhoria do desempenho ao nível do EBITDA e à redução em 5,5% dos resultados financeiros líquidos.

Os encargos com amortizações e depreciações aumentaram 2,1 milhões de euros, face ao 1T08, ascendendo a 39,4 milhões de euros, resultado do aumento da base de activos por via dos investimentos efectuados, durante 2008, na expansão das redes móvel e de acesso em fibra. De realçar ainda que, durante o 3T08, se iniciou a amortização dos 91,3 milhões de euros de activos incorpóreos reconhecidos como CAPEX em 2008, relacionados com as obrigações assumidas no âmbito do programa "Iniciativas-E". As despesas com amortizações e depreciações permaneceram relativamente estáveis, quando comparadas com o trimestre anterior.

Comparativamente com o 1T08, os encargos financeiros líquidos diminuíram 5,5%, para 3,9 milhões de euros no 1T09, em função de:

- a) aumento dos custos financeiros em cerca de 0,8 milhões de euros, em virtude dos custos relacionados com a operação de securitização e do aumento do nível médio da dívida bruta no 1T09, que mais do que compensou a diminuição do custo médio da dívida (de 5,1% no 1T08 para 3,8% no 1T09), reflexo dos movimentos das taxas de juro de mercado. De notar que, excluindo os impactos da securitização, a diminuição do custo médio da dívida, mais do que compensou o efeito do aumento do nível médio da dívida bruta no período; e



- b) aumento dos proveitos financeiros em 0,9 milhões de euros, impulsionado pelo maior nível médio de liquidez, determinado essencialmente pelo recebimento de 100 milhões de euros no final de 2008, em resultado da conclusão da operação de securitização.

A rubrica de impostos apresentou, no 1T09, um custo de 1,7 milhões de euros, o que compara com um benefício de 1,9 milhões de euros no 1T08, resultante do melhor desempenho ao nível do resultado antes de imposto (de 7,4 milhões negativos para 2,1 milhões de euros positivos) e de movimentos ocorridos nos activos por impostos diferidos na área de telecomunicações.

4.2. Balanço Consolidado

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
BALANÇO CONSOLIDADO					
Total do Activo Líquido	1.694,9	1.958,1	15,5%	1.973,4	-0,8%
Activos não Correntes	1.353,8	1.492,1	10,2%	1.510,7	-1,2%
Imobilizações Corpóreas e Incorpóreas	720,4	840,9	16,7%	858,6	-2,1%
Goodwill	528,1	526,0	-0,4%	526,0	0,0%
Investimentos	2,0	1,2	-38,5%	1,2	0,0%
Impostos Diferidos Activos	103,3	124,0	20,0%	124,9	-0,7%
Activos Correntes	341,0	466,0	36,7%	462,8	0,7%
Clientes	191,0	164,3	-14,0%	173,7	-5,4%
Liquidez	5,5	101,0	-	105,7	-4,5%
Outros	144,5	200,7	38,9%	183,4	9,5%
Capital Próprio	932,5	933,2	0,1%	929,0	0,5%
Grupo	931,6	932,9	0,1%	928,5	0,5%
Interesses Minoritários	0,9	0,3	-67,7%	0,5	-34,4%
Total Passivo	762,3	1.024,9	34,4%	1.044,5	-1,9%
Passivo não Corrente	379,4	603,2	59,0%	572,4	5,4%
Empréstimos Bancários	329,6	416,7	26,4%	381,7	9,2%
Provisões para outros Riscos e Encargos	31,7	33,5	5,4%	32,2	3,9%
Outros	18,1	153,1	-	158,5	-3,4%
Passivo Corrente	383,0	421,7	10,1%	472,1	-10,7%
Empréstimos Bancários	0,3	11,3	-	5,0	125,1%
Fornecedores	174,7	164,7	-5,7%	179,1	-8,0%
Outros	208,0	245,7	18,1%	288,0	-14,7%
CAPEX Operacional ⁽¹⁾	32,7	21,4	-34,7%	77,7	-72,5%
CAPEX Operacional como % Volume de Negócios	13,8%	8,9%	-4,9pp	31,2%	-22,3pp
CAPEX Total	35,4	22,1	-37,4%	78,7	-71,9%
EBITDA - CAPEX Operacional	1,3	24,0	-	-34,2	-
Cash Flow Operacional ⁽²⁾	-28,6	-35,4	-23,8%	-5,9	-
FCF ⁽³⁾	-32,7	-45,9	-40,4%	85,3	-
Dívida Bruta	349,3	451,9	29,4%	405,5	11,5%
Dívida Líquida	343,7	350,9	2,1%	299,7	17,1%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,1 x	2,0 x	-0,1x	1,9 x	0,2x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	7,6 x	8,3 x	0,7x	8,1 x	0,3x
Dívida / (Dívida + Capital Próprio)	27,2%	32,6%	5,4pp	30,4%	2,2pp
Excluindo a operação de Securitização:					
Dívida Líquida	343,7	444,6	29,4%	399,0	11,4%
Dívida Líquida/EBITDA últimos 12 meses	2,1 x	2,6 x	0,5x	2,5 x	0,1x
EBITDA/Juros ⁽⁴⁾ últimos 12 meses	7,6 x	8,3 x	0,7x	8,1 x	0,3x

(1) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros, Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais; (2) Cash Flow Operacional = EBITDA - CAPEX Operacional - Variação de Fundo de Maneio - Itens não Monetários e Outros; (3) FCF após Custos Financeiros e antes de Fluxos de Capitais e Custos de Emissão de Empréstimos; (4) Cobertura de Juros.



Estrutura de Capital

A dívida bruta consolidada totalizava, no final do 1T09, 451,9 milhões de euros, um aumento de 102,6 milhões de euros face ao final do 1T08 e incluía, principalmente:

- 150 milhões de euros relativos a um empréstimo obrigacionista de longo prazo, com maturidade em Junho de 2013;
- 250 milhões de euros utilizados no âmbito do Programa de Papel Comercial contratado em 2007 e com maturidade final em Julho de 2012;
- 17 milhões de euros utilizados no âmbito do Programa de Papel Comercial (cujo montante máximo disponível é de 70 milhões de euros) contratado em 2005 e comprometido por um período de 364 dias;
- 10,5 milhões de euros relativos a dívida bancária de curto prazo, de um total de cerca de 20 milhões de euros de linhas de crédito de curto prazo contratadas; e
- 23,9 milhões de euros relacionados com contratos de locação financeira de longo prazo.

Em resultado da negociação, em 2007, de *swaps* de taxa de juro (com maturidades entre Março e Junho de 2009), actualmente, cerca de 17% da dívida é remunerada a taxas fixas. A partir de Junho de 2009, toda a dívida estará sujeita a taxas variáveis, permitindo captar os benefícios resultantes das reduções das taxas de mercado.

A dívida líquida consolidada no final do 1T09 era de 350,9 milhões de euros, superior em 2,1% face ao 1T08, reflectindo, essencialmente, a evolução do FCF entre os dois períodos, incluindo os fundos obtidos através da operação de securitização.

No final do 1T09, o rácio da dívida líquida face ao EBITDA anualizado permaneceu relativamente estável, quando comparado com o 1T08, em 2,0x, dado o aumento na dívida líquida ter sido mais do que compensado pelo aumento do nível do EBITDA registado no período de 12 meses precedente. O rácio de cobertura de juros melhorou de 7,6x, no final do 1T08, para 8,3x, no final de 1T09, em consequência, quer de maiores custos financeiros (+0,8 milhões de euros face ao período homólogo) quer da melhoria do desempenho ao nível do EBITDA. O rácio de Dívida Bruta: (Dívida Bruta+Capital Próprio) deteriorou-se ligeiramente, atingindo os 32,6% no 1T09 (face a 27,2% no 1T08), reflectindo os movimentos, acima identificados, ao nível da dívida e o aumento em 0,1% do Capital Próprio, resultantes essencialmente do resultado líquido positivo gerado no período, o qual mais do que compensou o efeito da aquisição das acções próprias, que ascendeu a 10,1 milhões de euros entre os finais de Março de 2008 e de 2009, no âmbito das deliberações tomadas pelos accionistas em Assembleia Geral.

Excluindo o impacto da operação de securitização, a dívida líquida consolidada no final do 1T09 ascendia a 444,6 milhões de euros, 29,4 acima do nível registado no final do 1T08, reflectindo principalmente o FCF negativo subjacente gerado entre as duas datas. De referir ainda que, em relação à operação de securitização, durante o trimestre, foi reembolsado aos obrigacionistas da emissão associada um montante de 5 milhões de euros.

A dívida bruta consolidada continua a ser essencialmente contratada pela Sonaecom SGPS e uma gestão eficiente das disponibilidades vem sendo utilizada para alocar liquidez entre as nossas subsidiárias. No final do 1T09, a liquidez e o montante relativo a linhas de crédito disponíveis e não utilizadas pelo Grupo Sonaecom totalizavam, aproximadamente, 163 milhões de euros e a maturidade média ponderada das linhas de crédito cifrava-se em cerca de 2,7 anos. Conforme referido anteriormente, não existem amortizações programadas de empréstimos bancários até 2010.



CAPEX

O CAPEX consolidado, no 1T09, foi de cerca de 22,1 milhões de euros, enquanto o CAPEX Operacional atingiu os 21,4 milhões de euros, 34,7% abaixo do 1T08, representando cerca de 8,9% do total do volume de negócios.

A diminuição do CAPEX Operacional registada no 1T09, quando comparada com o período homólogo, resulta essencialmente do ambicioso plano de investimentos levado a cabo durante o ano de 2008, que incluía um forte nível de investimento no negócio móvel, com o objectivo de aumentar a cobertura e a capacidade da rede de acesso móvel.

Capital Próprio

No final do 1T09, o capital próprio totalizava 933,2 milhões de euros, em comparação com 932,5 milhões de euros no final do 1T08, reflectindo, principalmente, os resultados líquidos gerados nesse período, os quais mais do que compensaram o impacto da aquisição de acções próprias entre as duas datas, relacionado com as obrigações previstas no Plano de Incentivos de Médio Prazo dos colaboradores.

Free Cash Flow

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
FREE CASH FLOW ALAVANCADO					
EBITDA-CAPEX Operacional	1,3	24,0	-	-34,2	-
Variação de Fundo de Maneio	-32,1	-67,1	-108,8%	30,2	-
Items não monetários e Outros	2,2	7,7	-	-1,9	-
Cash Flow Operacional	-28,6	-35,4	-23,8%	-5,9	-
Investimentos Financeiros	-1,1	0,0	100,0%	0,0	-
Securitização	0,0	-5,0	-	99,3	-
Acções Próprias	0,0	-1,3	-	-2,8	53,5%
Custos com OPA	-0,1	0,0	100,0%	0,0	-
Resultados Financeiros	-2,9	-4,2	-45,5%	-5,4	21,3%
Impostos	0,0	0,0	-	0,0	-
FCF	-32,7	-45,9	-40,4%	85,3	-

O FCF consolidado, no 1T09, foi negativo em 45,9 milhões de euros, face a um FCF negativo de 32,7 milhões de euros no 1T08, e compreende os seguintes elementos:

- Um nível de **EBITDA-CAPEX Operacional** positivo de 24,0 milhões de euros, 22,7 milhões de euros superior face ao 1T08, como reflexo do enfoque na geração de liquidez durante o corrente ano;
- Um aumento de 67,1 milhões de euros no **investimento em Fundo de Maneio**, reflectindo, essencialmente, uma diminuição do crédito dos fornecedores de imobilizado, uma evolução normal durante o primeiro trimestre de cada ano, em consequência dos pagamentos devidos em relação ao maior nível de CAPEX registado no último trimestre do ano (o CAPEX Operacional atingiu os 77,7 milhões de euros no 4T08).
De notar ainda que, a variação das necessidades de fundo de maneio do negócio de telecomunicações, inclui um pagamento extraordinário de IVA de aproximadamente



25 milhões de euros, relacionados com uma operação interna. Este montante de IVA deverá ser recuperado nos próximos trimestres.

Finalmente, as necessidades de fundo de maneiio, no 1T09, incluem um montante extraordinário de aproximadamente 20 milhões de euros a receber da “Fundação para a Sociedade de Informação”, uma entidade criada pelo Estado português com o objectivo de promover a “Sociedade de Informação” em Portugal, relativo à participação do nosso negócio móvel no programa “Iniciativas-E”. Nos termos do contrato estabelecido com aquela entidade, é expectável que estes montantes sejam liquidados a curto prazo;

- Pagamentos relacionados com a **operação de securitização** no montante de 5,0 milhões de euros;
- Aquisição, durante o 1T09, de **acções próprias** no montante de 1,3 milhões de euros; e
- **Pagamentos de encargos financeiros** de 4,2 milhões de euros, aproximadamente 1,3 milhões de euros acima do nível registado no 1T08, em virtude, essencialmente, do impacto da operação de securitização.



5. Telecomunicações

5.1. Negócio Móvel

O nosso negócio móvel continua a reforçar a sua presença no mercado, tendo registado crescimento em todos os segmentos de mercado, beneficiando das iniciativas comerciais implementadas durante 2008 e dos investimentos realizados ao nível da marca, dos canais de distribuição e do serviço ao cliente.

5.1.1. Indicadores Operacionais

NEG. MÓVEL - INDIC. OPERACIONAIS	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
Clientes (EoP) ('000)	2.926,9	3.219,8	10,0%	3.191,6	0,9%
Novos Clientes ('000)	33,3	28,2	-15,5%	133,3	-78,9%
Dados como % Receitas de Serviço	20,6%	27,4%	6,8pp	25,3%	2,1pp
Total #SMS/mês/Cliente	42,2	46,4	10,1%	51,0	-9,0%
MOU ⁽¹⁾ (min.)	117,9	129,9	10,2%	131,3	-1,1%
ARPU ⁽²⁾ (euros)	17,0	14,9	-12,0%	16,1	-7,6%
Cliente	13,2	12,1	-8,3%	12,8	-5,4%
Interligação	3,8	2,8	-25,1%	3,4	-15,9%
ARPM ⁽³⁾ (euros)	0,14	0,11	-20,2%	0,12	-6,6%

(1) Minutos de Utilização por Cliente por mês; (2) Receita Média mensal por Utilizador; (3) Receita Média por Minuto;

Base de clientes

A base de clientes do negócio móvel aumentou 10,0% para 3,22 milhões de clientes no final do 1T09, o que compara com 2,927 milhões de clientes, no final do trimestre homólogo, e com 3,192 milhões no final de 2008. O nível de adições líquidas de subscritores situou-se em mais de 28 mil no 1T09, aproximadamente 5 mil adições menos que em igual período do ano 2008. Este crescimento foi registado em todos os segmentos do negócio móvel, com particular destaque para o continuado alargamento da nossa base de clientes de banda larga móvel.

O peso relativo dos clientes pós-pagos na base total de clientes continua a aumentar progressivamente, tendo atingido, no final do 1T09, aproximadamente 31% do total de clientes móveis, um crescimento de 1,6pp em comparação com o 1T08.

Durante o primeiro trimestre de 2009, os clientes do negócio móvel geraram uma receita média mensal ("ARPU") de 14,9 euros, uma redução face aos 17,0 euros registados no período homólogo de 2008, em resultado de menores receitas de interligação e de um menor nível de receita média por minuto ("ARPM"). Do ARPU registado no 1T09, 12,1 euros são relativos a receitas de clientes e 2,8 euros relativos a receitas de operadores, em comparação com 13,2 euros e 3,8 euros, respectivamente, durante o 1T08. De salientar que a diminuição de 20,2% registado ao nível da ARPM foi parcialmente compensada por um significativo acréscimo de 10,2% nos minutos de utilização por cliente, o que, em conjunto, determinou uma redução de cerca de 8.3% nas facturação média a clientes.

Utilização de dados

Conseguimos, mais uma vez, manter a nossa posição de destaque em vendas de banda larga móvel no canal de retalho e atingimos um crescimento significativo de utilização de dados, nomeadamente através da promoção do nosso produto "Kanguru", baseado em tecnologia HSDPA/HSUPA, que oferece velocidades de até 7,2 Mbps em *downloads* e de até 1,4 Mbps em *uploads*. Ainda durante o 1T09, completámos os testes da nova tecnologia de HSPA+. Estes



testes foram integralmente levados a cabo na nossa rede, demonstrando as capacidades da nossa infra-estrutura ao nível da adopção de novas tecnologias de banda larga móvel, tendo-se conseguido atingir velocidades próximas do limite teórico da tecnologia de HSPA+ (21 Mbps), correspondentes a cerca do triplo das velocidades actualmente disponíveis no mercado.

Durante o 1T09, o Optimus Kanguru aumentou as velocidades máximas associadas à maioria dos planos tarifários, incluindo as ofertas disponíveis ao abrigo do programa “Iniciativas E”, incluindo um aumento de 1 para 2 Mbps no plano “Básico”, de 2 para 3,6 Mbps na oferta “Light” e de 4 para 5 Mbps no plano “Xpress”.

O programa governamental (“Iniciativas E”) destinado ao desenvolvimento da Sociedade de Informação em Portugal continua a contribuir para a manutenção das elevadas taxas de crescimento da banda larga móvel. Neste âmbito, introduzimos uma nova gama de PCs portáteis na nossa oferta, incluindo quatro dos modelos mais recentes de fornecedores de equipamento de referência.

As receitas de dados representaram, no 1T09, 27,4% do total das receitas de serviço, um crescimento de 6,8pp face ao 1T08 e de 2,1pp em comparação com o trimestre anterior, resultado da aposta de investimento do nosso negócio móvel na promoção da utilização de serviços de dados e do sucesso das nossas soluções de acesso móvel à Internet de banda larga. Os serviços de dados não relacionados com SMSs continuam a aumentar o seu peso relativo nas receitas de dados, totalizando neste trimestre aproximadamente 73% do total das receitas de dados, em comparação com apenas 61% no 1T08. É ainda de salientar que as receitas de serviços de dados (excluindo receitas de SMS) cresceram mais de 54%, entre o primeiro trimestre de 2008 e de 2009.

Rede de acesso móvel

Durante o 1T09, embora a um ritmo inferior ao registado no ano transacto, continuamos a investir na cobertura e capacidade da nossa rede de acesso móvel, através da implementação de novos *sites* para UMTS, da disponibilização acrescida de HSDPA na nossa rede 3G e do aumento da capacidade de *backhaul*. Os substanciais investimentos realizados na nossa rede durante o ano passado deverão possibilitar a manutenção da nossa posição de liderança em banda larga móvel e a exploração de novas oportunidades de crescimento.

Em resultado da constante procura de optimização da nossa rede, a Sonaecom tem sido várias vezes reconhecida por entidades independentes como detentora da melhor rede em Portugal. São disso exemplo as conclusões de diversos estudos publicados pela Anacom durante o 1T09, com o objectivo de aferir a qualidade de serviços dos operadores móveis nacionais, nomeadamente nas áreas de Lisboa e Porto, nas grandes cidades, principais estradas e vias ferroviárias. Os resultados vieram mais uma vez demonstrar a excelência da performance da rede móvel da Sonaecom, quer em termos de 2G como de 3G.



5.1.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
NEGÓCIO MÓVEL - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	151,6	146,8	-3,1%	160,5	-8,5%
Receitas de Serviço	144,0	139,3	-3,3%	147,5	-5,6%
Receitas de Clientes	111,8	112,8	0,9%	116,7	-3,3%
Receitas de Operadores	32,2	26,5	-17,7%	30,8	-14,1%
Vendas de Equipamento	7,6	7,5	-0,9%	13,0	-42,0%
Outras Receitas	10,2	8,7	-14,4%	11,7	-25,5%
Custos Operacionais	126,0	108,3	-14,0%	129,6	-16,4%
Custos com Pessoal	12,7	14,0	10,2%	14,0	0,1%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	50,5	43,0	-14,8%	44,3	-2,9%
Custos Comerciais ⁽²⁾	36,1	24,5	-32,0%	41,4	-40,7%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	26,7	26,8	0,3%	29,9	-10,6%
EBITDAP	35,8	47,2	32,1%	42,6	10,8%
Provisões e Perdas de Imparidade	2,6	3,5	31,5%	5,8	-40,5%
EBITDA	33,1	43,8	32,1%	36,8	19,0%
Margem EBITDA (%)	21,86%	29,81%	8pp	22,9%	6,9pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	25,9	12,9	-50,2%	58,8	-78,1%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	17,1%	8,8%	-8,3pp	36,6%	-27,8pp
EBITDA - CAPEX Operacional	7,2	30,9	-	-22,0	-
CAPEX Total	28,6	13,7	-52,3%	59,7	-77,1%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos não correntes ; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

5.2. Negócio Fixo

No 1T09, manteve-se a tendência observada nos trimestres anteriores, com a pressão competitiva a reflectir-se particularmente no segmento das telecomunicações fixas, nos segmentos de voz, banda larga e TV. Desde o 3T08 que, neste contexto de mercado, nos temos concentrado na protecção do negócio de acesso directo em banda larga, com especial enfoque na redução dos níveis de *churn*, aumento da fidelização de clientes e reforço dos nossos serviços de IPTV e *Home Video* (agora com mais de 1.500 títulos disponíveis), ao mesmo tempo que procuramos continuar a melhorar o serviço de apoio ao cliente.

5.2.1. Indicadores Operacionais

NEG. FIXO - INDIC. OPERACIONAIS	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
Total de Acessos	735.163	554.486	-24,6%	592.900	-6,5%
Acessos Directos⁽¹⁾	480.649	442.085	-8,0%	455.027	-2,8%
Voz	260.989	238.589	-8,6%	246.032	-3,0%
Internet de Banda Larga	201.947	180.499	-10,6%	188.304	-4,1%
Outros	17.713	22.997	29,8%	20.691	11,1%
Acessos Indirectos	254.514	112.401	-55,8%	137.873	-18,5%
Centrais Desagregadas c/ Transmissão	173	174	0,6%	174	0,0%
Centrais Desagregadas com ADSL2+	164	166	1,2%	166	0,0%
Acesso Directo em % Receitas Clientes	65,8%	77,6%	11,8pp	77,2%	0,4pp
Receita Média por Acesso - Retalho ⁽²⁾	21,9	22,9	4,5%	22,4	2,3%

(1) Os número de acessos directos para o período de 3T07 até 3T08 foram ajustados; (2) Excluindo receitas de Mass Calling services e recalculada no 3T08, de acordo com o novo número de acessos.



Base de Clientes

No final do 1T09, o número total de acessos ascendeu a 554,5 mil, uma descida de 24,6% em comparação com o 1T08, resultado da redução de 8,0% nos acessos directos e de 55,8% ao nível de acessos indirectos, reflectindo a esperada evolução de mercado, com redução de clientes de voz indirecta, assim como, em parte, a migração para ofertas de acesso directo (incluindo “bundles”). O número de acessos directos representou 79,7% do total de acessos do negócio fixo, no final do trimestre, em comparação com 65,4% no final do 1T08.

O nível de activações líquidas de acessos directos no 1T09 foi, mais uma vez, negativo em 13 mil acessos, em consequência das tendências já identificadas nos dois últimos trimestres: (i) desaceleração do mercado total de banda larga fixa em Portugal; (ii) não expansão do nosso mercado endereçável em ULL, já que não foi desagregada qualquer nova central para serviços ADSL2+; e (iii) aposta no aumento da qualidade do serviço e na retenção de clientes, dada a predominância de promoções agressivas no mercado.

A receita média por acesso aumentou para 22,9 euros, mais 4,5% que no 1T08, em parte devido ao aumento do peso da base de clientes de acesso directo.

Serviços

Durante o 1T09, continuámos a reforçar a nossa oferta IPTV, adicionando novos conteúdos, incluindo a introdução de novos canais (por exemplo, Benfica TV, o canal exclusivo KidsCo, SportTV HD e Sci-fi) e apostando em conteúdos em alta definição (tanto ao nível de canais como de filmes colocados à disposição através da oferta *Home Video*).

Importa também salientar que o Clix demonstrou novamente o seu espírito inovador e papel de liderança na introdução de novos serviços e funcionalidades no mercado nacional de televisão. Após ter sido o primeiro operador a fornecer o serviço IPTV em Portugal, a Clix SmarTV introduziu uma importante novidade no mercado ao colocar à disposição dos clientes a funcionalidade de reiniciar um programa de televisão sem ter dado qualquer instrução prévia de gravação. A “Restart TV” funciona em qualquer *TV box* e está disponível gratuitamente nos principais canais das nossas ofertas.

Rede de Acesso ULL

No 1T09, o número de centrais desagregadas para circuitos SHDSL manteve-se estável. Estes circuitos (instalados actualmente em 174 centrais) permitem-nos efectuar ligações directas para a maioria da nossa rede de acesso móvel, reduzindo assim a dependência da Sonaecom em relação a circuitos alugados do operador incumbente.

Por outro lado, não alargámos o nosso mercado residencial endereçável em ULL, já que, nos três últimos trimestres, não foram desagregadas novas centrais com ADSL2+. Desta forma, o mercado endereçável da nossa rede ULL continua a corresponder a aproximadamente 55% do total das linhas fixas existentes em Portugal. Das 166 centrais desagregadas no 1T09, cerca de 72% estão preparadas com capacidade para *triple play*.

Rede de acesso Fibra

Continuámos a implementação da nossa rede de fibra através da qual a Sonaecom tem, pela primeira vez, a responsabilidade total pela rede utilizada na entrega de serviços fixos ao mercado residencial, dispondo assim, do controlo sobre a qualidade do serviço prestado ao cliente. A reacção dos clientes que já aderiram ao serviço, alguns milhares no final deste trimestre, tem



tido extremamente positiva tanto em termos de experiência de banda larga como de televisão. Por outro lado, estamos também satisfeitos com as vendas de novos serviços a clientes que migraram de ULL para a nossa rede FTTH, um dos factores económicos subjacentes ao projecto de investimento em fibra.

Ao mesmo tempo que avançamos com a implementação da rede, continuámos a aprofundar a nossa experiência em termos de *home-networking*, com o objectivo de minimizar o impacto dos trabalhos necessários e reduzir ainda mais o tempo de ligação de um cliente. A efectiva implementação das iniciativas governamentais destinadas a clarificar os direitos de passagem e a facilitar o acesso a edifícios actuais e a novas construções poderá permitir acelerar o acesso a lares dentro das zonas já cobertas e expandir a entrega dos nossos serviços.

5.2.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
NEGÓCIO FIXO - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	75,2	64,3	-14,5%	71,3	-9,8%
Receitas de Serviço	75,0	63,9	-14,8%	70,3	-9,1%
Receitas de Clientes	48,8	37,3	-23,5%	39,5	-5,4%
Receitas de Acesso Directo	32,1	29,0	-9,8%	30,5	-5,0%
Receitas de Acesso Indirecto	15,5	7,3	-52,7%	8,2	-10,0%
Outros	1,1	1,0	-10,8%	0,8	23,7%
Receitas de Operadores	26,2	26,6	1,4%	30,8	-13,7%
Vendas de Equipamento	0,2	0,3	84,2%	1,0	-65,7%
Outras Receitas	0,7	0,0	-	3,4	-
Custos Operacionais	72,0	61,2	-15,0%	66,8	-8,5%
Custos com Pessoal	2,6	1,5	-42,4%	2,7	-44,8%
Custos Directos de Serviços Prestados ⁽¹⁾	48,6	40,5	-16,7%	46,9	-13,7%
Custos Comerciais ⁽²⁾	4,8	5,8	20,8%	5,6	2,4%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	16,1	13,5	-16,2%	11,7	15,5%
EBITDAP	3,9	3,0	-21,5%	7,8	-61,1%
Provisões e Perdas de Imparidade	1,4	2,4	77,5%	2,2	6,9%
EBITDA	2,5	0,6	-74,7%	5,6	-88,5%
Margem EBITDA (%)	3,3%	1,0%	-2,4pp	7,8%	-6,8pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	6,7	7,8	15,3%	18,1	-57,0%
CAPEX Oper. em % Volume Negócios	9,0%	12,1%	3,1pp	25,4%	-13,3pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-4,2	-7,1	-69,0%	-12,5	43,1%
CAPEX Total	6,7	7,8	15,3%	18,1	-57,0%

(1) Custos Directos de Serviços Prestados = Interligação e conteúdos + Circuitos Alugados + Outros Custos de Operação de Rede; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos não correntes; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.



6. Software e Sistemas de Informação (SSI)



Mais uma vez, a SSI gerou bons resultados operacionais e financeiros, registando significativos crescimentos a nível de receitas e rentabilidade. Esta evolução positiva continua a ser impulsionada pelo crescimento e expansão internacional da WeDo Technologies, assim como pela crescente penetração de mercado de todas as outras empresas operacionais: Mainroad (*IT Management*, segurança e continuidade do negócio), Bizdirect (comercialização de soluções multi-marca de equipamento de IT) e Saphety (serviços de automatização de processos de negócio, facturação electrónica e segurança nas transacções B2B).

De notar que, como parte do processo de reestruturação do *portfolio* dos negócios da SSI, que se tornou efectivo a 1 de Janeiro de 2009, a anterior unidade B2B da Bizdirect foi integrada na Saphety. Devido à evolução bastante positiva da unidade BizProducts (sobretudo dedicada à venda de equipamentos) e às suas perspectivas de crescimento futuro, os accionistas da Bizdirect decidiram concentrar a empresa nesta área específica.

6.1. Indicadores Operacionais

SSI - INDICADORES OPERACIONAIS	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
Receitas Serv. IT/Colaboradores ⁽¹⁾ ('000euros)	28,2	28,2	-0,3%	32,5	-13,4%
Vendas Equipamento em % Vol. Negócios	46,8%	61,2%	14,4pp	53,5%	7,7pp
Vendas Equipam./Colaborador ⁽²⁾ ('000 euros)	975,8	1.448,3	48,4%	1.319,0	9,8%
EBITDA/Colaborador ('000 euros)	1,9	3,9	108,1%	3,3	18,7%
Colaboradores	460	502	9,1%	475	5,7%

1) Excluindo colaboradores dedicados a Vendas de Equipamento; (2) Bizdirect.

Durante o 1T09, as receitas de serviço por colaborador atingiram os 28,2 milhares de euros, um valor estável quando comparado com o trimestre homólogo, mas as vendas de equipamento por colaborador cresceram mais de 48% face ao ano anterior. O número total de colaboradores no final do trimestre era de 502, representando um crescimento de 9.1% face ao anterior, maioritariamente justificado pela necessidade adicional de consultores internos para suportar o crescimento do nível de actividade das empresas da SSI e a expansão internacional da WeDo. Este aumento do número de colaboradores gerou uma redução, face ao trimestre anterior, dos níveis de produtividade, medidos pelas receitas de serviços IT por colaborador. É expectável que os benefícios desta estrutura alargada só se tornem visíveis, ao nível da receita, nos próximos trimestres.

A **WeDo** manteve os esforços no sentido de consolidar a sua presença no mercado internacional, reforçar a sua posição de liderança no mercado de *Revenue Assurance*, expandir para além da sua tradicional base de clientes de telecomunicações e desenvolver o seu *portfolio* de produtos. Neste sentido, é de referir que a Praesidium, a actual divisão de consultoria da WeDo, expandiu a



sua base de actuação a 3 novas indústrias: *utilities*, serviços financeiros e retalho. A Praesidium, adquirida pela WeDo em 2007, é reconhecidamente a empresa líder em consultoria de gestão de risco no sector das telecomunicações, fornecendo serviços de consultoria a mais de 100 empresas de telecomunicações há mais de 12 anos.

Após a abertura, no final de 2008, de novos escritórios no México, os quais permitiram uma gestão mais eficiente de custos nessa região, a WeDo aumentou para 12 o número de países onde está presente. De salientar ainda que as encomendas da WeDo no 1T09 cresceram mais de 3,8%, face ao 1T08, e as receitas internacionais representaram mais de 58% do total de receitas.

A **Mainroad**, uma empresa líder em soluções de segurança e continuidade do negócio, foi considerada, pelo segundo ano consecutivo, para as categorias de “*Best Managed Services Data Centre*” e “*Best Risk Mitigation Service Provider*”, no concurso “*Data Centres Europe Awards*”. Durante o 1T09, a Mainroad lançou uma campanha publicitária na rádio e imprensa com o *slogan* “*You run your business, we support it*”. O objectivo desta campanha é recordar às empresas a importância do corte de custos nas suas estruturas de IT e do benefício de subcontratar esses serviços.

6.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
SSI CONSOLIDADO - DEM. RESULTADOS					
Volume de Negócios	27,05	39,92	47,6%	34,48	15,8%
Receitas de Serviço	14,40	15,49	7,6%	16,03	-3,4%
Vendas de Equipamento	12,65	24,43	93,2%	18,45	32,4%
Outras Receitas	0,07	0,25	-	0,70	-64,7%
Custos operacionais	26,19	38,11	45,5%	33,28	14,5%
Custos com Pessoal	6,94	7,02	1,1%	6,70	4,7%
Custos Comerciais ⁽¹⁾	12,78	24,34	90,5%	18,51	31,5%
Outros Custos Operacionais ⁽²⁾	6,47	6,75	4,4%	8,07	-16,3%
EBITDAP	0,93	2,06	120,6%	1,89	8,9%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,06	0,08	39,2%	0,06	32,1%
EBITDA	0,87	1,98	126,3%	1,83	8,0%
Margem EBITDA (%)	3,2%	4,9%	1,7pp	5,3%	-0,4pp
CAPEX Operacional ⁽³⁾	0,13	0,46	-	0,71	-35,4%
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	0,5%	1,1%	0,7pp	2,0%	-0,9pp
EBITDA - CAPEX Operacional	0,75	1,52	103,7%	1,12	35,4%
CAPEX Total	0,02	0,46	-	0,76	-40,0%

(1) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (2) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos não correntes; (3) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

O Volume de Negócios da SSI do 1T09, quando comparado com igual período do ano anterior, voltou a apresentar um crescimento significativo (mais de 47,6%) para os 39,9 milhões de euros. Este crescimento é justificado, quer pelo aumento das vendas de equipamento IT, que cresceram mais de 93% para os 24,4 milhões de euros, quer pelo crescimento das receitas de serviços, que aumentaram 7,6% devido, essencialmente, ao crescimento de 5,7% das receitas de serviço da WeDo, com particular destaque para o crescimento registado na região da latino-americana. Esta subsidiária continua a representar a maioria (cerca de 67% no 1T09) das receitas de serviço da SSI.



Durante o 1T09, as vendas de equipamentos representaram 61,2% do volume de negócios, um aumento de 7,7pp face ao trimestre anterior, resultado do contributo positivo das vendas de computadores da Bizdirect, em parte justificadas pelo sucesso do programa E-escolas.

EBITDA

O EBITDA da SSI foi positivo em 1,98 milhões de euros no 1T09, representando mais do dobro do nível alcançado no 1T08 (e um crescimento de 8,0% face ao trimestre anterior). A margem EBITDA cresceu 1,7pp, para os 4,9%, devido essencialmente à evolução positiva da WeDo e da Bizdirect e não obstante o aumento do volume de vendas de equipamento, que tipicamente implicam menores margens.

Relativamente à evolução da margem EBITDA, a WeDo atingiu 9,8% no 1T09, um crescimento significativo face aos 2,3% do 1T08. Este desempenho é resultado da evolução positiva nas receitas, da maior eficiência de custos na gestão da sua presença internacional e pelo desbloqueio de sinergias geradas pelas aquisições efectuadas no final de 2007.



7. Online e Media

No 1T09, a nossa unidade de Media foi reorganizada de modo a incorporar também os nossos outros portais on-line, nomeadamente o Clix.pt e o Miau.pt, um líder na área dos leilões em Portugal, que, juntamente com o Público.pt, são agora geridos de uma forma integrada, com o objectivo de extrair todas as possíveis sinergias entre os negócios.

Relativamente ao Público, a dinâmica do mercado publicitário continuou a deteriorar-se durante o 1T09, tendo as receitas de publicidade para a imprensa generalista diária paga diminuído, até Fevereiro, cerca de 19,1%¹ em comparação com igual período do ano anterior. Tal como já referido no passado, estes valores referem-se ao espaço de publicidade calculado com base nas tabelas de referência, os quais subestimam as tendências negativas dado que as pressões competitivas continuam a originar descontos mais elevados. Contrariamente às tendências do mercado durante a maior parte de 2008, estima-se que o primeiro trimestre de 2009 também tenha registado uma queda das receitas de publicidade dos jornais gratuitos de cerca de 39%, face ao mesmo período do ano passado.

Entre as diversas iniciativas comerciais implementadas pelo Público durante o 1T09, vale a pena destacar: (i) o lançamento da mais recente colecção dos produtos associados “Os Grandes Mistérios da Arqueologia”; (ii) também nos produtos associados, a campanha de venda de DVD’s por apenas 1,95 euros, nos quais se encontram 8 filmes premiados; e (iii) a promoção, em associação com a Universidade Católica, do VI ciclo de conferências “Olhares Cruzados sobre o Porto”. É também de salientar que, através da sua estratégia pioneira de inovação no contexto digital, o Público continua a ser um claro líder no acesso on-line entre os jornais Portugueses, uma área que apresenta um crescimento positivo.

O Miau.pt, o nosso portal de leilões on-line, que ocupa uma posição de destaque neste negócio em Portugal, atingiu um total de 32 milhões de páginas vistas no último trimestre de 2008. Actualmente, o Miau.pt tem mais de 58.000 ofertas activas nas diferentes categorias e já completou mais de 7 milhões de leilões desde o seu lançamento no ano 2000.

7.1. Indicadores Operacionais

PÚBLICO - INDIC. OPERACIONAIS	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
Circulação Média Mensal Paga ⁽¹⁾	43.284	40.005	-7,6%	41.234	-3,0%
Quota Mercado de Publicidade (%)	12,7%	11,8%	-0,9pp	13,2%	-1,4pp
Audiência ⁽²⁾ (%)	4,1%	4,6%	0,5pp	4,5%	0,1pp
Colaboradores	255	253	-0,8%	256	-1,2%

(1) Valor estimado, actualizado no trimestre seguinte; (2) Em % da população; Fonte: Bareme Imprensa 1ª Vaga 2009 .

A circulação paga diminuiu cerca de 7,6%, comparativamente com o 1T08, com uma média de 40.005 jornais vendidos no 1T09. Como já mencionado anteriormente, o mercado da imprensa paga continua a enfrentar importantes desafios competitivos, com o aumento da leitura on-line de jornais e o acréscimo de concorrência dos jornais gratuitos (apesar de, nos meses mais recentes, estes terem vindo a reduzir a sua circulação). Até Fevereiro de 2009 (última informação

¹ Fonte: Marktest/Media Monitor



disponível), a quota de mercado média do Público (entre os jornais diários generalistas), em termos de circulação paga, foi de 11.4%, cerca de 0.3pp abaixo do valor alcançado no mesmo período de 2008².

Os mais recentes indicadores de audiências continuam a mostrar um ligeiro aumento no número total de leitores, com o Público a alcançar cerca de 4,6% do público-alvo no 1T09 (um aumento de 0.5pp face ao 1T08).

A quota de mercado de publicidade do Público foi de 11,8% no 1T09, cerca de 0.9pp abaixo do valor conseguido no 1T08 e 1,4pp abaixo do trimestre anterior, não confirmando a evolução positiva registada no 4T08. A deterioração da envolvente macroeconómica está a conduzir a novos cortes nas despesas das empresas, com impacto negativo nos respectivos orçamentos publicitários. Estima-se que as perdas registadas pelo Público nas receitas de publicidade estejam em linha com os seus principais concorrentes.

7.2. Indicadores Financeiros

Milhões de Euros	1T08	1T09	Δ 09/08	4T08	Δ T/T
ONLINE E MEDIA - DEM. RESULTADOS CONSOLIDADOS					
Volume de Negócios	7,81	7,41	-5,1%	8,07	-8,1%
Vendas de Publicidade ⁽¹⁾	3,16	3,13	-0,7%	3,40	-7,9%
Vendas de Jornais	3,05	3,05	0,3%	2,94	4,0%
Vendas de Produtos Associados	1,60	1,22	-23,7%	1,73	-29,2%
Outras Receitas	0,06	0,05	-15,6%	0,34	-84,3%
Custos operacionais	9,00	8,30	-7,7%	8,81	-5,7%
Custos com Pessoal	2,91	3,05	5,1%	2,59	18,0%
Custos Comerciais ⁽²⁾	3,00	2,44	-18,7%	3,24	-24,7%
Outros Custos Operacionais ⁽³⁾	3,09	2,81	-9,1%	2,98	-5,7%
EBITDAP	-1,13	-0,84	25,6%	-0,40	-111,5%
Provisões e Perdas de Imparidade	0,04	0,07	77,1%	0,05	21,8%
EBITDA	-1,16	-0,90	22,3%	-0,45	-100,8%
Margem EBITDA (%)	-14,9%	-12,2%	2,7pp	-5,6%	-6,6pp
CAPEX Operacional ⁽⁴⁾	0,10	0,15	43,0%	0,03	-
CAPEX Oper. como % Volume Negócios	1,3%	2,0%	0,7pp	0,3%	1,7pp
EBITDA - CAPEX Operacional	-1,27	-1,05	17,0%	-0,48	-121,2%
CAPEX Total	0,10	0,15	43,0%	0,03	-

(1) Inclui conteúdos; (2) Custos Comerciais = Custos das Mercadorias Vendidas + Custos de Marketing e Vendas; (3) Outros Custos Operacionais = Serviços Subcontratados + Despesas Gerais e Administrativas + Outros custos não correntes; (4) Capex Operacional exclui Investimentos Financeiros e Provisões para desmantelamento de sites e outros investimentos não operacionais.

Volume de Negócios

Durante 1T09, o volume de negócios do Online e Media diminuiu cerca de 5,1% para 7,41 milhões de euros, reflexo de diferentes tendências nas linhas de receita: crescimento de 0,3% nas vendas dos jornais, em parte explicado pelo aumento de preço ocorrido no 4T08; crescimento este que foi totalmente absorvido pela evolução negativa nas receitas de publicidade (-0,7%), devido às tendências negativas do mercado, e pela evolução negativa na venda de produtos associados (-23,7%), resultado de um *mix* diferente de produtos associados propostos.

² Fonte: APCT



Em termos de evolução trimestral mais recente, é de destacar que as vendas de jornais registaram uma evolução positiva (+4.0%), face ao trimestre anterior.

O Público aumentou a sua participação na Unipress para 50% no final de 2008. Consequentemente, esta subsidiária, uma gráfica responsável pela impressão do Público, bem como de outros jornais, na zona norte do país, passou a ser, desde 1 de Janeiro de 2009, proporcionalmente consolidada nas contas do nosso negócio de Online e Media.

EBITDA

No 1T09 o negócio Online e Media gerou um EBITDA negativo de 0,9 milhões de euros, que, apesar de negativo, representa uma melhoria de 22,3% face ao 1T08. A tendência negativa ao nível do volume de negócios foi mais que compensada pelas reduções conseguidas na maioria das linhas de custos, incluindo uma redução de 18,7% nos custos comerciais e 9,1% nos outros custos operacionais. O Público vai continuar a explorar oportunidades de extensão da marca, expandir a presença do jornal on-line, procurando extrair sinergias entre a versão on-line e a versão em papel e racionalizar, sempre que possível, os seus custos.

8. Principais Desenvolvimentos Regulatórios no 1T09

De seguida, identificamos alguns dos principais acontecimentos regulatórios ocorridos no primeiro trimestre de 2009:

Redes de Acesso de Nova Geração (“NGNs”)

Na sequência da consulta pública promovida em Junho de 2008, a Anacom divulgou em Janeiro do corrente ano um relatório sobre a abordagem regulatória às questões relacionadas com as NGNs. Este relatório introduz um conjunto de propostas representativas da visão do regulador sobre este assunto. Entre outras, o regulador propõe, à semelhança do ocorrido na análise aos mercados 4 e 5 (ULL e acesso grossista à banda larga) a divisão do território nacional em zonas “competitivas” e “não competitivas”. No que respeita à transição entre o ULL e NGNs foi reconhecida a necessidade de proteger o investimento efectuado pelos operadores alternativos, devendo ser assegurada pelo operador incumbente a publicação atempada da informação relativa à evolução da rede de cobre para as NGNs. Deverá ser também assegurada a manutenção do acesso às centrais e lacetes durante um período razoável. De salientar, no entanto, que o regulador não apresentou qualquer calendário para concretizar a abordagem que apresentou no relatório.

Regime jurídico aplicável ao acesso e utilização de redes e infra-estruturas

O governo aprovou o decreto-lei que define um novo regime jurídico para o acesso e utilização de redes e infra-estruturas de comunicações electrónicas. De acordo com o comunicado divulgado pelo Conselho de Ministros, a legislação visa a remoção ou atenuação de barreiras à construção de infra-estruturas destinadas ao alojamento de redes de comunicações electrónicas, promovendo o desenvolvimento de redes de nova geração. O decreto-lei consagra a obrigatoriedade de construção de Infra-Estruturas de Telecomunicações na fase de loteamento ou de urbanização (“ITUR”), reforçando igualmente o regime jurídico aplicável às Infra-Estruturas de Telecomunicações em Edifícios (“ITED”), em que a instalação de fibra óptica passa a ser obrigatória. A par do estabelecimento de regras claras para as ITUR e ITED, houve ainda a preocupação de impor normas que evitem a monopolização da infra-estrutura pelo primeiro operador. Os termos exactos do referido diploma ainda não são conhecidos.

Processo de licenciamento de um novo operador móvel nas frequências 450-470 MHz

A Anacom decidiu indeferir o segundo pedido efectuado pela RNT - Rede Nacional de Telecomunicações, S.A. para a prorrogação do prazo para cumprimento das obrigações de reforço das caução, associadas à atribuição do direito de utilização de frequências. Este prazo tinha sido previamente prorrogado por 20 dias úteis, por decisão de 16 de Janeiro de 2009. Na sequência desta



decisão, o regulador emitiu uma decisão preliminar cancelando a atribuição de frequências na banda de 450-470 MHz à RNT.

Regulamento de Portabilidade

O novo Regulamento de Portabilidade foi publicado pela Anacom durante o 1T09. Não obstante a interposição de providências cautelares por parte da TMN e da PTC relativamente a algumas disposições do novo regulamento de portabilidade, este entrou em vigor a 4 de Março como inicialmente previsto, já que previamente a esta data a Anacom apresentou uma resolução fundamentada onde invocou interesse público para que a entrada em vigor do regulamento não fosse suspensa. De entre as alterações introduzidas no processo de portabilidade, por este novo regulamento, destacam-se a redução de certos prazos, com implicações significativas nos processos, e a aplicação de compensações por incumprimento de prazos.

9. Principais Desenvolvimentos Corporativos no 1T09

Aquisição de ações próprias

Entre os dias 13 de Março e 8 de Abril de 2009, a Sonaecom procedeu à aquisição em bolsa, através da *Euronext Lisbon*, de um total de 1.419.802 ações próprias, representativas de aproximadamente 0,39% do seu capital social. O preço médio ponderado destas aquisições foi de 1,4 euros por ação. À data de 8 de Abril de 2009, e na sequência da transferência de um total de 786.243 ações Sonaecom para colaboradores, no âmbito das obrigações previstas no Plano de Incentivos de Médio Prazo, a Sonaecom era titular de 6.564.202 ações próprias, representativas de aproximadamente 1,79% do seu capital social.

Fusão da Telemilénio com a Sonaecom - Serviços de Comunicações

Com efeitos contabilísticos partir de 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão da sociedade Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda. (ex-“Tele2 Portugal”) na Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. Este processo visou assegurar a qualidade de serviço e a possibilidade de prestar todos os serviços e funcionalidades da Sonaecom aos antigos clientes da Tele2, eliminando todos os obstáculos, nomeadamente em termos de rede, que retardaram durante parte de 2008 a obtenção das esperadas sinergias.



10. Demonstrações Financeiras Consolidadas



SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

BALANÇOS CONSOLIDADOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Março de 2009	Março de 2008	Dezembro de 2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:				
Imobilizações corpóreas	1.d), 1.i) e 6	573.821.360	533.743.526	585.741.539
Imobilizações incorpóreas	1.e), 1.f) e 7	267.103.636	186.702.834	272.817.888
Diferenças de consolidação	1.g) e 9	525.991.919	528.149.295	526.030.904
Investimentos em empresas associadas	1.b) e 4	-	757.069	-
Investimentos disponíveis para venda	1.h), 8 e 10	1.207.320	1.207.320	1.207.320
Impostos diferidos activos	1.q) e 11	123.951.735	103.275.882	124.862.171
Total de activos não correntes		1.492.075.970	1.353.835.926	1.510.659.822
ACTIVOS CORRENTES:				
Existências	1.j)	25.529.767	28.737.069	29.613.696
Clientes	1.k) e 8	164.310.853	191.036.282	173.693.076
Outras dívidas de terceiros	1.k) e 8	38.088.970	16.769.986	39.861.834
Outros activos correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	137.097.585	98.953.620	113.893.680
Caixa e equivalentes de caixa	1.l), 8 e 12	100.988.693	5.530.897	105.719.328
Total de activos correntes		466.015.868	341.027.854	462.781.614
Total do activo		1.958.091.838	1.694.863.780	1.973.441.436
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
CAPITAL PRÓPRIO:				
Capital social	13	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	1.v) e 14	(10.999.396)	(4.662.327)	(13.499.750)
Reservas	1.u)	577.366.175	575.537.229	570.756.015
Resultado líquido consolidado do período		244.168	(5.526.045)	4.998.142
		932.857.815	931.595.725	928.501.275
Interesses minoritários		296.886	920.447	452.717
Total do capital próprio		933.154.701	932.516.172	928.953.992
PASSIVO:				
PASSIVO NÃO CORRENTE:				
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	1.m), 1.n), 8 e 15	416.716.966	329.557.608	381.717.412
Outros passivos financeiros não correntes	1.i) e 16	21.775.291	17.696.902	17.171.773
Provisões para outros riscos e encargos	1.p), 1.t) e 17	33.460.766	31.735.595	32.205.441
Titularização de créditos	8 e 18	74.247.453	-	79.090.793
Impostos diferidos passivos	1.q) e 11	836.337	257.439	605.414
Outros passivos não correntes	1.s), 1.t), 1.y)	55.457.475	108.815	60.683.153
Total de passivos não correntes		602.494.288	379.356.359	571.473.986
PASSIVO CORRENTE:				
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	1.m), 1.n), 8 e 15	11.295.493	267.708	5.018.044
Fornecedores	8	164.717.713	174.705.592	179.071.782
Outros passivos financeiros	1.i), 8 e 19	2.099.463	1.745.124	1.553.506
Titularização de créditos	8 e 18	19.491.488	-	19.478.607
Outras dívidas a terceiros	8	25.646.864	21.409.429	30.130.988
Outros passivos correntes	1.s), 1.t) e 1.y)	199.191.828	184.863.396	237.760.531
Total de passivos correntes		422.442.849	382.991.249	473.013.458
Total do passivo e capital próprio		1.958.091.838	1.694.863.780	1.973.441.436

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Março de 2009</u>	<u>Março de 2008</u>	<u>Dezembro de 2008</u>
Vendas		39.015.544	20.622.514	106.556.250
Prestações de serviços		201.875.954	217.072.204	869.663.720
Outros proveitos operacionais		913.427	1.529.894	10.493.123
		<u>241.804.925</u>	<u>239.224.612</u>	<u>986.713.093</u>
Custo das vendas		(39.810.706)	(25.790.971)	(132.834.084)
Fornecimentos e serviços externos	20	(122.301.748)	(145.632.952)	(562.645.655)
Custos com o pessoal		(24.750.457)	(26.071.899)	(94.796.820)
Amortizações e depreciações	1. d), 1. e), 6 e 7	(39.402.857)	(37.270.824)	(157.575.667)
Provisões e perdas de imparidade	1.p), 1.w) e 17	(6.475.147)	(4.097.488)	(21.875.618)
Outros custos operacionais	1.x)	(3.080.729)	(3.563.578)	(14.175.446)
		<u>(235.821.644)</u>	<u>(242.427.712)</u>	<u>(983.903.290)</u>
Ganhos e perdas em empresas associadas	21	-	9.456	43.525
Outros custos financeiros	1.n), 1.o), 1.w), 1.x) e 21	(5.667.791)	(4.940.353)	(21.520.763)
Outros proveitos financeiros	1.o), 1.w) e 21	1.740.368	776.601	3.710.518
Resultados correntes		2.055.858	(7.357.396)	(14.956.917)
Imposto sobre o rendimento	1.q), 11 e 22	(1.696.979)	1.885.222	20.181.800
Resultado líquido consolidado do período		358.879	(5.472.174)	5.224.883
Atribuível a:				
Accionistas da empresa mãe	26	244.168	(5.526.045)	4.998.142
Interesses minoritários		114.711	53.871	226.741
Resultados por acção				
Incluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,00	(0,02)	0,01
Diluídos		0,00	(0,02)	0,01
Excluindo operações em descontinuação				
Básicos		0,00	(0,02)	0,01
Diluídos		0,00	(0,02)	0,01

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Notas</u>	<u>Março de 2009</u>	<u>Março de 2008</u>
Resultado líquido consolidado do período		358.879	(5.472.174)
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto:			
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	1.o) e 15	105.575	(171.764)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.y) e 27	(132.822)	(2.202.107)
Reconhecimento nos capital próprio das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivos de Médio Prazo	1.y) e 27	2.148.250	862.123
Variação de reservas de conversão cambial e outros	1.w)	16.270	(198.619)
		<hr/>	<hr/>
Componentes de outro rendimento integral consolidado do período, líquido de imposto		2.137.273	(1.710.367)
Rendimento integral consolidado do período		2.496.152	(7.182.541)
Atribuível a:			
Accionistas da empresa mãe		2.381.441	(7.236.412)
Interesses minoritários		114.711	53.871

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	2009												
	Capital Social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas				Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de ações próprias	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
			Reserva legal	Prémios de emissão de ações	Outras reservas								
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	1.002.287	775.290.377	(218.729.331)	-	(307.068)	13.499.750	570.756.015	-	4.998.142	928.501.275	
Aplicação do resultado consolidado de 2008	-	-	982.894	-	4.015.248	-	-	-	4.998.142	-	(4.998.142)	-	
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	(116.552)	-	2.148.250	105.575	-	-	2.137.273	244.168	
Aquisição de ações próprias	-	(1.283.692)	-	-	(1.283.692)	-	-	-	1.283.692	-	-	(1.283.692)	
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	3.784.046	-	-	4.538.934	-	(754.888)	-	(3.784.046)	-	-	3.784.046	
Outros	-	-	-	-	(525.255)	-	-	-	(525.255)	-	-	(525.255)	
Saldo em 31 de Março de 2009	366.246.868	(10.999.396)	1.985.181	775.290.377	(212.100.648)	1.393.362	(201.493)	10.999.396	577.366.175	-	244.168	932.857.615	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	452.717	-	452.717	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	114.711	-	114.711	
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(270.542)	-	(270.542)	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	296.886	-	296.886	
Total	366.246.868	(10.999.396)	1.985.181	775.290.377	(212.100.648)	1.393.362	(201.493)	10.999.396	577.366.175	296.886	244.168	933.154.701	
	2008												
	Capital Social	Ações próprias (Nota 14)	Reservas				Reservas para Planos de Incentivo a Médio Prazo	Reservas de cobertura	Reservas de ações próprias	Total de reservas	Interesses minoritários	Resultado líquido	Total
			Reserva legal	Prémios de emissão de ações	Outras reservas								
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	1.002.287	775.290.377	(248.360.691)	3.186.678	412.910	8.938.165	540.469.726	-	36.777.870	934.556.299	
Aplicação do resultado consolidado de 2007	-	-	-	-	36.777.870	-	-	-	36.777.870	-	(36.777.870)	-	
Rendimento integral consolidado do período findo em 31 de Março de 2008	-	-	-	-	(2.400.726)	-	862.123	(171.764)	-	-	(1.710.367)	(5.526.045)	
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	4.275.838	-	-	4.275.838	-	-	-	(4.275.838)	-	-	4.275.838	
Saldo em 31 de Março de 2008	366.246.868	(4.662.327)	1.002.287	775.290.377	(209.707.709)	4.048.801	241.146	4.662.327	575.537.229	-	(5.526.045)	931.595.725	
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	-	-	865.131	-	865.131	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53.871	-	53.871	
Interesses minoritários no rendimento integral	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.445	-	1.445	
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldo em 31 de Março de 2008	-	-	-	-	-	-	-	-	-	920.447	-	920.447	
Total	366.246.868	(4.662.327)	1.002.287	775.290.377	(209.707.709)	4.048.801	241.146	4.662.327	575.537.229	920.447	(5.526.045)	932.516.172	

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.



SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
 PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	<u>31 de Março de 2009</u>	<u>31 de Março de 2008</u>		
Actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	249.340.133	235.370.410		
Pagamentos a fornecedores	(178.039.472)	(181.940.681)		
Pagamentos ao pessoal	(31.949.796)	(31.606.431)		
Fluxo gerado pelas operações	<u>39.350.865</u>	<u>21.823.298</u>		
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento	753.853	(918.653)		
Outros recebimentos/pagamentos relativos a actividades operacionais	(19.347.189)	1.965.990		
Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>20.757.530</u>	<u>22.870.635</u>	<u>20.757.530</u>	<u>22.870.635</u>
Actividades de investimento				
Recebimentos provenientes de:				
Imobilizações corpóreas	468.024	129.349		
Imobilizações incorpóreas	-	3.361		
Juros e proveitos similares	2.065.149	783.160	2.533.173	915.870
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-	(765.050)		
Imobilizações corpóreas	(52.501.181)	(46.633.532)		
Imobilizações incorpóreas	(3.644.447)	(5.388.410)	(56.145.628)	(52.786.992)
Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>(3.644.447)</u>	<u>(5.388.410)</u>	<u>(56.145.628)</u>	<u>(51.871.122)</u>
Actividades de financiamento				
Recebimentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	41.573.390	115.384	41.573.390	115.384
Pagamentos respeitantes a:				
Amortizações de contratos de locação financeira	(352.667)	(400.055)		
Juros e custos similares	(6.812.153)	(4.040.797)		
Devolução prestações suplementares	(800.395)	-		
Aquisição de acções próprias	(1.283.693)	-		
Empréstimos obtidos	(5.024.272)	(44.500.000)	(14.273.180)	(48.940.852)
Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>(5.024.272)</u>	<u>(44.500.000)</u>	<u>(14.273.180)</u>	<u>(48.825.468)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	<u>(5.554.715)</u>	<u>(77.825.955)</u>		
Efeito das diferenças de câmbio	79.082	(29.135)		
Caixa e seus equivalentes no principio do período	<u>105.598.556</u>	<u>83.227.155</u>		
Caixa e seus equivalentes no final do período	<u>100.122.923</u>	<u>5.372.065</u>		

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A. E SUBSIDIÁRIAS
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euro)

	<u>31 de Março de 2009</u>	<u>31 de Março de 2008</u>
1 - Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
a) Pagamento de aquisições de anos anteriores		
Tecnológica Telecomunicações, Ltda.	-	765.050
	<u>-</u>	<u>765.050</u>
2 - Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	400.942	346.367
Depósitos à ordem	4.920.224	4.732.624
Aplicações de Tesouraria	95.667.527	451.906
Depósitos à ordem (saldos credores)	<u>(865.770)</u>	<u>(158.832)</u>
Caixa e seus equivalentes	100.122.923	5.372.065
Depósitos à ordem (saldos credores)	865.770	158.832
Disponibilidades constantes do balanço	100.988.693	5.530.897
3 - Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	61.896.601	149.411.397
b) Compra de empresas através da emissão de acções	Não aplicável	Não aplicável
c) Conversão de dívidas em capital	Não aplicável	Não aplicável

4 - Repartição do fluxo de caixa por ramo de actividade

Actividade	Fluxo das actividades operacionais	Fluxo das actividades de investimento	Fluxo das actividades de financiamento	Variação de caixa e seus equivalentes
Telecomunicações	41.473.827	(54.006.274)	(7.320.579)	(19.853.026)
Multimédia	(809.657)	(224.845)	(43.643)	(1.078.145)
Sistemas de Informação	(17.008.823)	(927.583)	(843.027)	(18.779.433)
Holding	(2.886.462)	1.546.216	35.507.499	34.167.253
Outras	(11.355)	31	(40)	(11.364)
	<u>20.757.530</u>	<u>(53.612.455)</u>	<u>27.300.210</u>	<u>(5.554.715)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009 e 2008.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



Anexo **às demonstrações financeiras consolidadas** **em 31 de Março de 2009 e 2008**

(Montantes expressos em Euros)

A SONAECOM, S.G.P.S., S.A. (“Empresa” ou “Sonaecom”) foi constituída em 6 de Junho de 1988, sob a firma Sonae – Tecnologias de Informação, S.A. e tem a sua sede no Lugar do Espido, Via Norte, Maia – Portugal, sendo a empresa-mãe dum universo de empresas conforme indicado nas Notas 2, 3 e 4 (“Grupo”).

Por escritura pública de 30 de Setembro de 1997, realizou-se a cisão-fusão da Pargeste, S.G.P.S., S.A., passando a Empresa a abarcar as participações financeiras das empresas ligadas ao núcleo de comunicação e tecnologias de informação da sociedade cindida.

Em 3 de Novembro de 1999, procedeu-se ao aumento de capital e alteração do pacto social, tendo a firma sido alterada para Sonae.com, S.G.P.S., S.A.. Desde então, o objecto social da Empresa é a gestão de participações sociais, tendo, na mesma data, o capital social sido redenominado para Euros, ficando este, na altura, representado por cento e cinquenta milhões de acções de valor nominal unitário de 1 Euro.

Em 1 de Junho de 2000, a Empresa foi objecto de uma Oferta Combinada de Acções, que integrou o seguinte:

- Oferta Pública de Venda de 5.430.000 acções, representativas de 3,62% do capital social, realizada no mercado nacional, dirigida: (i) aos colaboradores do Grupo Sonae; (ii) aos clientes das sociedades dominadas pela Sonaecom; e (iii) ao público em geral.

- Oferta Particular de Venda de 26.048.261 acções, representativas de 17,37% do capital social, dirigida a investidores institucionais, nacionais e estrangeiros.

Complementarmente à Oferta Combinada de Venda e nos termos a seguir indicados, teve lugar um aumento do capital social da Empresa, tendo as novas acções sido integralmente subscritas e realizadas pela Sonae, S.G.P.S., S.A. (accionista da Sonaecom, doravante designada “Sonae”). Este aumento de capital foi subscrito e realizado, na data de fixação do preço da Oferta Combinada de Venda, na modalidade de novas entradas em dinheiro, dando lugar à emissão de 31.000.000 de novas acções ordinárias, escriturais e com o valor nominal unitário de 1 Euro. O preço de subscrição das novas acções foi igual ao preço fixado para a alienação das acções na referida Oferta Combinada (10 Euros).

Adicionalmente, a Sonae alienou 4.721.739 acções representativas do capital social da Sonaecom ao abrigo da opção concedida aos bancos líderes da Oferta Particular de Venda e 1.507.865 acções a gestores do Grupo Sonae e a antigos sócios de empresas adquiridas pela Sonaecom.

Por deliberação da Assembleia Geral realizada em 17 de Junho de 2002, o capital social foi aumentado de 181.000.000 Euros para 226.250.000 Euros por subscrição pública reservada aos accionistas. Foram subscritas e realizadas 45.250.000 novas acções, de valor nominal unitário de 1 Euro, ao preço de 2,25 Euros por acção.

Em 30 de Abril de 2003, por escritura pública, a designação social foi alterada para SONAECOM, S.G.P.S., S.A..

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de Setembro de 2005, o capital social foi aumentado em 70.276.868 Euros de 226.250.000 Euros para 296.526.868 Euros, através da emissão de 70.276.868 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão de 242.455.195 Euros, inteiramente subscrito pelo accionista France Telecom. A escritura do aumento de capital foi celebrada no dia 15 de Novembro de 2005.



Por deliberação da Assembleia Geral de 18 de Setembro de 2006, o capital social foi aumentado em 69.720.000 Euros, de 296.526.868 Euros para 366.246.868 Euros, através da emissão de 69.720.000 novas acções, de valor nominal de 1 Euro cada, e com um prémio de emissão global de 275.657.217 Euros, subscrito pelos accionistas 093X – Telecomunicações Celulares, S.A. (EDP) e Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública). A escritura deste aumento de capital ocorreu a 18 de Outubro de 2006.

Por deliberação da Assembleia Geral de 16 de Abril de 2008, as acções escriturais ao portador foram convertidas em acções escriturais nominativas.

Os negócios do Grupo consistem, essencialmente, nas seguintes actividades:

- Operador de telecomunicações móveis;
- Operador de telecomunicações fixas e internet;
- Multimedia;
- Consultoria em sistemas de informação.

O Grupo desenvolve a sua actividade em Portugal, com algumas subsidiárias (da área de consultoria em sistemas de informação) a operar no Brasil, no Reino Unido, na Irlanda, na Polónia, na Austrália, no México, na Malásia, no Egipto e nos Estados Unidos da América.

Desde 1 de Janeiro de 2001, as empresas do Grupo sediadas na Zona Euro passaram a adoptar o Euro como moeda base nos seus processos, sistemas e registos contabilísticos.

As demonstrações financeiras consolidadas são também apresentadas em Euros, arredondados à unidade, e as transacções em moeda estrangeira são incluídas, de acordo com as políticas contabilísticas abaixo apresentadas.

1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas das empresas do Grupo Sonaecom e foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 2, 3 e 4), os quais foram preparados de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS") tal como adoptadas pela União Europeia. Estas demonstrações foram preparadas tendo por base o custo histórico, excepto para a reavaliação de certos instrumentos financeiros.

Para a Sonaecom, não existem diferenças entre os IFRS adoptados pela União Europeia e os IFRS publicados pelo *Internacional Accounting Standards Board*.

A data de 1 de Janeiro de 2003 correspondeu ao início do período da primeira aplicação pela Sonaecom dos IAS/IFRS, de acordo com a SIC 8 (First time adoption of IAS).

A 1 de Janeiro de 2009 tornou-se efectiva a revisão emitida a 29 de Março de 2007 à IAS 23 – “Custos de empréstimos obtidos”, a qual, face à anterior versão, eliminou a possibilidade de reconhecimento imediato na demonstração de resultados do exercício dos custos de empréstimos associados a activos que exigem um período de tempo substancial até estarem disponíveis para uso ou venda. A Sonaecom já adoptava o procedimento de capitalização desses custos como parte do custo do activo associado, pelo que esta revisão não produziu qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Adicionalmente, as seguintes normas e interpretações foram emitidas mas a sua aplicação não é ainda obrigatória ou a sua ratificação pela União Europeia ainda não ocorreu:

- Emenda à IFRS 7, obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- Emenda à IAS 39 obrigatória a 1 de Julho de 2008, mas ainda não endossada pela União Europeia;



- Emendas às IAS 27 e 39 e ainda à IFRS 5, obrigatórias a 1 de Julho de 2009;
- Emendas à IFRIC 9 e à IAS 39, obrigatórias para exercícios terminados em, ou após, 30 de Junho de 2009, mas ainda não endossadas pela União Europeia;
- Revisão da IFRS 1 – “Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro”, obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- Revisão da IFRS 3 – “Concentrações empresariais” (que abrange emendas às IAS 27, 28 e 31), obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 15 – “Contratos para a construção de imóveis”, obrigatória a 1 de Janeiro de 2009, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- IFRIC 16 – “Cobertura para Investimentos Líquidos em Operações no Exterior”, obrigatória a 1 de Outubro de 2008, mas ainda não endossada pela União Europeia;
- IFRIC 17 – “Distribuição de activos em espécie aos accionistas”, obrigatória a 1 de Julho de 2009;
- IFRIC 18 – “Transferências de activos de clientes”, obrigatória a 1 de Julho de 2009;

A aplicação destas normas e interpretações, quando aplicáveis, não produzirá efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas futuras do Grupo.

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados pelo Grupo a 31 de Março de 2009 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica “Interesses minoritários”.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da subsidiária, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e a capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a subsidiária subsequentemente relatar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenham sido recuperados.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição (ou de tomada de controlo) ou até à data da sua venda (ou cedência de controlo). As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Os encargos incorridos com a compra de investimentos financeiros em empresas do Grupo são considerados parte integrante do respectivo custo de aquisição.

As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se descritas na Nota 2.



b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os 'Investimentos em empresas associadas' (geralmente, investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, bem como pelas outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas por contrapartida da rubrica de 'Outras reservas'. Anualmente é efectuada uma avaliação dos investimentos em associadas, de modo a verificar se existem situações de imparidade.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, excepto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, altura em que procede ao registo de uma provisão para outros riscos e encargos para esse efeito.

Os 'Investimentos em empresas associadas' encontram-se descritos na Nota 4.

c) Empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto foi adquirido. De acordo com este método, os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 9). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do período, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, entre outros aspectos, é determinada com base nos acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se descritas na Nota 3.

d) Imobilizações corpóreas

As 'imobilizações corpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos, a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.



As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens, que são as seguintes:

	<u>Anos de vida útil</u>
Edifícios	50
Outras construções	10 - 20
Redes de telecomunicações	10 - 20
Outros equipamentos básicos	8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 - 10
Ferramentas e utensílios	5 - 8
Outras imobilizações corpóreas	4 - 8

As despesas correntes com reparação e manutenção do imobilizado são registadas como custo no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respectivos bens, são capitalizadas e amortizadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os custos estimados de desmantelamento e remoção de bens corpóreos, em cuja obrigação o Grupo incorre, são capitalizados e amortizados de acordo com a vida útil dos correspondentes bens.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registadas ao custo de aquisição. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão. Boas condições em termos de cobertura de rede e/ou condições necessárias para assegurar um serviço mínimo em termos de qualidade e fiabilidade técnica são exemplos das condições avaliadas pela gestão.

e) Imobilizações incorpóreas

As 'imobilizações incorpóreas' encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas. As 'imobilizações incorpóreas' só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o mesmo possuir o poder de controlar as mesmas e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As 'imobilizações incorpóreas' compreendem, essencialmente, software (excluindo aquele que se encontra associado a 'imobilizações corpóreas' – software de sites de telecomunicações), propriedade industrial, encargos incorridos com as licenças de operador de rede móvel (GSM e UMTS) e de rede fixa e os encargos incorridos com a aquisição de carteiras de clientes (valor atribuído no âmbito da alocação do preço de compra em concentrações de actividades empresariais).

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período estimado da sua vida útil (três a seis anos), a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas, sendo as licenças de operador de rede móvel e de rede fixa amortizadas pelo período de tempo estimado da concessão. Durante o terceiro trimestre de 2008, o Conselho de Administração do Grupo procedeu, com efeitos prospectivos, à revisão da vida útil estimada da licença UMTS, tendo em conta a elevada probabilidade de renovação da mesma, bem como a elevada probabilidade de que os custos associados à sua renovação não sejam significativos. Desta forma, a partir de 1 de Julho de 2008, a licença UMTS está a ser amortizada por um período compreendido entre a data de arranque da actividade comercial e a nova data estimada de termo da licença (2030). Custos adicionais com a licença, nomeadamente, os associados com os compromissos assumidos com a Sociedade de Informação, encontram-se a ser amortizados até ao termo estimado da licença acima indicado. As amortizações das



carteiras de clientes são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período médio estimado de retenção dos clientes que as compõem (4 a 6 anos).

As despesas com activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente, as despesas com investigação e desenvolvimento, são registadas como custo no momento em que são incorridas. As despesas de desenvolvimento apenas são reconhecidas como activo intangível na medida em que se demonstre a capacidade técnica para completar o activo a fim de o mesmo estar disponível para uso ou comercialização.

As amortizações do exercício das 'imobilizações incorpóreas' são registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

f) Marcas e patentes

As marcas e patentes são registadas ao seu custo de aquisição e são amortizadas a taxas constantes durante o seu período de vida útil estimada. Nos casos em que a vida útil é indefinida, as mesmas não são amortizadas, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

O grupo Sonaecom não detém quaisquer marcas e/ou patentes com vida útil indefinida, pelo que não é aplicável a segunda parte do parágrafo supra.

g) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros em empresas do grupo e associadas e o montante atribuído ao justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na rubrica de 'Diferenças de consolidação' e, quando negativas, após uma reavaliação do seu apuramento, são registadas directamente na demonstração de resultados. Até 1 de Janeiro de 2004, as 'Diferenças de consolidação' eram amortizadas durante o período estimado de recuperação do investimento, geralmente dez anos, sendo as amortizações registadas na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' do exercício. A partir de 1 de Janeiro de 2004, de acordo com a IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais", o Grupo suspendeu a amortização das 'Diferenças de consolidação', sujeitando as mesmas a testes de imparidade (alínea x). A partir dessa data, as perdas de imparidade do exercício relativas às 'Diferenças de consolidação' são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica de 'Amortizações e depreciações'.

Nas aquisições subsequentes de investimentos financeiros já detidos pelo Grupo, as diferenças de consolidação são apuradas através da diferença entre o custo de aquisição dos investimentos financeiros e o montante proporcional dos capitais próprios da empresa adquirida.

h) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados', 'Empréstimos e contas a receber', 'Investimentos detidos até ao vencimento' e 'Investimentos disponíveis para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

A classificação é definida no momento do reconhecimento inicial e reapreciada numa base trimestral.

- a) 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados'
Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'activos financeiros detidos para negociação' e 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Um activo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adopção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, excepto se estiverem afectos a operações de cobertura. Os activos desta categoria são classificados como activos correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data do balanço.



b) 'Empréstimos e contas a receber'

'Empréstimos e contas a receber' são activos financeiros não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que não se encontram cotados em mercados activos/ líquidos. Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo fornece dinheiro, bens ou serviços directamente a um devedor sem intenção de negociar a dívida.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são registados ao custo amortizado de acordo com o método da taxa de juro efectiva e deduzidos de qualquer imparidade.

Os 'Empréstimos e contas a receber' são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a sua maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como activos não correntes. Em ambos os casos, esta categoria aparece no balanço, incluída nas rubricas de 'Clientes' e 'Outras dívidas de terceiros'.

c) 'Investimentos detidos até ao vencimento'

Esta categoria inclui os activos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento.

d) 'Investimentos disponíveis para venda'

Incluem-se aqui os activos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadrem nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos activos não correntes, excepto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data do balanço.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transacção, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do activo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transacção, sendo a única excepção os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados'. Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transacção são reconhecidos na demonstração de resultados. Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os 'investimentos disponíveis para venda' e os 'investimentos registados ao justo valor através de resultados' são posteriormente mantidos ao justo valor.

Os 'Empréstimos e contas a receber' e os 'Investimentos detidos até ao vencimento' são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos 'Investimentos registados ao justo valor através de resultados' são registados na demonstração de resultados do exercício. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio. No momento em que esse investimento é vendido ou esteja em situação de imparidade, o ganho ou perda acumulada é registado na demonstração de resultados.

O justo valor dos investimentos é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado activo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo estabelece o justo valor através de outras técnicas de avaliação como o recurso a transacções de instrumentos financeiros substancialmente semelhantes, análises de fluxos financeiros e modelos de opção de preços ajustados para reflectir as circunstâncias específicas. Caso tal não possa ser utilizado, o grupo valoriza tais investimentos pelo seu custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade identificadas. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho da Euronext à data do balanço.



O Grupo efectua avaliações à data de cada balanço sempre que exista evidência objectiva de que um activo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa (superior a 25%) ou prolongada (durante dois trimestres consecutivos) do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo é indicativo de que o activo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para 'Investimentos disponíveis para venda', as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração de resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração de resultados.

i) Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou como locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação.

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais em função da substância e não da forma do respectivo contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o imobilizado corpóreo, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual ao justo valor ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos em falta até ao final do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados.

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD"), estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

j) Existências

As 'existências' são valorizadas ao custo de aquisição, deduzido das eventuais perdas de imparidade, o qual reflecte o seu valor estimado de realização.

As perdas acumuladas de imparidade para depreciação de existências reflectem a diferença entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas de imparidade por baixa rotação, obsolescência e deterioração.

k) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de 'Clientes' e as 'Outras dívidas de terceiros' são registadas pelo seu valor realizável líquido e não incluem juros, por não se considerar material o efeito da sua actualização financeira.

Estes investimentos financeiros surgem quando o Grupo empresta dinheiro, fornece bens ou presta serviços directamente a um devedor sem intenção de transaccionar o montante a receber.

O montante desta rubrica encontra-se deduzido de eventuais perdas de imparidade. Recuperações subsequentes de montantes anteriormente sujeitos a imparidade, são creditadas na rubrica de 'Outros proveitos operacionais' da demonstração de resultados.

l) Caixa e equivalentes de caixa



Os montantes incluídos na rubrica de 'Caixa e equivalentes de caixa' correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria para os quais o risco de alteração de valor não é significativo.

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método directo. O Grupo classifica na rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica 'Caixa e equivalentes de caixa' compreende também os descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica 'Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos'.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas subsidiárias e associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos imobilizados. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação financeira.

Todos os montantes incluídos nesta rubrica são possíveis de ser realizados no curto prazo, não existindo qualquer montante penhorado nem dado como garantia.

m) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com o método da taxa de juro efectiva. Os juros corridos mas não vencidos são acrescidos ao valor dos empréstimos até ao momento da sua liquidação.

n) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo à medida que são incorridos. Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de activos fixos são capitalizados fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos inicia-se com a preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou no final de produção ou construção do activo ou ainda, quando o projecto em causa se encontra suspenso.

o) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados ("cash flow hedges") utilizados pelo Grupo respeitam a "swaps" de taxa de juro para cobertura do risco de taxa de juro em empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, prazos de vencimento dos juros e planos de reembolso dos empréstimos subjacentes aos "swaps" de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos contratados. A variação no justo valor dos "swaps" de cobertura de "cash-flow" é registada no activo ou no passivo por contrapartida da rubrica dos capitais próprios "Reservas de cobertura".

Nos casos em que o instrumento de cobertura se revela ineficaz, os montantes gerados por ajustamentos ao justo valor são registados directamente na demonstração de resultados.

p) Provisões e contingências

As 'Provisões' são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma



saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Provisões para reestruturações apenas são registadas caso o Grupo possua um plano detalhado e este já tenha sido devidamente comunicado às partes envolvidas.

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo as mesmas divulgadas no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

q) Imposto sobre o rendimento

O 'Imposto sobre o rendimento' do período inclui o imposto corrente e o imposto diferido, de acordo com a IAS 12.

A Sonaecom é abrangida, desde Janeiro de 2008, pelo Regime especial de tributação dos grupos de sociedades, pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime especial, de acordo com as regras do mesmo. O Regime especial de tributação dos grupos de sociedades engloba todas as empresas participadas directa ou indirectamente em pelo menos 90% do capital social e que sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas. Para as empresas não abrangidas pelo regime especial de tributação, o imposto corrente é calculado com base nos respectivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respectivos montantes para efeitos de tributação.

Os 'Impostos diferidos activos' são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício é efectuada uma revisão dos impostos diferidos registados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou registados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação (Nota 11).

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o activo ou o passivo seja realizado.

Nos casos em que os impostos diferidos são relativos a activos ou passivos registados directamente no capital próprio, o seu registo também é efectuada na rubrica de capital próprio. Nas outras situações, os impostos diferidos são sempre registados na demonstração de resultados.

r) Subsídios atribuídos pelo Governo

Subsídios atribuídos para financiar formação de pessoal são reconhecidos como proveitos durante o período de tempo durante o qual o Grupo incorre nos respectivos custos e são apresentados na demonstração de resultados a deduzir a esses mesmos custos.

Subsídios atribuídos para financiar investimentos são registados como proveitos diferidos e reconhecidos na demonstração de resultados, em 'Outros proveitos operacionais'. No caso dos investimentos em imobilizado, tais subsídios são reconhecidos durante o período de vida útil estimado para os bens em causa e, no caso de outro tipo de investimentos, à medida que este vai sendo realizado.



s) Especialização de exercícios e Rédito

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido, são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas de 'Outros activos não correntes', 'Outros activos correntes', 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes' são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que os serviços são prestados. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados por estimativa com base na valorização global do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos bens são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas antes de impostos e líquidas de descontos.

Os proveitos relacionados com os cartões pré-pagos são reconhecidos à medida que os minutos são consumidos. No final de cada período é efectuada uma estimativa dos minutos por consumir e o valor de receita associado a estes minutos é diferido.

Os encargos com os programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, atribuídos pela filial Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A., são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados por contrapartida da rubrica 'Outros passivos correntes'.

Os custos e proveitos dos projectos de consultoria, desenvolvidos na área de sistemas de informação, são reconhecidos, em cada exercício, em função da percentagem de acabamento dos mesmos.

Os activos e passivos não financeiros não correntes são registados pelo seu justo valor e, em cada exercício, a actualização financeira para o justo valor é registada na demonstração de resultados nas rubricas de 'Outros custos financeiros' e 'Outros proveitos financeiros'.

Os dividendos apenas são reconhecidos quando o direito dos accionistas ao seu recebimento já estiver devidamente estabelecido e comunicado.

t) Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões para outros riscos e encargos' são classificados como activos e passivos não correntes (Notas 11 e 18).

u) Reservas

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da 'Reserva legal' até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta



reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas de prémios de emissão de acções

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para a 'Reserva legal', isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo

De acordo com a IFRS 2, a responsabilidade com os Planos de Incentivo de Médio Prazo liquidados através da entrega de acções próprias é registada, a crédito, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', sendo que tal reserva não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reservas de cobertura

As reservas de cobertura reflectem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 1. o), sendo que as mesmas não são passíveis de ser distribuídas ou serem utilizadas para absorver prejuízos.

Reservas de acções próprias

As 'Reservas de acções próprias' reflectem o valor das acções próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa, apresentadas de acordo com as IAS/IFRS. Assim, a 31 de Março de 2009, a Sonaecom, SGPS, S.A., não dispunha de reservas que, pela sua natureza, fossem consideradas distribuíveis.

v) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são registadas na rubrica 'Outras reservas'.

w) Moeda estrangeira

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data dos balanços.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício nas rubricas de resultados financeiros.

São tratadas como entidades estrangeiras aquelas que, operando no estrangeiro, têm autonomia organizacional, económica e financeira.

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data do balanço, sendo que os custos e proveitos dessas demonstrações financeiras foram convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do período. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica 'Outras reservas'.



As 'Diferenças de consolidação' e os ajustamentos de justo valor gerados nas aquisições de entidades estrangeiras com moeda funcional diferente do Euro são convertidos à data de fecho do balanço.

As cotações utilizadas para conversão em Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

	2009		2008	
	31.03.09	Média	31.03.08	Média
Libra inglesa	1,07434	1,10102	1,25660	1,32128
Real brasileiro	0,32502	0,33162	0,36292	0,38462
Dólar americano	0,75143	0,76807	0,63243	0,66840
Zloti (Polónia)	0,21329	0,22286	0,28393	0,27959
Dólar australiano	0,52040	0,50906	0,57690	0,60537
Pesos mexicanos	0,05330	0,05343	-	-
Libra egípcia	7,47775	7,30731	-	-
Ringgit (Malásia)	0,20613	0,21168	-	-

x) Imparidade de activos

São efectuados testes de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual um activo se encontra registado possa não ser recuperado. Sempre que o montante pelo qual um activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica de 'Amortizações e depreciações' nos casos de Imobilizado e de Diferenças de consolidação, na rubrica 'Outros custos financeiros' no caso de Investimentos financeiros e, para os outros activos, na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade'. A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Evidência da existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos no pagamento de juros e outros pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para determinadas categorias de activos financeiros para as quais não é possível determinar a imparidade em termos individuais, esta é calculada em termos colectivos. Evidência objectiva de imparidade para um portfólio de contas a receber pode incluir a experiência passada em termos de cobranças, aumento do número de atrasos nos recebimentos, assim como alterações nas condições económicas nacionais ou locais que estejam correlacionadas com a capacidade de cobrança.

Para o valor das Diferenças de consolidação e de Investimentos financeiros, a quantia recuperável é determinada com base nos últimos planos de negócio devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo. Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e estatística, que lhe permite efectuar uma previsão dos montantes em imparidade. No caso das Existências, as imparidades são calculadas com base nos valores de mercado e em diversos indicadores de rotação das existências.

y) Planos de Incentivo de Médio Prazo

O tratamento contabilístico dos Planos de Incentivo de Médio Prazo é baseado na IFRS 2 – Pagamento com Base em Acções.



De acordo com a IFRS 2, quando os planos estabelecidos pelo Grupo são liquidados através da entrega de acções próprias, a responsabilidade estimada é registada a crédito na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo', no Capital próprio, por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício.

Essa responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de atribuição do plano e reconhecida durante o período de diferimento de cada plano (desde a data de atribuição do plano até à sua data de vencimento). A responsabilidade total é calculada proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de atribuição até à data da contabilização.

Quando as responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, isto é, quando são substituídas pelo pagamento de uma verba fixa a uma entidade externa ao Grupo, que assume a responsabilidade de entrega das acções na data de vencimento de cada plano, o tratamento contabilístico acima referido, sofre as seguintes adaptações:

- a) O valor total a pagar é registado no balanço nas rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes';
- b) A parte da responsabilidade ainda não reconhecida na demonstração de resultados (relacionada com o período ainda a decorrer até à data de exercício) é diferida e registada no balanço nas rubricas 'Outros activos não correntes' e 'Outros activos correntes';
- c) O efeito líquido dos registos referidos em a) e b) anulam o impacto, acima mencionado, em Capitais próprios;
- d) Na demonstração de resultados, o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento, continua a ser registado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Para os planos liquidados em dinheiro, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Quando estas responsabilidades são abrangidas por um contrato de cobertura, a contabilização é efectuada da mesma forma, mas com a responsabilidade quantificada com base no valor fixado no contrato.

Os planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe são contabilizados como se se tratassem de planos liquidados em dinheiro, ou seja, a responsabilidade estimada é registada no balanço nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes', por contrapartida da rubrica de 'Custos com o pessoal' da demonstração de resultados do exercício, para o custo referente à parte já decorrida do período de diferimento. A responsabilidade é quantificada com base no justo valor das acções à data de cada balanço.

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom, que eram liquidados em numerário, passando a ser liquidados em acções.

A 31 de Março de 2009, todos os planos de acções Sonaecom em aberto estavam cobertos através da detenção de acções próprias. O impacto associado aos planos de acções dos Planos de Incentivo de Médio Prazo relativos a acções Sonaecom está contabilizado, no balanço, na rubrica de 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

Em relação aos planos liquidados através da entrega de acções da empresa-mãe, com a excepção de um dos planos, o Grupo efectuou contratos de cobertura, com uma entidade externa, através dos quais fixou o preço para a aquisição das referidas acções, pelo que a responsabilidade com os mesmos se encontra registada ao preço fixado no contrato, proporcionalmente ao período de tempo decorrido desde a data de



atribuição até à data da contabilização, nas rubricas de 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'. Na demonstração de resultados, o custo está contabilizado na rubrica de 'Custos com o pessoal'.

z) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

aa) Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 incluem:

- a) Vidas úteis do activo tangível e intangível;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo (Contas a Receber e Existências) e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pela IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

ab) Gestão do Risco Financeiro

A actividade do Grupo está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de mercado, o risco de liquidez e o risco de crédito.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas, recorrendo, sempre que possível e aconselhável, a instrumentos derivados de cobertura (Nota 1. o)).

Risco de mercado

a. Risco de taxa de câmbio

O Grupo opera internacionalmente e detém subsidiárias a operar no Brasil, no Reino Unido, na Polónia, nos Estados Unidos, no México, na Austrália, no Egipto e na Malásia (sucursal), estando assim exposto ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.



Sempre que possível, o Grupo tenta realizar coberturas naturais dos valores em exposição, compensando os créditos concedidos e recebidos expressos na mesma moeda. Quando tal não se revele possível ou adequado, o Grupo recorre a outros instrumentos derivados de cobertura.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de algumas das suas subsidiárias relatarem em moeda diferente do Euro, sendo imaterial o risco associado à actividade operacional.

b. Risco de taxa de juro

A totalidade do endividamento da Sonaecom encontra-se indexada a taxas variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio da sociedade é mitigado pelo efeito dos seguintes factores: (i) relativamente baixo nível de alavancagem financeira; (ii) possibilidade de utilização de instrumentos derivados de cobertura do risco de taxa de juro, conforme referido abaixo; (iii) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (iv) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Grupo apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados significantes. Três princípios são utilizados na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura do risco da taxa de juro:

- Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a um determinado financiamento, existe coincidência entre as datas dos fluxos de juros pagos nos financiamentos objecto de cobertura e as datas de liquidação ao abrigo do instrumento de cobertura;
- Equivalência perfeita entre as taxas base: o indexante utilizado no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser o mesmo que o aplicável ao financiamento/ transacção que está a ser coberta;
- Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios do Grupo.

Uma vez que a totalidade do endividamento da Sonaecom (Nota 15) encontra-se indexado a taxas variáveis, swaps de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os swaps de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados a taxas variáveis para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a Empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados, da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nominais acordados.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política do Grupo privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento. Para efeitos de determinação da contraparte das operações pontuais, a Sonaecom solicita a apresentação de propostas e preços indicativos a um número representativo de bancos de forma a garantir a adequada competitividade dessas operações.

Na determinação do justo valor das operações de cobertura, o Grupo utiliza determinados métodos, tais como modelos de avaliação de opções e de actualização de fluxos de caixa futuros, e utiliza determinados pressupostos que são baseados nas condições de taxas de juro de mercado prevalecentes à data de Balanço. Cotações comparativas de instituições financeiras, para instrumentos específicos ou semelhantes, são utilizadas como referencial de avaliação.



O justo valor dos derivados contratados, que se qualifiquem como de cobertura de justo valor ou que não sejam considerados suficientemente eficazes na cobertura de fluxos de caixa (conforme definições da IAS 39), é reconhecido nas rubricas de empréstimos, sendo as variações do seu justo valor reconhecidas directamente na demonstração de resultados do exercício. O justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa, considerados eficazes de acordo com o definido pela IAS 39, é reconhecido nas rubricas de empréstimos e as variações registadas no capital próprio.

O Conselho de Administração da Sonaecom aprova os termos e condições dos financiamentos considerados materiais para a Empresa, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixo/variável). No âmbito da política acima definida, cabe à Comissão Executiva, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, a decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

c. Risco de liquidez

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência Financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

Os principais parâmetros subjacentes a tal política correspondem ao tipo de instrumentos permitidos, ao nível de risco máximo aceitável, ao montante máximo de exposição por contraparte e aos prazos máximos de investimento.

A liquidez existente numa determinada subsidiária deverá ser aplicada nas alternativas abaixo descritas e pela ordem de prioridade apresentada:

- i. Amortização de dívida de curto prazo – após comparação do custo de oportunidade de amortização e o custo de oportunidade inerente aos investimentos alternativos;
- ii. Gestão consolidada de liquidez – a liquidez existente nas empresas do Grupo, deverá ser prioritariamente aplicada em empresas do Grupo, para que de uma forma consolidada seja reduzida a utilização de dívida bancária;
- iii. Recurso ao mercado.

O investimento por recurso ao mercado está limitado à contratação de operações com contrapartes elegíveis, isto é, que cumpram com determinadas notações de *rating* previamente definidas pela Administração, e limitada a determinados montantes máximos por contraparte.

A definição de limites máximos por contraparte tem como objectivo garantir que as aplicações de excedentes são realizadas de uma forma prudente e em observância dos princípios de gestão de relacionamento bancário.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

A análise da maturidade dos empréstimos obtidos é apresentada na Nota 15.



d. Risco de Crédito

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua actividade operacional. O risco de crédito associado a operações financeiras é mitigado pelo facto de o Grupo apenas negociar com entidades de elevada qualidade creditícia.

A gestão deste risco tem por objectivo garantir a efectiva cobrança dos seus créditos nos prazos estabelecidos sem afectar o equilíbrio financeiro do Grupo. O Grupo recorre a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

O montante relativo a clientes e outros devedores apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.



2. Empresas incluídas na consolidação

As empresas do grupo incluídas na consolidação pelo método integral, suas sedes sociais, actividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de Março de 2009 e 2008, são as seguintes:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Empresa-mãe:							
SONAECOM, S.G.P.S., S.A. ("Sonaecom")	Maia	Gestão de participações sociais.	-	-	-	-	-
Subsidiárias:							
Be Artis - Concepção, Construção e Gestão de Redes de Comunicações, S.A. ("Artis")	Maia	Concepção, construção, gestão e exploração de redes de comunicações electrónicas e dos respectivos equipamentos e infra-estruturas, gestão de activos tecnológicos próprios ou de terceiros e prestação de serviços conexos.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Be Towering – Exploração de Torres de Telecomunicações, S.A. ("Be Towering")	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamentos de telecomunicações.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Americas, Inc ("Cape America")	Miami	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies Limited ("Cape Technologies")	Dublin	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do	100%	100%	100%	100%
Cape Technologies (UK) Limited ("Cape UK")	Cardiff	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
Digitmarket – Sistemas de Informação, S.A. ("Digitmarket" – usando a marca "Bizdirect")	Maia	Desenvolvimento de plataformas de gestão e comercialização de produtos, serviços e informação, tendo como principal suporte a internet.	Sonae.com Sistemas de Informação	75,10%	75,10%	75,10%	75,10%
Lugares Virtuais, S.A. ("Lugares Virtuais") (a)	Maia	Organização e gestão de portais electrónicos on-line, aquisição de conteúdos, gestão de leilões electrónicos, aquisição e disponibilização de produtos e serviços por via electrónica e quaisquer actividades conexas.	Miauger	100%	100%	-	-
Mainroad – Serviços em Tecnologias de Informação, S.A. ("Mainroad")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Miauger – Organização e Gestão de Leilões Electrónicos, S.A. ("Miauger")	Maia	Organização e gestão de leilões electrónicos "on-line" de produtos e serviços.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em Junho de 2008.



Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
M3G – Edições Digitais, S.A. ("M3G")	Maia	Edições digitais, edição electrónica e produção de conteúdos na internet.	Público	100%	100%	100%	100%
Per-Mar – Sociedade de Construções, S.A. ("Per-Mar")	Maia	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Sonaecom Serviços de Comunicações	100%	100%	100%	100%
Praesidium Services Limited ("Praesidium Services")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Praesidium Technologies Limited ("Praesidium Technologies")	Berkshire	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do UK	100%	100%	100%	100%
Público – Comunicação Social, S.A. ("Público")	Porto	Redacção, composição e edição de publicações periódicas e não periódicas.	Sonaetelecom BV	100%	100%	100%	100%
Saphety Level – Trusted Services, S.A. (Saphety)	Maia	Prestação de serviços, formação e consultoria em comunicação, processamento, e certificação electrónica de dados; comercialização, desenvolvimento e representação de software.	Sonae.com Sistemas de Informação	86,995%	86,995%	100%	100%
Sonaecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaecom - Serviços de Comunicações, S.A. ("Novis" e "Optimus")	Maia	Implementação, operação, exploração e oferta de redes e prestação de serviços de comunicações electrónicas, bem como quaisquer recursos conexos e, ainda, fornecimento e comercialização de produtos e equipamentos de comunicações electrónicas.	Sonaecom	53,54%	53,54%	53,54%	53,54%
			Sonae Telecom	37,94%	37,94%	37,94%	37,94%
			Sonaecom BV	8,52%	8,52%	8,52%	8,52%
Sonae com - Sistemas de Informação, S.G.P.S., S.A. ("Sonae.com Sistemas de Informação")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito do negócio de corporate venturing e joint-ventures.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom



Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Sonae Telecom, S.G.P.S., S.A. ("Sonae Telecom")	Maia	Gestão de participações sociais, no âmbito das telecomunicações.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Sonaetelecom BV	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	Sonaecom	100%	100%	100%	100%
Tecnológica Telecomunicações, LTDA. ("Tecnológica")	Rio de Janeiro	Prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e telecomunicações.	We Do Brasil	99,99%	99,90%	99,99%	99,90%
Telemilénio Telecomunicações - Sociedade Unipessoal, Lda. ("Tele2")	Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações, nomeadamente serviço fixo telefónico e internet.	Sonaecom	Fusionada		100%	100%
We Do Consulting – Sistemas de Informação, S.A. ("We Do")	Maia	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Sonae.com Sistemas de Informação	100%	100%	100%	100%
Wedo do Brasil Soluções Informáticas, Ltda. ("We Do Brasil")	Rio de Janeiro	Comercialização de software e hardware; prestação de serviços de consultoria e assistência técnica relacionados com informática e processamento de dados.	We Do	99,91%	99,91%	99,91%	99,91%
We Do Poland Sp. Z.o.o. ("Cape Poland")	Poznan	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies BV ("We Do BV") (a)	Amesterdão	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	-	-
We Do Technologies BV - Sucursal Malásia ("We Do Malaysia") (b)	Kuala Lumpur	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV	100%	100%	-	-
We Do Technologies Mexico, S de R.L. ("We Do Mexico") (b)	Cidade do México	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV	95% 5%	95% 5%	- -	- -
We Do Technologies Egypt a Limited ("We Do Egypt") (b)	Cairo	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	We Do BV Sonaecom BV Sonaetelecom BV	90% 5% 5%	90% 5% 5%	- - -	- - -
We Do Technologies (UK) Limited ("We Do UK")	Berkshire	Gestão de participações sociais.	We Do	100%	100%	100%	100%
We Do Technologies Australia PTY Limited ("Cape Asia")	Sidney	Prestação de serviços de consultoria na área dos sistemas de informação.	Cape Technologies	100%	100%	100%	100%

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa constituída em Junho de 2008.

(b) Empresas constituídas em Setembro de 2008.

Todas estas empresas foram incluídas na consolidação, pelo método de consolidação integral, conforme estabelecido pela IAS 27 (maioria dos direitos de voto, sendo titular de capital da empresa).



3. Empresas controladas conjuntamente

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o Grupo controla conjuntamente e consolida pelo método proporcional o seguinte agrupamento e a seguinte empresa:

Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido			
				2009		2008	
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*
Vipu Ace ("Sexta")	Lisboa	Optimização de meios para a actividade de edição de conteúdos para edições periódicas em papel, para suporte digital, vídeo ou TV.	Público	50%	50%	50%	50%
Unipress (a)	Vila Nova de Gaia	Comércio, industria de artes gráficas e impressão de jornais.	Público	50%	50%	40%	40%

* Percentagem de capital detido pela Sonaecom

(a) Empresa que passou a ser detida a 50%, em Dezembro de 2008, e que era consolidada pelo método da equivalência patrimonial (Nota 4).

Em 31 de Março de 2009 e 2008, os principais impactos decorrentes da consolidação pelo método proporcional, das entidades acima referidas, são os seguintes (débito/(crédito)):

	2009	2008
Activos não correntes	3.727.581	13.138
Activos correntes	424.549	75.219
Passivos não correntes	(3.023.941)	-
Passivos correntes	(504.205)	(304.296)
Resultado líquido	(16.764)	206.357
Total de proveitos	(489.875)	(111.941)
Total de custos	473.111	318.298

4. Investimentos em empresas associadas

Em 31 de Março de 2009 e 2008, esta rubrica incluía investimentos em empresas associadas, cujas sedes sociais, actividade principal, detentor do capital, proporção do capital detido e valor de balanço, são os seguintes:



Firma (Marca comercial)	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	Percentagem do capital detido				Valor de balanço	
				2009		2008		2009	2008
				Directo	Efectivo*	Directo	Efectivo*		
Empresas associadas:									
Net Mall, S.G.P.S., S.A. ("Net Mall")	Maia	Gestão de participações sociais.	Sonae Com Sistemas de Informação	(Dissolvida)		39,51%	39,51%	-	(a)
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. ("S.I.R.S." – usando a marca " Rádio Nova")	Porto	Actividade de radiodifusão sonora.	Público	45%	45%	45%	45%	(a)	(a)
Unipress – Centro Gráfico, Lda. ("Unipress")	V.N.Gaia	Comércio e indústria de artes gráficas e edição de publicações.	Público	50%	50%	40%	40%	(b)	757.069
								-	757.069

* Percentagem efectiva de capital detido pela Sonae com

(a) Participação que se encontra registada por um valor nulo.

(b) A partir de 31 de Dezembro de 2008, a empresa passou a ser consolidada pelo método proporcional.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação, pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 1. b), não tendo sido necessário efectuar qualquer ajustamento de uniformização das políticas contabilísticas das empresas associadas com as políticas contabilísticas do Grupo, dado não existirem diferenças significativas.

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o valor dos activos, passivos, proveitos e resultado líquido das empresas associadas foi como segue:

2009				
Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	596.939	594.185	286.935	39.231
2008				
Empresa	Activo	Passivo	Total de proveitos	Resultado líquido
Unipress - Centro Gráfico, Lda (1)	9.828.695	7.947.107	3.581.171	53.639
Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A.	535.583	551.012	301.060	28.663
Netmall, S.G.P.S., S.A.	14.573	21.060	55	(770)

(1) Valores a 31.12.2006



5. Alterações ocorridas no Grupo

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, verificaram-se as seguintes alterações no Grupo:

5. a) Outras

Em 1 de Janeiro de 2009, procedeu-se à fusão por incorporação da filial Telemilénio Telecomunicações, Sociedade Unipessoal, Lda., na filial Sonaecom Serviços de Comunicações, S.A., possibilitando uma maior eficiência operacional e uma maior contenção de custos. Esta operação foi aprovada em Assembleia Geral das respectivas sociedades, ambas realizadas em 24 de Novembro de 2008.

6. Imobilizações corpóreas

Nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2008	1.391.593	252.295.915	891.297.575	161.116	157.107.115	1.189.329	5.139.704	88.154.502	1.396.736.849
Adições	-	102.212	3.021.518	38.621	2.277.886	-	36.466	12.736.720	18.213.423
Alienações	-	(189.906)	(177.044)	(38.621)	(84.341)	-	-	-	(489.912)
Transferências e abates	-	5.951.440	23.350.189	-	1.197.551	2.902	14.870	(30.645.233)	(128.281)
Saldo em 31.03.2009	1.391.593	258.159.661	917.492.238	161.116	160.498.211	1.192.231	5.191.040	70.245.989	1.414.332.079
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2008	-	130.910.565	545.294.870	125.491	130.529.609	1.131.114	3.003.661	-	810.995.310
Amortizações do período	-	2.602.767	22.404.554	4.314	4.365.593	5.763	175.782	-	29.558.773
Alienações	-	(8.180)	(32.079)	(17)	(6.595)	-	-	-	(46.871)
Transferências e abates	-	-	1.627	-	1.880	-	-	-	3.507
Saldo em 31.03.2009	-	133.505.152	567.668.972	129.788	134.890.487	1.136.877	3.179.443	-	840.510.719
Valor líquido	1.391.593	124.654.509	349.823.266	31.328	25.607.724	55.354	2.011.597	70.245.989	573.821.360



	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Ferramentas e utensílios	Outras imobilizações corpóreas	Imobilizações em curso	Total
ACTIVO BRUTO:									
Saldo em 31.12.2007	1.391.593	235.216.110	842.983.026	129.546	143.432.036	1.096.920	2.728.382	36.846.800	1.263.824.413
Adições	-	395.276	1.473.859	5.030	2.555.245	-	1.400.021	23.210.965	29.040.396
Alienações	-	(5.156)	(60.537)	(8.554)	(220.343)	-	-	-	(294.590)
Transferências e abates	-	1.831.346	12.034.154	-	854.348	10.135	1.851	(14.803.694)	(71.860)
Saldo em 31.03.2008	1.391.593	237.437.576	856.430.502	126.022	146.621.286	1.107.055	4.130.254	45.254.071	1.292.498.359
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:									
Saldo em 31.12.2007	-	118.050.343	492.489.934	94.160	116.612.257	1.040.128	2.371.081	-	730.657.903
Amortizações do período	-	3.133.902	21.110.996	6.634	3.754.283	5.619	116.981	-	28.128.415
Alienações	-	(71)	(3.305)	(741)	(76.896)	-	-	-	(81.013)
Transferências e abates	-	60.000	(1.400)	1	(10.648)	-	1.575	-	49.528
Saldo em 31.03.2008	-	121.244.174	513.596.225	100.054	120.278.996	1.045.747	2.489.637	-	758.754.833
Valor líquido	1.391.593	116.193.402	342.834.277	25.968	26.342.290	61.308	1.640.617	45.254.071	533.743.526

As adições do período incluem um conjunto de activos associados à operação de UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service), ao HSDPA (Kanguru Express), ao ULL (desagregação de Lacete Local), ao Triple Play e ao FTTH (Fibre-to-the-Home).

O custo de aquisição das 'Imobilizações corpóreas' detidas pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira, em 31 de Março de 2009 e 2008, ascendia a 29.018.836 Euros e a 25.434.823 Euros, sendo o seu valor líquido contabilístico, nessas datas, de 21.298.849 Euros e 20.681.415 Euros, respectivamente.

Em 31 de Março de 2009, a rubrica de 'Imobilizações corpóreas' não inclui qualquer bem dado como penhor ou em garantia da liquidação de empréstimos ou passivos, excepção feita aos activos afectos a contratos de locação financeira.

O 'Imobilizado corpóreo' em curso apresentava, em 31 de Março de 2009 e 2008, a seguinte composição:

	2009	2008
Desenvolvimento da rede móvel	36.737.908	36.884.068
Desenvolvimento da rede fixa	25.873.028	3.579.668
Sistemas de informação	3.048.736	2.814.298
Outros projectos em curso	4.586.316	1.976.037
	<u>70.245.988</u>	<u>45.254.071</u>

Em 31 de Março de 2009, o movimento ocorrido nos valores relativos ao 'Desenvolvimento da rede fixa' referem-se, sobretudo, aos investimentos realizados no desenvolvimento da rede de fibra óptica (FTTH).

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o valor dos compromissos assumidos perante terceiros respeitantes a investimentos a efectuar era como segue:

	2009	2008
Investimentos da área técnica	31.558.182	41.093.662
Investimentos em sistemas de informação	5.622.496	5.283.150
	<u>37.180.678</u>	<u>46.376.812</u>



7. Imobilizações incorpóreas

Nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, o movimento ocorrido no valor das imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2008	287.617.028	214.987.219	11.249.369	513.853.616
Adições	25.519	262.861	3.633.509	3.921.889
Alienações	-	-	(5.250)	(5.250)
Transferências e abates	27.866	4.622.387	(4.402.235)	248.018
Saldo em 31.03.2009	287.670.413	219.872.467	10.475.393	518.018.273
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2008	69.111.102	171.924.626	-	241.035.728
Amortizações do período	4.170.084	5.673.999	-	9.844.083
Alienações	-	-	-	-
Transferências e abates	-	34.826	-	34.826
Saldo em 31.03.2009	73.281.186	177.633.451	-	250.914.637
Valor líquido	214.389.227	42.239.016	10.475.393	267.103.636

	Propriedade industrial	Software	Imobilizado em curso	Total
ACTIVO BRUTO:				
Saldo em 31.12.2007	184.616.429	212.851.390	5.011.298	402.479.117
Adições	2.753.248	1.012.768	2.655.456	6.421.472
Alienações	-	(3.590)	-	(3.590)
Transferências e abates	9.001	(127.617)	82.553	(36.063)
Saldo em 31.03.2008	187.378.678	213.732.951	7.749.307	408.860.936
AMORTIZAÇÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS:				
Saldo em 31.12.2007	48.060.543	164.981.940	-	213.042.483
Amortizações do período	5.282.144	3.860.265	-	9.142.409
Alienações	-	(229)	-	(229)
Transferências e abates	(1)	(26.560)	-	(26.561)
Saldo em 31.03.2008	53.342.686	168.815.416	-	222.158.102
Valor líquido	134.035.992	44.917.535	7.749.307	186.702.834



Em 31 de Março de 2009, a rubrica 'Propriedade industrial' inclui o valor de 95 milhões de Euros correspondente ao valor presente da responsabilidade estimada com o projecto "Iniciativas E", registados em Junho de 2008.

As adições do período findo em 31 Março de 2008 incluem 2,7 milhões de Euros relativos aos compromissos assumidos no âmbito da Sociedade de Informação.

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Sonaecom – Serviços de Comunicações assumiu compromissos na área da promoção da Sociedade de Informação no montante total de cerca de 274 milhões de Euros, os quais terão de ser cumpridos até ao final de 2015.

Em conformidade com o Acordo estabelecido em 5 de Junho de 2007 com o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações ("MOPTC"), uma parte desses compromissos, até 159 milhões de Euros, será realizado através de projectos próprios qualificáveis como contributos para a Sociedade de Informação e incorridos no âmbito da normal actividade da Sonaecom - Serviços de Comunicações (investimentos em rede e tecnologia que não derivem da necessidade de cumprimento das obrigações inerentes à atribuição da licença UMTS e actividades de pesquisa, desenvolvimento e promoção de serviços, conteúdos e aplicações), os quais terão de ser reconhecidos pelo MOPTC e por entidades especialmente constituídas para o efeito. À data, 130 milhões de Euros (64 milhões de euros, em 2008) já foram realizados em períodos anteriores, e validados por aquelas entidades, sendo que o remanescente se encontra em fase de avaliação, ou ainda por realizar. Estes encargos vão sendo registados nas demonstrações financeiras anexas à medida que os respectivos projectos sejam realizados e os custos estimados sejam conhecidos.

Os restantes compromissos, até ao montante de cerca de 116 milhões de Euros, serão realizados nos termos acordados entre a Sonaecom – Serviços de Comunicações e o MOPTC, através de contribuições para o projecto "Iniciativas E" (oferta de modems, descontos nas tarifas, contribuições monetárias, entre outras, afectas à generalização da utilização da Internet de banda larga para alunos e professores), contribuições essas efectuadas através de um Fundo aberto, designado Fundo para a Sociedade de Informação, constituído pelos três operadores móveis a desenvolver a sua actividade em Portugal. O sucesso deste projecto, iniciado no final do exercício de 2007, estava dependente da adesão dos beneficiários às várias Iniciativas em vigor (e-oportunidades, e-escola e e-professor) e poderia ser alvo de revisão num período de 12 meses, concluído em Junho de 2008. A 31 de Dezembro de 2007, não era assim possível estimar de forma fiável o sucesso do mesmo e logo estimar a respectiva responsabilidade a reconhecer.

Tendo em consideração o sucesso verificado ao longo de 2008, a Sonaecom considerou estarem reunidas as condições para constituir uma estimativa suficientemente segura da responsabilidade total, pelo que tal valor foi reconhecido em Junho de 2008, como um custo adicional da licença UMTS, por contrapartida das rubricas 'Outros passivos não correntes' e 'Outros passivos correntes'.

Tendo em consideração a acumulação de alguns factos importantes ocorridos até ao terceiro trimestre de 2008, nomeadamente a atribuição, sem qualquer custo, da 4.^a licença de operador móvel terrestre, à qual os actuais operadores foram impedidos de concorrer, e a prática, verificada não só em Portugal, como em outros países da Europa, da extensão das licenças GSM e em alguns países da Europa de renovação da licença UMTS, é convicção do Conselho de Administração do Grupo ser muito elevada a probabilidade da licença UMTS ser renovada, bem como de os custos associados à renovação da mesma não serem significativos. Nessa medida, durante o terceiro trimestre de 2008, o Conselho de Administração do Grupo procedeu a uma revisão do termo da vida útil da licença UMTS de 2015 para 2030. Deste modo, e nos termos da IAS 8, a revisão da vida útil estimada foi registada de forma prospectiva, pelo que as amortizações no período são inferiores em cerca de 2 milhões de Euros, comparativamente com o que resultaria caso se tivesse utilizado a vida útil anteriormente estimada.

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o Grupo mantinha registado na rubrica 'Imobilizações incorpóreas' 195.139.015 Euros e 110.931.747 Euros, respectivamente, correspondentes ao investimento, líquido de amortizações, realizado no desenvolvimento da rede UMTS, nos quais se incluem (i) 65.256.266 Euros (69.756.698 Euros, em 2008) relativos à licença, (ii) 21.804.511 Euros (23.308.270 Euros, em 2008)



relativos ao contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis a operar em Portugal, (iii) 6.696.824 Euros (7.158.674 Euros, em 2008) relativos à contribuição, estabelecida em 2007, para o Capital Social do Fundo para a Sociedade de Informação no âmbito do acordo celebrado entre o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e os três operadores de telecomunicações a operar em Portugal e (iv) 95.805.882 Euros (4.748.054 Euros, em 2008) relativos ao programa Iniciativas E, estes dois últimos relativos aos compromissos assumidos pelo Grupo no âmbito da Sociedade de Informação.

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores do imobilizado incorpóreo para os segmentos móvel e fixo é efectuada de acordo com o descrito na Nota 9 ('Diferenças de consolidação'), na medida em que tais activos estão intimamente relacionados com a actividade global do segmento, pelo que os mesmos não podem ser analisados separadamente.

O imobilizado incorpóreo em curso, em 31 de Março de 2009 e 2008, era composto, essencialmente, por desenvolvimento de software.

As imobilizações corpóreas e incorpóreas incluem juros suportados e outros encargos financeiros incorridos, directamente relacionados com a construção de determinadas imobilizações em curso.

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o total destes custos ascende a 17.429.678 Euros e 14.689.752 Euros, respectivamente. Os valores capitalizados nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foram de 495.171 Euros e 323.992 Euros, respectivamente. Para este efeito, foi utilizada uma taxa de capitalização de 3,78% em 2009 (5,14% em 2008) a qual corresponde à taxa média ponderada de remuneração dos financiamentos obtidos pelo Grupo.

8. Classes de instrumentos financeiros

Em 31 de Março de 2009 e 2008, as classes de instrumentos financeiros detidos pelo Grupo eram como segue:

2009							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:							
Clientes	-	164.310.853	-	-	164.310.853	-	164.310.853
Outras dívidas de terceiros	-	7.280.163	-	-	7.280.163	30.808.807	38.088.970
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	-	100.988.693	-	-	100.988.693	-	100.988.693
	-	272.579.709	-	-	272.579.709	30.808.807	303.388.516
2008							
	Investimentos registados ao justo valor através de resultados	Empréstimos e contas a receber	Investimentos detidos até à maturidade	Investimentos disponíveis para venda	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Activos não correntes:							
Investimentos disponíveis para venda (Nota 10)	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
	-	-	-	1.207.320	1.207.320	-	1.207.320
Activos Correntes:							
Clientes	-	191.036.282	-	-	191.036.282	-	191.036.282
Outras dívidas de terceiros	-	8.675.962	-	-	8.675.962	8.094.024	16.769.986
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 12)	-	5.530.897	-	-	5.530.897	-	5.530.897
	-	205.243.141	-	-	205.243.141	8.094.024	213.337.165



2009							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 15)	-	201.493	416.515.473	-	416.716.966	-	416.716.966
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 16)	-	-	-	21.775.291	21.775.291	-	21.775.291
Titularização de créditos (Nota 18)	-	-	74.247.453	-	74.247.453	-	74.247.453
	-	201.493	490.762.926	21.775.291	512.739.710	-	512.739.710
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 15)	-	-	11.295.493	-	11.295.493	-	11.295.493
Fornecedores	-	-	-	164.717.713	164.717.713	-	164.717.713
Outros passivos financeiros (Nota 19)	-	-	-	2.099.463	2.099.463	-	2.099.463
Titularização de créditos (Nota 18)	-	-	19.491.488	-	19.491.488	-	19.491.488
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	16.596.093	16.596.093	9.050.771	25.646.864
	-	-	30.786.981	183.413.269	214.200.250	9.050.771	223.251.021

2008							
	Passivos registados ao justo valor através de resultados	Derivados de cobertura	Passivos registados pelo custo amortizado	Outros passivos financeiros	Subtotal	Outros não abrangidos pela IFRS 7	Total
Passivo não corrente:							
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo (Nota 16)	-	(241.146)	329.798.754	-	329.557.608	-	329.557.608
Outros passivos financeiros não correntes (Nota 17)	-	-	-	17.696.902	17.696.902	-	17.696.902
	-	(241.146)	329.798.754	17.696.902	347.254.510	-	347.254.510
Passivo corrente:							
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos (Nota 16)	-	-	267.708	-	267.708	-	267.708
Fornecedores	-	-	-	174.705.592	174.705.592	-	174.705.592
Outros passivos financeiros (Nota 20)	-	-	-	1.745.124	1.745.124	-	1.745.124
Outras dívidas a terceiros	-	-	-	12.012.582	12.012.582	9.396.847	21.409.429
	-	-	267.708	188.463.298	188.731.006	9.396.847	198.127.853

Os saldos a receber e a pagar do Estado e outros entes públicos, dada a sua natureza, foram considerados como instrumentos financeiros não abrangidos pela IFRS 7. De igual forma, as rubricas de outros activos/passivos correntes e não correntes não foram consideradas nesta desagregação por serem constituídas por saldos não abrangidos no âmbito da IFRS 7.

9. Diferenças de consolidação

Nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, os movimentos ocorridos na rubrica 'Diferenças de consolidação' foram os seguintes:

	2009	2008
Saldo inicial	526.030.904	528.216.604
Outros	(38.985)	(67.309)
Saldo Final	525.991.919	528.149.295

A rubrica "Outros" inclui, essencialmente, a actualização cambial das Diferenças de consolidação do Grupo Praesidium.



Em 31 de Março de 2009 e 2008, a rubrica 'Diferenças de consolidação' tinha a seguinte composição:

	2009	2008
Sonaecom - Serviços de Comunicações	485.092.375	485.092.375
Público	20.000.000	20.000.000
Cape	17.476.354	19.875.417
WeDo	1.971.668	1.971.668
Praesidium	999.038	1.079.049
Unipress	321.698	-
SIRS	72.820	72.820
Permar	47.253	47.253
Optimus Towering	10.713	10.713
	<u>525.991.919</u>	<u>528.149.295</u>

A aferição da existência, ou não, de imparidade para os principais valores de diferenças de consolidação registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas é efectuada com base nos últimos planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projectados para períodos de 5 anos. As taxas de desconto utilizadas têm por base os custos médios ponderados de capital estimados com base nos segmentos onde as empresas se inserem, conforme tabela abaixo. Na perpetuidade, são consideradas taxas de crescimento de cerca de 3%.

	Taxa desconto
Telecomunicações	7,90%
Multimédia	9,60%
Sistemas de informação	9,30%

10. Investimentos disponíveis para venda

Em 31 de Março de 2009 e 2008, esta rubrica incluía investimentos financeiros classificados como disponíveis para venda e tinha a seguinte composição:

	2009			2008			
	%	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade acumuladas (Nota 17)	Valor líquido
Altitude, SGPS, S.A.	11,54%	1.000.000	-	1.000.000	1.000.000	-	1.000.000
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	1,38%	197.344	-	197.344	197.344	-	197.344
Outros	-	9.976	-	9.976	9.976	-	9.976
		<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>	<u>1.207.320</u>	<u>-</u>	<u>1.207.320</u>

Em 31 de Março de 2009, estes investimentos correspondem a participações de valor imaterial em empresas não cotadas e nas quais o Grupo não detém influência significativa, pelo que o seu custo de aquisição foi considerado uma aproximação razoável do seu respectivo justo valor, ajustado, sempre que aplicável, pelas respectivas imparidades identificadas.

A aferição da existência, ou não, de imparidades para os investimentos acima descritos é efectuada recorrendo a comparações com a quota parte do valor dos capitais próprios pertencentes ao grupo e com múltiplos de vendas e de EBITDA de empresas do mesmo sector.



A informação financeira relativa a estes investimentos pode ser resumida como segue (em milhares de Euros):

	Activo	Capital próprio	Dívida Bruta	Volume de Negócios	Resultado Operacional	Resultado Líquido
Altitude, SGPS, S.A.	21.566	7.824	4.255	25.724	1.437	949
Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A.	19.819	7.376	6.485	18.376	1.793	764

Valores em milhares de Euros reportados a 31-12-07.

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008, a rubrica de 'Investimentos disponíveis para venda' não apresentou quaisquer movimentos.

11. Impostos diferidos

Os activos por impostos diferidos em 31 de Março de 2009 e 2008, no montante de 123.951.735 Euros e 103.275.882 Euros, respectivamente, decorrem, essencialmente, de prejuízos fiscais reportáveis, de diferenças temporárias e à diferença entre o valor contabilístico e fiscal de alguns activos fixos.

O movimento ocorrido nos activos por impostos diferidos nos trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foi como segue:

	2009	2008
Saldo inicial	124.862.171	101.118.096
Efeito em resultados		
Prejuízos fiscais reportáveis e registo de impostos diferidos decorrentes do apuramento do resultado tributável das empresas incluídas no consolidado fiscal no período	(1.620.879)	1.162.319
Registo de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores uma vez que não era provável a existência de lucros tributáveis futuros para os absorver (Cape e Miauger em 2008)	-	434.000
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	896.373	-
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos	(154.942)	569.388
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	<u>(879.448)</u>	<u>2.165.707</u>
Outros	(30.988)	(7.921)
Saldo final	<u>123.951.735</u>	<u>103.275.882</u>

Em 31 de Março de 2009 e 2008, foi efectuada uma avaliação dos impostos diferidos a reconhecer, de que decorrem, essencialmente, activos por impostos diferidos, tendo os mesmos sido registados apenas na extensão em que era provável, com razoável segurança, que lucros tributáveis futuros estariam utilizáveis e contra os quais pudessem ser utilizadas as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta



avaliação baseou-se nos últimos planos de negócio aprovados pelos respectivos Conselhos de Administração das empresas do Grupo, periodicamente revistos e actualizados.

Os principais critérios utilizados nesses planos de negócio encontram-se descritos na Nota 9.

Em 31 de Março de 2009 e 2008, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos activos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos activos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%.

De acordo com as declarações fiscais e outra informação preparada pelas empresas que registam activos por impostos diferidos, o detalhe dos mesmos em 31 de Março de 2009, por situação geradora, era como segue:



Situação geradora	Empresas incluídas no RETGS											Empresas excluídas do RETGS					Total Grupo Sonaecom		
	Sonaecom SGPS	Sonaecom Serviços de Comunicações	Be Artis	Be Towering	SSI	We Do	Mainroad	Miauger	Lugares Virtuais	Pernar	Sonae Telecom	Total	WeDo Brasil	Praesidium	Digitmarket	Saphety		Cape	Total
Prejuízos fiscais reportáveis:																			
A serem utilizados até 2009	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	153.040	-	-	153.040	153.040
A serem utilizados até 2010	-	-	-	-	-	-	230.287	123.787	-	-	-	354.074	-	-	257.298	-	-	257.298	611.372
A serem utilizados até 2011	-	-	-	-	-	-	31.676	82.213	-	-	-	113.889	-	-	210.662	-	-	210.662	324.551
A serem utilizados até 2012	-	-	-	-	-	-	170.616	-	-	-	170.616	-	-	-	-	-	-	-	170.616
A serem utilizados até 2013	-	-	-	-	-	-	68.421	-	-	-	68.421	-	-	-	138.000	-	-	138.000	206.421
A serem utilizados até 2014	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sem limite de utilização	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	91.481	-	-	-	134.506	225.987	225.987
	-	-	-	-	-	-	501.000	206.000	-	-	-	707.000	-	91.481	621.000	138.000	134.506	984.987	1.691.987
<u>Aplicação do RETGS</u>																			
Registo de impostos diferidos decorrentes da aplicação do RETGS	259.476	(167.133)	951.757	(220.332)	(6.363)	(388.076)	(29.634)	(10.971)	41.643	(8.289)	1.588	423.666	-	-	-	-	-	-	423.666
Provisões não aceites fiscalmente e outras diferenças temporárias	119.250	8.829.290	522.304	50.035	-	-	(15.900)	(7.997)	-	-	-	9.496.982	-	-	-	-	-	-	9.496.982
Benefícios Fiscais (SIFIDE)	-	1.716.399	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.716.399	-	-	-	-	-	-	1.716.399
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	39.883.429	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39.883.429	48.162	-	-	-	-	48.162	39.931.591
Diferenças temporárias resultantes da operação de titularização de créditos	-	16.100.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.100.000	-	-	-	-	-	-	16.100.000
Diferenças entre o valor contabilístico e fiscal dos activos fixos e outros	-	54.591.110	-	-	-	-	-	-	-	-	-	54.591.110	-	-	-	-	-	-	54.591.110
Total	378.726	120.953.095	1.474.061	(170.297)	(6.363)	(388.076)	455.466	187.032	41.643	(8.289)	1.588	122.918.586	48.162	91.481	621.000	138.000	134.506	1.033.149	123.951.735



Em 31 de Março de 2009 e 2008, os valores de impostos diferidos não registados por não ser provável a existência de lucros fiscais futuros suficientes para os absorver eram como se segue:

	2009	2008
Prejuízos fiscais	48.889.300	97.596.259
Diferenças temporárias (essencialmente provisões não aceites)	33.324.192	18.788.395
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	(256.572)	5.771
	<u>81.956.920</u>	<u>116.390.425</u>

Em 31 de Março de 2009 e 2008, os prejuízos fiscais para os quais não foram registados impostos diferidos activos têm as seguintes datas limite de utilização:

Limite de Utilização	2009	2008
2008	-	26.281.975
2009	1.234.660	10.009.474
2010	7.104.952	5.647.060
2011	7.205.323	13.094.164
2012	9.040.807	17.332.247
2013	15.999.687	19.303.692
2014	1.512.692	1.245.824
2015	2.631.259	2.108.678
2016	1.204.308	1.856.648
2017	1.771.661	121.032
2018	74.875	-
Sem limite de Utilização	1.109.076	595.465
	<u>48.889.300</u>	<u>97.596.259</u>

Os anos de 2016 e seguintes são aplicáveis a subsidiárias localizadas em países com um período de reporte de prejuízos fiscais superior a 6 anos.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de Março de 2009 e 2008, no montante de 836.337 Euros e 257.439 Euros, respectivamente, resultam, essencialmente, de ajustamentos de consolidação e de ajustamentos na conversão IAS.

O movimento ocorrido nos passivos por impostos diferidos, nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, foi como segue:

	2009	2008
Saldo inicial	(605.414)	-
Efeito em resultados		
Ajustamentos de consolidação	(230.923)	-
Ajustamentos na conversão para IAS/IFRS	-	(257.439)
Sub-total do efeito em resultados (Nota 22)	<u>(836.337)</u>	<u>(257.439)</u>
Saldo final	<u>(836.337)</u>	<u>(257.439)</u>



A reconciliação entre o resultado antes de imposto e o imposto registado nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008 é como segue:

	2009	2008
Resultado antes de imposto	2.055.858	(7.357.396)
Imposto 25%	(513.965)	1.949.710
Activos por impostos diferidos não registados nas contas individuais e/ou resultantes de ajustamentos de consolidação e outros ajustamentos à matéria colectável, tributação autónoma e derrama	(1.693.522)	(810.437)
Registo de impostos diferidos não registados em exercícios anteriores	-	434.000
Registo de Impostos diferidos passivos no período	(230.923)	(257.439)
Movimentos nas provisões não aceites fiscalmente e nos benefícios fiscais	896.373	-
Movimentos nas diferenças temporárias entre o valor contabilístico e fiscal dos activos	(154.942)	569.388
Impostos registados no período (Nota 22)	<u>(1.696.979)</u>	<u>1.885.222</u>

A Administração Fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da Empresa e das empresas participadas durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 31 de Dezembro de 2000 e cinco anos após essa data), excepto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2005 (inclusive), poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. É convicção do Conselho de Administração que eventuais correcções àquelas declarações de impostos não produzirão efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras anexas.

Conforme convicção do Conselho de Administração do Grupo corroborada pelos nossos advogados e consultores fiscais, não existem passivos materiais associados a contingências fiscais prováveis que não se encontrem provisionadas e que devessem ser alvo de divulgação no Anexo ou de registo de provisões nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Março de 2009.

12. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:



	2009	2008
Numerário	400.942	346.367
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	4.920.224	4.732.624
Aplicações de tesouraria	95.667.527	451.906
Caixa e equivalentes de caixa	100.988.693	5.530.897
Descobertos bancários (Nota 15)	(865.770)	(158.832)
	100.122.923	5.372.065

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o detalhe da rubrica 'Aplicações de tesouraria' é como segue:

	2009	2008
Sonae Investments BV	95.000.000	-
Aplicações bancárias no estrangeiro	667.527	71.906
Aplicações bancárias nacionais	-	380.000
	95.667.527	451.906

As aplicações de tesouraria acima referidas são remuneradas e, durante o período findo em 31 de Março de 2009, venceram juros a uma taxa média de 2,888% (4,11% em 2008).

13. Capital social

Em 31 de Março de 2009 e 2008, o capital social da Sonaecom estava representado por 366.246.868 acções correspondentes a acções ordinárias escriturais nominativas, com o valor unitário de 1 Euro. Nessas datas, a estrutura accionista era a seguinte:

	2009		2008	
	Número de acções	%	Número de acções	%
Sontel BV	193.874.470	52,94%	190.778.077	52,09%
Atlas Service Belgium	73.249.374	20,00%	-	-
Acções dispersas em Bolsa	63.022.421	17,21%	75.048.721	20,49%
093X (EDP)	29.150.000	7,96%	29.150.000	7,96%
Acções próprias	6.110.954	1,67%	968.553	0,26%
Sonae	838.649	0,23%	23.649	0,01%
Efanor Investimentos, S.G.P.S., S.A	1.000	0,00%	1.000	0,00%
Wirefree Services Belgium, S.A.	-	0,00%	70.276.868	19,19%
	366.246.868	100,00%	366.246.868	100,00%

A totalidade das acções que representam o capital social da Sonaecom correspondem a acções autorizadas, subscritas e pagas. Todas as acções têm os mesmos direitos, correspondendo um voto a cada uma.

14. Acções próprias

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, a Sonaecom entregou a colaboradores um total de 786.243 acções próprias, no âmbito do seu Plano de Incentivo de Médio Prazo.

Adicionalmente, durante o trimestre, a Empresa adquiriu 966.554 novas acções (a um preço médio de 1,33 Euros), detendo à data de 31 de Março de 2009 6.110.954 acções próprias representativas de 1,67% do seu capital social, a um preço médio de 1,80 Euros.



15. Empréstimos

Em 31 de Março de 2009 e 2008, os empréstimos obtidos tinham a seguinte composição:

a) Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo:

Empresa	Denominação	Limite	Vencimento	Tipo de amortização	Montante utilizado	
					2009	2008
Sonaecom SGPS	Obrigações Sonaecom SGPS 2005	150.000.000	Jun-13	Final	150.000.000	150.000.000
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(2.293.926)	(2.772.388)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	1.698.751	2.419.100
	Justo valor do Swap	-	-	-	201.493	9.803
					<u>149.606.318</u>	<u>149.656.515</u>
Sonaecom SGPS	Papel Comercial	250.000.000	100.000.000 até Jul-10 150.000.000 até Jul-12	-	250.000.000	180.500.000
		70.000.000	Jan-10	-	17.000.000	-
	Encargos financeiros suportados na emissão da dívida, por amortizar	-	-	-	(621.714)	(686.610)
	Juros corridos e não vencidos	-	-	-	137.936	338.652
	Justo valor do Swap	-	-	-	-	(250.949)
					<u>266.516.222</u>	<u>179.901.093</u>
Unipress	Empréstimo bancário	-	-	-	206.250	-
Saphety	Suprimentos de minoritários	-	-	-	388.176	-
					<u>416.716.966</u>	<u>329.557.608</u>

b) Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos:

Empresa	Entidade financiadora	Tipo	Montante utilizado	
			2009	2008
Sonaecom	CGD	Conta caucionada	10.429.723	-
Diversas	Diversas	Descobertos bancários	865.770	158.832
Wedo Brasil	ABN	Empréstimo curto prazo	-	108.876
			<u>11.295.493</u>	<u>267.708</u>

Em Julho de 2007, a Sonaecom procedeu à contratação de um Programa de Emissões de Papel Comercial, até ao montante máximo de 250 milhões de Euros com garantia de subscrição e com vigência por um prazo de cinco anos, organizado pelo Banco Santander de Negócios Portugal e pela Caixa – Banco de Investimento.

O sindicato de garantia de colocação é composto pelas seguintes instituições: Banco Santander Totta, Caixa Geral de Depósitos, Banco BPI, Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (Portugal), Banco Comercial Português e BNP Paribas (sucursal em Portugal).

A contratação deste financiamento ao nível da Sonaecom permitiu um alargamento significativo da maturidade da dívida contratada, a eliminação de um conjunto de limitações contratuais, financeiras e



operacionais, impostas pelo anterior financiamento sindicado da Optimus e uma melhor eficiência na gestão da liquidez consolidada.

Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercado, indexadas à Euribor do respectivo prazo e foram todos contraídos em Euros.

A taxa de juro média do empréstimo obrigacionista, no período, foi de 4,077%.

Os empréstimos acima mencionados não têm garantias associadas e o cumprimento das obrigações assumidas ao abrigo dos mesmos é exclusivamente garantido pelas actividades e capacidade de geração de fundos da respectiva empresa devedora.

Em 31 de Março de 2009 e 2008, as dívidas a instituições de crédito, relacionadas com empréstimos obrigacionistas e papel comercial classificadas a médio e longo prazo, tinham o seguinte plano de reembolso e pagamento de juros previsto (valores determinados com base nas últimas taxa fixadas para cada tipo de empréstimo):

2009						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	150.000.000	-	-
Juros	6.115.500	6.115.500	6.132.255	2.865.070	-	-
Papel Comercial						
Amortização	17.000.000	-	250.000.000	-	-	-
Juros	3.515.421	3.493.330	2.029.003	-	-	-
	<u>26.630.921</u>	<u>9.608.830</u>	<u>258.161.258</u>	<u>152.865.070</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

2008						
	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Após N+5
Empréstimo obrigacionista						
Amortização	-	-	-	-	150.000.000	-
Juros	8.656.583	8.656.583	8.656.583	8.656.583	4.055.550	-
Papel Comercial						
Amortização	-	30.500.000	-	150.000.000	-	-
Juros	9.245.822	8.661.396	7.851.602	4.477.869	-	-
	<u>17.902.405</u>	<u>47.817.979</u>	<u>16.508.185</u>	<u>163.134.453</u>	<u>154.055.550</u>	<u>-</u>

Apesar da maturidade das emissões de papel comercial ser de seis meses, as contrapartes assumiram a colocação e a manutenção dos referidos limites por um prazo de cinco anos.

Os suprimentos de minoritários, não têm qualquer maturidade definida.

À data de 31 de Março de 2009 e 2008, as linhas de crédito disponíveis pelo Grupo são como segue:



2009						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	250.000.000	-		x	
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	17.000.000	53.000.000	x		
Sonaecom	Conta caucionada	15.000.000	10.429.723	4.570.277	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	82.935	-	82.935	x		
		489.326.324	427.429.723	61.896.601			

2008						Maturidade	
Empresa	Tipo de crédito	Limite	Montante utilizado	Montante disponível	Até 12 meses	Mais de 12 meses	
Sonaecom	Papel Comercial	250.000.000	180.500.000	69.500.000		x	
Sonaecom	Papel Comercial	70.000.000	-	70.000.000		x	
Sonaecom	Conta caucionada	5.000.000	-	5.000.000	x		
Sonaecom	Empréstimo obrigacionista	150.000.000	150.000.000	-		x	
Público	Contas caucionadas	1.496.394	-	1.496.394	x		
Público	Contas caucionadas	1.500.000	-	1.500.000	x		
Público	Descobertos autorizados	1.246.995	-	1.246.995	x		
WeDo Brasil	Contas caucionadas	368.009	-	368.009	x		
		479.611.398	330.500.000	149.111.398			

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro existentes em 31 de Março de 2009 e 2008 e os respectivos justos valores, calculados pelo método da actualização dos fluxos de caixa futuros, eram os seguintes:



2009						
Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	201.493
						201.493
2008						
Empresa	Financiamento coberto	Montante nocional	Vencimento	Indexante base trocado	Taxa contratada	Justo valor dos instrumentos financeiros
Sonaecom	Papel Comercial	110.000.000	Mar-09	Euribor 6m	4,573%	(250.949)
Sonaecom	Empréstimo Obrigacionista	75.000.000	Jun-09	Euribor 6m	4,565%	9.803
						(241.146)

Em Setembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 110 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir totalmente o risco de taxa de juro de uma das tranches de papel comercial que a Sonaecom emitiu em 13 de Setembro de 2007, pelo mesmo montante de 110 milhões de Euros e pelo prazo de seis meses. O vencimento deste Swap taxa de juro ocorreu em 13 de Março de 2009.

Em Dezembro de 2007, a Sonaecom contratou um swap de taxa de juro, de montante nocional de 75 milhões de Euros, pelo prazo de 18 meses e com refixações semestrais, de forma a cobrir 50% do risco de taxa de juro do empréstimo obrigacionista que a Sonaecom emitiu em Junho de 2005, pelo montante de 150 milhões de Euros, pelo prazo de oito anos e com refixações semestrais. Os pagamentos de juros do empréstimo obrigacionista e do swap ocorrem simultaneamente, sendo estes últimos efectuados pelo montante líquido.

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, os movimentos ocorridos no justo valor dos swaps relativos ao papel comercial, no montante de 174.106 Euros negativos, e relativo ao empréstimo obrigacionista, no montante de 279.681 Euros positivos foram registados na rubrica 'Reservas de cobertura' por serem considerados eficazes, conforme definido pela IAS 39.

Pela via da contratação dos referidos instrumentos financeiros derivados, a 31 de Março de 2009, cerca de 17% da dívida bruta encontra-se, de forma indirecta, sujeita a taxas de juro fixas. Os restantes 83% da dívida bruta encontram-se expostos a alterações nas taxas de juro do mercado.

16. Outros passivos financeiros não correntes

Em 31 de Março de 2009 e 2008, esta rubrica era composta por saldos de fornecedores de imobilizado relativos a contratos de leasing cujo vencimento é superior a um ano no montante de 21.775.291 Euros e 17.696.902 Euros, respectivamente.



O plano de reembolso previsto para estes saldos, a 31 de Março de 2009 e 2008 era o seguinte:

	2009		2008	
	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing	Pagamentos de leasing	Actualização dos pagamentos de leasing
2008	-	-	2.436.181	1.526.883
2009	3.070.575	2.036.329	2.388.166	1.521.723
2010	3.087.430	2.082.908	2.070.704	1.266.084
2011	2.828.536	1.922.981	1.869.068	1.124.586
2012	2.828.835	2.011.524	1.885.669	1.196.418
2013	2.660.752	1.932.887	1.677.995	1.043.570
2014 e seguintes	17.517.841	13.888.125	14.996.916	11.762.762
	<u>31.993.969</u>	<u>23.874.754</u>	<u>27.324.699</u>	<u>19.442.026</u>
Juros	<u>(8.119.214)</u>	-	<u>(7.882.673)</u>	-
	<u>23.874.755</u>	<u>23.874.754</u>	<u>19.442.026</u>	<u>19.442.026</u>
Parcela curto prazo (Nota 19)	-	(2.099.463)	-	(1.745.124)
	<u>23.874.755</u>	<u>21.775.291</u>	<u>19.442.026</u>	<u>17.696.902</u>

Os acordos de médio e longo prazo estabelecidos com fornecedores de capacidade de rede de fibra óptica em que o Grupo tenha o direito de utilizar essa rede e esta seja considerada como um activo específico são registados como locação financeira de acordo com a IAS 17 - Locações e com a IFRIC 4 – “Determinar se um acordo contém uma locação”. Estes contratos têm uma duração entre 15 e 20 anos.

17. Provisões e perdas de imparidade acumuladas

O movimento ocorrido nas provisões e perdas de imparidade acumuladas durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foi o seguinte:



2009						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo Final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	75.788.067	-	5.306.882	(1.540.516)	(90)	79.554.343
Perdas de imparidade acumuladas em existências	11.273.207	-	527.224	-	-	11.800.431
Provisões para outros riscos e encargos	32.205.441	-	1.479.816	(28.000)	(196.491)	33.460.766
	<u>119.266.715</u>	<u>-</u>	<u>7.313.922</u>	<u>(1.568.516)</u>	<u>(196.581)</u>	<u>124.815.540</u>

2008						
Rubricas	Saldo inicial	Transfe- rências	Reforço	Utilização	Redução	Saldo Final
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber	66.167.308	(60.714)	2.653.119	(2.492.000)	(146.395)	66.121.318
Perdas de imparidade acumuladas em existências	8.663.703	-	966.010	-	-	9.629.713
Provisões para outros riscos e encargos	30.885.378	318.714	544.401	(12.898)	-	31.735.595
	<u>105.716.389</u>	<u>258.000</u>	<u>4.163.530</u>	<u>(2.504.898)</u>	<u>(146.395)</u>	<u>107.486.626</u>

O reforço das 'Provisões para outros riscos e encargos' inclui o montante de 754.320 Euros (2.724 Euros, em 2008) relativo à provisão para desmantelamento de sites, conforme previsto na IAS 16 (Nota 1.d)), e ainda o montante de 84.456 Euros registado, na demonstração de resultados, em 'Imposto sobre o rendimento do exercício'. Desta forma, o montante de reforço registado na demonstração de resultados na rubrica de 'Provisões e perdas de imparidade' ascende a 6.475.147 Euros (4.097.488 Euros em 2008).

As utilizações referem-se, essencialmente, à utilização de provisões por contrapartida das contas correntes de clientes da filial Sonaecom – Serviços de Comunicações.

A 31 de Março de 2009 e 2008, o detalhe das provisões para outros riscos e encargos é como segue:

	2009	2008
Desmantelamento de sites	21.361.461	18.891.544
Contingências diversas	4.545.379	6.658.355
Processos judiciais em curso	2.745.234	2.416.073
Indemnizações a liquidar	675.357	569.432
Outros	4.133.335	3.200.191
	<u>33.460.766</u>	<u>31.735.595</u>

A rubrica de contingências diversas diz respeito a passivos prováveis resultantes de transacções diversas efectuadas em exercícios anteriores e cuja saída de fundos é provável.

Relativamente às provisões constituídas para processos judiciais em curso e para outros riscos e encargos, dada a incerteza de tais processos, o Conselho de Administração não consegue estimar, com fiabilidade, o momento em que tais provisões terão de ser utilizadas, pelo que não se procedeu à actualização financeira dos mesmos.



18. Titularização de Créditos

Em 30 de Dezembro de 2008, a subsidiária Sonacom - Serviços de Comunicações, S.A., concretizou uma operação de titularização de créditos futuros, no montante de 100 milhões de Euros (98.569.400 Euros, líquidos de custos iniciais), através da qual cedeu os créditos futuros a serem gerados por uma carteira de contratos com clientes do segmento "Corporate", ao abrigo do regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 453/99, de 5 de Novembro.

Esta operação foi coordenada pelo Deutsche Bank, tendo os créditos sido alocados à sociedade TAGUS – Sociedade de Titularização de Créditos, S.A. ("TAGUS"), que, para o efeito, procedeu à emissão de obrigações titularizadas denominadas "Magma No. 1 Securitisation Notes", às quais foi atribuído, pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o código alfanumérico legalmente exigido (200812TGSSONSXXN0031).

As receitas futuras, nos montantes necessários para assegurar a realização pela TAGUS, dos pagamentos trimestrais de juros e capitais, devidos aos obrigacionistas da emissão associada a esta transacção, bem como os outros pagamentos devidos aos demais credores desta operação, serão alocadas pela Sonacom – Serviços de Comunicações, S.A. ao longo dos exercícios de 2009 a 2013 até ao valor máximo de 213.840.362 Euros. Nos termos da operação, o montante a alocar nos próximos 12 meses (19.491.488 Euros) foi relevado no passivo corrente e o restante, no montante de 74.247.453 Euros, registado no passivo não corrente.

Esta transacção não implicou qualquer alteração no tratamento contabilístico dos créditos subjacentes, ou na relação com os respectivos clientes.

A 31 de Março de 2009, o valor registado em 'Titularização de créditos' tinha o seguinte plano de maturidade:

	N+1	N+2	N+3	N+4	N+5	Total
Titularização de créditos	19.491.488	19.629.764	19.753.244	19.872.830	14.991.615	93.738.941

19. Outros passivos financeiros

Em 31 de Março de 2009, a rubrica 'Outros passivos financeiros' inclui o montante de 2.099.463 Euros (1.745.124 Euros, em 2008) relativos à parcela de curto prazo dos contratos de leasing (Nota 16).

20. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Março de 2009 e 2008, a rubrica 'Fornecimentos e serviços externos' apresentava a seguinte composição:



	2009	2008
Custos de interligação	51.758.772	62.668.961
Trabalhos especializados	16.238.699	17.255.696
Comissões	12.885.477	12.214.160
Rendas e alugueres	8.719.466	8.244.308
Aluguer de circuitos	6.630.491	10.325.787
Publicidade e propaganda	6.327.763	14.249.027
Electricidade	2.402.577	2.133.868
Deslocações e estadas	1.087.510	1.195.209
Outros	16.250.993	17.345.936
	<u>122.301.748</u>	<u>145.632.952</u>

Os compromissos assumidos em 31 de Março de 2009 com contratos de locação operacional são como seguem:

Pagamentos mínimos de locação operacional	2009	2008
2008	-	7.845.563
2009	38.343.055	6.048.872
2010	43.718.432	4.483.379
2011	40.077.448	3.351.415
2012	37.530.296	1.221.003
2013	36.075.062	158.863
2014	30.505.419	904.842
2015	21.804.202	-
Renováveis por 1 ano	4.845.307	2.372.958
	<u>252.899.221</u>	<u>26.386.895</u>

Durante o período findo em 31 de Março de 2009 foram reconhecidos 12.742.961 Euros na rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' relativos a rendas de locações operacionais.

A partir de 31 de Dezembro de 2008, para além das rendas relativas ao aluguer de edifícios a empresas do Grupo e os "rentings operacionais, foram incluídos nos compromissos assumidos com contratos de locação operacional o aluguer de "Sites" e o aluguer de circuitos, dada a natureza de tais contratos.

As rendas relativas a aluguer de espaço são maioritariamente compostas pelo contrato de aluguer do edifício Sonaecom em Lisboa, realizado durante o exercício de 2007 por um prazo de 5 anos e com a possibilidade de renovação anual. A actualização das rendas ocorrerá no final do primeiro ciclo do contrato, isto é, após os primeiros cinco anos.

21. Resultados financeiros

Os resultados financeiros dos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, têm a seguinte composição:



	2009	2008
Resultados financeiros relativos a empresas associadas:		
Perdas relativas a empresas associadas	-	-
Ganhos relativos a empresas associadas	-	9.456
	<u>-</u>	<u>9.456</u>
Outros custos financeiros:		
Juros suportados	(5.447.088)	(4.468.114)
Empréstimos bancários	(3.458.589)	(4.192.488)
Juros securitização	(1.456.080)	-
Juros do swap	(255.562)	-
Juros de leasing	(249.080)	(233.051)
Outros juros	(27.777)	(42.575)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(80.481)	(379.751)
Outros custos financeiros	(140.222)	(92.488)
Encargos de emissão de dívida (Nota 15)	(12.530)	(12.500)
Outros	(127.692)	(79.988)
	<u>(5.667.791)</u>	<u>(4.940.353)</u>
Outros proveitos financeiros:		
Juros obtidos	1.510.824	727.883
Diferenças de câmbio favoráveis	268.230	51.588
Outros proveitos financeiros	(38.686)	(2.870)
	<u>1.740.368</u>	<u>776.601</u>

No trimestre findo em 31 de Março de 2009, a rubrica 'Juros obtidos' inclui, principalmente, juros relativos a aplicações de tesouraria, juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom. No trimestre findo em 31 de Março de 2008, a rubrica 'Juros obtidos' incluía, principalmente, juros de mora associados a processos em contencioso e juros relativos aos "swaps" de taxa de juro contratados pela Sonaecom.

22. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento reconhecido nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008 é composto como segue ((custos)/proveitos):

	2009	2008
Imposto corrente	(586.608)	(291.656)
Imposto diferido activo (Nota 11)	(879.448)	2.165.707
Imposto diferido passivo	(230.923)	11.171
	<u>(1.696.979)</u>	<u>1.885.222</u>

23. Partes relacionadas

Durante os períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, os saldos e transacções mantidos com partes relacionadas respeitam, essencialmente, à actividade operacional do Grupo (prestação de serviços de telecomunicações e serviços de consultoria), bem como à concessão e obtenção de empréstimos.



Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas (as quais se encontram descritas em anexo), durante os períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008, foram os seguintes:

Saldos a 31 de Março de 2009				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos (DR/(CR))
Sonae	112.253	23.039	-	2.759
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	2.394.072	1.555.562	-	(184.835)
Worten	4.952.220	12.941	-	(554.026)
Sonae Investments BV	-	-	95.000.000	113.577
France Telecom	2.646.812	3.897.076	-	(14.220.675)
	<u>10.105.357</u>	<u>5.488.618</u>	<u>95.000.000</u>	<u>(14.843.200)</u>
Saldos a 31 de Março de 2008				
	Contas a receber	Contas a pagar	Aplicações de tesouraria	Acréscimos e diferimentos (DR/(CR))
Sonae	125.024	-	-	(6.967)
Modelo Continente Hipermercados, S.A.	1.999.625	379.208	-	203.329
Worten	7.874.325	2.170.249	-	(1.544.646)
France Telecom	4.604.168	5.606.704	-	(14.680.618)
	<u>14.603.142</u>	<u>8.156.161</u>	<u>-</u>	<u>(16.028.902)</u>



Transacções a 31 de Março de 2009				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	69.175	504.281	(2.739)	(5.220)
Modelo Continente				
Hipermercados, S.A.	2.138.898	578.869	-	77.667
Worten	2.506.893	732.738	-	-
Sonae Investments BV	-	-	900.508	-
France Telecom	4.052.719	1.902.692	-	-
	<u>8.767.685</u>	<u>3.718.580</u>	<u>897.769</u>	<u>72.447</u>

Transacções a 31 de Março de 2008				
	Vendas e prestações de serviços	Fornecimento e serviços externos	Juros obtidos/ (suportados)	Proveitos suplementares
Sonae	98.223	10.523	-	11.280
Modelo Continente				
Hipermercados, S.A.	1.643.536	110.155	-	169.429
Worten	1.788.740	397.817	-	-
France Telecom	3.225.017	3.299.227	-	-
	<u>6.755.516</u>	<u>3.817.722</u>	<u>-</u>	<u>180.709</u>

As transacções efectuadas entre empresas do Grupo foram eliminadas no processo de consolidação, pelo que não são divulgadas nesta nota.

Todas as transacções acima referidas foram efectuadas a preços de mercado.

As contas a receber e a pagar a empresas relacionadas, serão liquidadas em numerário e não se encontram cobertas por garantias. Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008, não foram reconhecidas perdas de imparidade em contas a receber de entidades relacionadas.

Uma listagem integral das partes relacionadas do Grupo Sonaecom é apresentada em anexo ao presente relatório.



24. Responsabilidades por garantias prestadas

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Março de 2009 e 2008, tinha a seguinte composição:

Empresa	Beneficiário da garantia	Descrição	2009	2008
Sonaecom	BBVA – Portugal, ING Belgium Portugal e Millennium BCP	Papel comercial	320.000.000	320.000.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações, Público, Be Artis e Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Reembolso do IVA	34.033.171	8.876.695
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Be Towering	Direcção de Contribuições e Impostos	Liquidações adicionais de IRC e processo de reclamação	1.739.897	1.650.000
Sonaecom	Direcção de Contribuições e Impostos	Imposto de selo	754.368	-
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Público	Direcção de Contribuições e Impostos	Processo de impugnação - IVA	598.000	598.000
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Tele2	Direcção Geral do Tesouro	IRC – Retenção de rendimentos a não residentes	306.954	470.954
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Lisboa	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	290.060	63.279
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Câmara Municipal de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Mealhada, Faro, Barcelos e Odivelas	Boa execução de trabalhos a realizar nos municípios de Coimbra, Lisboa, Braga, Elvas, Caldas da Rainha, Mealhada, Faro, Barcelos e Odivelas	288.595	287.494
Público	Tribunal de Trabalho de Lisboa	Processo de execução nº 199A/92	271.511	271.511
Público	Fazenda Pública do Porto	Processo de execução fiscal nº 3190/98	209.493	209.493
We Do	API	Candidatura PRIME	184.004	184.004
Sonaecom - Serviços de Comunicações e Digitmarket	Hewlett Packard	Contratos de locação financeira e de prestação de serviços	159.859	159.859
Sonaecom - Serviços de Comunicações	Governo Civil de Santarém	Garantir o cumprimento integral do plano de sorteios	119.703	119.703
Várias	Outros		1.326.523	953.857
			<u>360.282.138</u>	<u>333.844.849</u>

Em 31 de Março de 2009 e 2008, é convicção do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho dos processos judiciais e fiscais em curso não irão surgir impactos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas anexas.



25. Informação por segmentos

Nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008 foram identificados como segmentos de negócio os seguintes:

- Telecomunicações;
- Multimédia;
- Sistemas de informação; e
- Actividades de Holding.

Em 31 de Março de 2009, em resultado da aplicação dos critérios estabelecidos pela IFRS 8 – “Segmentos Operacionais”, cuja aplicação se tornou efectiva em 1 de Janeiro de 2009, foi identificado um novo segmento denominado “Actividades de Holding” que engloba todas as operações realizadas pelas empresas do grupo cuja actividade principal corresponde à gestão de participações sociais.

As restantes actividades do grupo, para além das acima identificadas, encontram-se classificados como não alocados.

As transacções ocorridas nos períodos findos em 31 de Março de 2009 e 2008 inter-segmentos foram anuladas no processo de consolidação. Todas estas transacções foram efectuadas a preços de mercado.

Dada a imaterialidade dos activos e transacções efectuados pelo Grupo fora do território nacional, não é apresentada informação segmental por mercados geográficos.

As transferências e transacções entre segmentos são efectuadas nas condições comerciais e termos contratuais idênticos aos praticados para entidades terceiras, sendo na sua maioria relativas a interligação, juros de aplicações de tesouraria e fees de gestão.

A principal informação relativa aos segmentos de negócio existentes em 31 de Março de 2009 e 2008 é como segue:



	Telecomunicações		Multimédia		Sistemas de Informação		Actividades de Holding		Outros		Sub-Total		Eliminações		Total	
	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08
Proveitos:																
Vendas e Prestações de serviços	197.790.935	213.490.936	7.412.399	7.807.170	39.922.211	27.050.171	1.822.858	1.648.749	55.200	211.625	247.003.603	250.208.651	(6.112.105)	(12.513.933)	240.891.498	237.694.718
Outros proveitos operacionais	1.401.634	2.495.162	53.794	63.732	246.281	70.546	-	18.838	-	1.736	1.701.709	2.650.014	(788.282)	(1.120.120)	913.427	1.529.894
Total de proveitos	199.192.569	215.986.098	7.466.193	7.870.902	40.168.492	27.120.717	1.822.858	1.667.587	55.200	213.361	248.705.312	252.858.665	(6.900.387)	(13.634.053)	241.804.925	239.224.612
Amortizações e depreciações																
Amortizações e depreciações	(38.950.909)	(36.977.390)	(376.084)	(182.407)	(435.828)	(496.413)	(33.129)	(23.565)	(7.201)	(10.907)	(39.803.151)	(37.690.682)	400.294	419.858	(39.402.857)	(37.270.824)
Resultado operacional do segmento	5.334.666	(1.311.268)	(1.279.611)	(1.345.018)	1.539.963	376.199	(608.359)	(476.244)	43.736	113.638	5.030.395	(2.642.693)	952.886	(560.407)	5.983.281	(3.203.100)
Juros líquidos																
Juros líquidos	(2.617.657)	(3.781.666)	(24.972)	(31.309)	(20.069)	(31.596)	(1.297.742)	118.853	(10.539)	(14.513)	(3.970.979)	(3.740.231)	34.716	-	(3.936.263)	(3.740.231)
Ganhos e perdas em associadas																
Ganhos e perdas em associadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9.456	-	9.456
Outros resultados financeiros																
Outros resultados financeiros	(123.052)	(80.856)	(1.981)	11.410	187.772	(367.639)	3.084.829	40.027.369	(40)	(81)	3.147.528	39.590.203	(3.138.688)	(40.013.724)	8.840	(423.521)
Impostos sobre o rendimento																
Impostos sobre o rendimento	(900.372)	1.553.226	(5.994)	(5.296)	(915.628)	(99.572)	364.670	(29.099)	(8.732)	298.147	(1.466.056)	1.717.406	(230.923)	167.816	(1.696.979)	1.885.222
Resultado líquido consolidado do período	1.693.585	(3.620.564)	(1.312.558)	(1.370.213)	792.038	(122.608)	1.543.398	39.640.879	24.425	397.191	2.740.888	34.924.685	(2.382.009)	(40.396.859)	358.879	(5.472.174)
Atribuível a:																
Accionistas da empresa mãe	1.693.585	(3.620.564)	(1.312.558)	(1.370.213)	681.157	(177.329)	1.543.398	39.640.879	24.425	397.191	2.630.007	34.869.964	(2.385.839)	(40.396.015)	244.168	(5.526.045)
Minoritários	-	-	-	-	110.881	54.721	-	-	-	-	110.881	54.721	3.830	(850)	114.711	53.871
Activos:																
Imobilizado e Goodwill	839.021.134	722.683.734	6.506.854	2.009.916	62.129.147	64.600.136	641.175	238.756	1.596.311	1.645.999	909.894.621	791.178.541	457.022.294	457.417.114	1.366.916.915	1.248.595.655
Existências	19.051.241	25.495.084	842.788	1.389.740	5.635.738	1.852.245	-	-	-	-	25.529.767	28.737.069	-	-	25.529.767	28.737.069
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	436.509	1.097.695	907.494	907.494	1.074.936.051	1.128.586.264	-	-	1.077.562.079	1.131.873.478	(1.076.354.759)	(1.129.909.089)	1.207.320	1.964.389
Outros Activos não correntes	123.696.859	102.623.114	228.675	-	1.094.177	1.749.131	416.724.080	324.062.292	-	300.000	541.743.791	428.734.537	(417.792.056)	(325.458.655)	123.951.735	103.275.882
Outros activos correntes do segmento	310.566.237	284.471.361	9.736.008	8.934.556	42.563.336	33.226.709	121.876.980	99.737.705	73.645	772.711	484.816.206	427.143.042	(44.330.105)	(114.852.257)	440.486.101	312.290.785
Total Activos do segmento	1.293.617.496	1.136.555.318	17.750.834	13.431.907	112.329.892	102.335.715	1.614.178.286	1.552.625.017	1.669.956	2.718.710	3.039.546.464	2.807.666.667	(1.081.454.626)	(1.112.802.887)	1.958.091.838	1.694.863.780
Passivos:																
Passivos do segmento	834.752.615	800.209.294	18.505.719	15.602.692	57.894.145	46.806.407	443.192.371	345.056.232	1.487.359	1.782.175	1.355.832.209	1.209.456.800	(330.895.072)	(447.109.192)	1.024.937.137	762.347.608
Total Passivos do segmento	834.752.615	800.209.294	18.505.719	15.602.692	57.894.145	46.806.407	443.192.371	345.056.232	1.487.359	1.782.175	1.355.832.209	1.209.456.800	(330.895.072)	(447.109.192)	1.024.937.137	762.347.608
Aumentos de Imobilizado																
Aumentos de Imobilizado	21.785.088	35.380.923	148.752	103.770	456.213	22.494	107.261	12.718	-	714	22.497.314	35.520.619	(362.001)	(160.594)	22.135.313	35.360.025

Apesar da fusão ocorrida em 2007, entre os negócios de telecomunicações móveis e fixos, ao nível de algumas rubricas de balanço e da demonstração de resultados, o Conselho de Administração do Grupo continua a separar a análise dos negócios conforme segue:

	Rede Móvel		Rede Fixa e Internet		Eliminações		Telecomunicações	
	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08	Março 09	Março 08
Proveitos:								
Vendas e Prestações de serviços	146.815.099	151.569.381	64.259.807	75.198.420	(13.283.971)	(13.276.865)	197.790.935	213.490.936
Outros proveitos operacionais	8.721.304	10.187.427	(29.479)	649.643	(7.290.191)	(8.341.908)	1.401.634	2.495.162
Total de proveitos	155.536.403	161.756.808	64.230.328	75.848.063	(20.574.162)	(21.618.773)	199.192.569	215.986.098
Amortizações e depreciações	(29.028.556)	(28.962.815)	(9.909.193)	(8.014.575)	(13.160)	-	(38.950.909)	(36.977.390)
Resultado operacional do segmento	14.734.966	4.167.095	(9.271.251)	(5.495.779)	(129.049)	17.416	5.334.666	(1.311.268)
Activos:								
Imobilizado e Diferenças de consolidação	663.941.558	546.378.087	175.079.576	176.305.647	-	-	839.021.134	722.683.734
Existências	14.588.755	22.345.572	4.462.486	3.149.512	-	-	19.051.241	25.495.084
Investimentos financeiros	1.282.025	1.282.025	-	-	-	-	1.282.025	1.282.025
Aumentos de Imobilizado	13.653.510	28.635.896	7.779.719	6.745.027	351.859	-	21.785.088	35.380.923

Durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008, as vendas e prestações de serviços inter-segmentos foram como segue:

	2009				
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros
Telecomunicações	-	30.494	3.567.898	1.735.782	55.200
Multimédia	297.451	-	71.330	36.767	-
Sistemas de Informação	223.446	15.000	-	49.063	-
Actividades de Holding	11.920	900	16.154	-	-
Outros Sonaecom	352	-	-	348	-
Outros	197.257.766	7.366.005	36.266.829	898	-
	197.790.935	7.412.399	39.922.211	1.822.858	55.200

	2008				
	Telecomunicações	Multimédia	Sistemas de Informação	Actividades de Holding	Outros
Telecomunicações	-	-	10.053.324	1.570.091	55.200
Multimédia	481.304	-	52.839	41.294	8.391
Sistemas de Informação	167.014	10.270	-	34.456	-
Actividades de Holding	12.643	-	19.754	-	-
Outros Sonaecom	4.840	-	2.514	-	-
Outros	212.825.135	7.796.900	16.921.740	2.909	148.034
	213.490.936	7.807.170	27.050.171	1.648.750	211.625

26. Resultados por acção

Os resultados por acção, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado líquido consolidado do trimestre atribuível ao Grupo (positivo em 244.168 Euros em 2009 e negativo em 5.526.045 Euros em 2008) pelo número médio de acções existente durante os trimestres findos em 31 de Março de 2009 e 2008, deduzidas das acções próprias (360.256.121 em 2009 e 364.661.133 em 2008).

27. Planos de Incentivo de Médio Prazo

Em Junho de 2000, o Grupo Sonaecom implementou um sistema de incentivos em acções a colaboradores acima de determinado nível de função, que veio a assumir a forma de opções e acções da Sonaecom e acções da Sonae SGPS. O exercício dos direitos ocorre três anos após a sua atribuição, desde que o colaborador se mantenha na empresa durante esse período.

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2009, os planos em aberto da Sonaecom são os seguintes:



	Cotação na data de atribuição*	Período de Diferimento		31-Mar-09	
		Data de atribuição	Data de vencimento	Número agregado de participantes	Número de opções /acções
Acções Sonaecom					
Plano 2005	4,093	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-
Plano 2006	4,697	09-Mar-07	08-Mar-10	388	997.376
Plano 2007	2,447	10-Mar-08	09-Mar-11	401	1.862.543
Plano 2008	1,117	10-Mar-09	09-Mar-12	417	3.939.045
Acções Sonae SGPS					
Plano 2005	1,34	10-Mar-06	09-Mar-09	-	-
Plano 2006	1,68	09-Mar-07	08-Mar-10	6	153.968
Plano 2007	1,16	10-Mar-08	09-Mar-11	7	261.924
Plano 2008	0,51	10-Mar-09	09-Mar-12	7	554.299

* Cotação média do mês anterior à data de atribuição, para as acções Sonaecom e cotação mais baixa entre a cotação média do mês anterior à data da Assembleia Geral de Accionistas e a cotação do dia seguinte à mesma, para as acções Sonae SGPS. Contudo, para os Planos 2006, as cotações usadas corresponderam a : Sonaecom - cotação média entre os dias 3 e Março e 5 de Abril de 2007; Sonae SGPS - cotação média entre os dias 13 de Fevereiro e 26 de Março de 2007. A excepção deve-se à data em que terminou a Oferta Pública de Aquisição sobre a PT e foi aprovada pela Comissão de Nomeação e Remuneração. Para o Plano 2008, nas acções Sonae SGPS, a cotação corresponde à cotação de 25 Março de 2009, uma vez que a Assembleia Geral de Accionistas se realizará a 20 Abril de 2009.

Durante o trimestre findo em 31 de Março de 2009, os movimentos ocorridos ao abrigo dos planos indicados detalham-se da seguinte forma:

	Acções Sonaecom		Acções Sonae SGPS	
	Número agregado de participantes	Número de acções	Número agregado de participantes	Número de acções
Saldo a 31.12.2008				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.146	3.709.121	25	563.816
Total	1.146	3.709.121	25	563.816
Movimentos no ano				
Atribuídas	417	3.939.045	7	554.299
Vencidas	(356)	(836.716)	(12)	(147.924)
Canceladas/Extintas/ Corrigidas*	(1)	(12.486)	-	-
Saldo a 31.03.2009				
Exercíveis	-	-	-	-
Ainda diferidas	1.206	6.798.964	20	970.191
Total	1.206	6.798.964	20	970.191

* As correcções são efectuadas em função do dividendo pago e pelas alterações ao capital social.

Durante o período findo em 31 de Março de 2009, o Conselho de Administração da Sonaecom alterou a forma de liquidação dos seus planos de acções Sonaecom, que eram liquidados em numerário, passando a ser liquidados em acções.

Para os planos de acções Sonaecom, S.G.P.S., S.A., a responsabilidade é calculada com base na cotação à data de 2 Janeiro de 2009, data a partir da qual vigora a alteração da forma de liquidação dos planos, com excepção do plano atribuído em 2009, cuja responsabilidade é calculada com base na respectiva data de atribuição. A responsabilidade de tais planos é de 1.393.362 Euros e foi registada na rubrica 'Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo'. Para os planos de acções Sonae SGPS, o Grupo celebrou contratos de cobertura com entidades externas, sendo a responsabilidade calculada com base no preço acordado e registada nas rubricas de 'Outros passivos correntes' e



'Outros passivos não correntes', com excepção do plano atribuído em 2009, que não está coberto e cuja responsabilidade é calculada com base na cotação à data de balanço.

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício das mesmas. Os custos reconhecidos em anos anteriores e no trimestre findo em 31 de Março de 2009, são como se segue:

	Valor
Custos reconhecidos em exercícios anteriores	21.246.968
Custos reconhecidos no período	511.332
Custo do plano da subsidiária Exit (saída do consolidado)	(8.882)
Custo de planos exercidos em anos anteriores	(18.927.624)
Custos dos planos exercidos no período	(1.108.106)
Total de custos dos Planos	1.713.688
Registados em Outros passivos correntes	203.687
Registados em Outros passivos não correntes	116.639
Registado em Reservas	1.393.362

28. Outros Assuntos

(i) Em 31 de Março de 2009, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37.139.253 Euros e 29.913.608 Euros, respectivamente, assim como saldos de 'Outros activos correntes' no valor de 411.649 Euros, e de 'Outros passivos correntes' no valor de 6.856.200 Euros, que resultam de um diferendo mantido, essencialmente, com a TMN-Telecomunicações Móveis, S.A. relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A Empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Em Primeira Instância a sentença foi totalmente favorável à Optimus. O Tribunal da Relação, em sede de recurso, julgou novamente improcedente os intentos da TMN. Contudo, a TMN voltou a recorrer desta decisão, agora para o Supremo Tribunal de Justiça.

(ii) Em processo arbitral, que opôs a Maxistar aos restantes accionistas da Sonaecom – Serviços de Comunicações, S.A. (na altura, Optimus) - por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, a Maxistar foi condenada a pagar aos outros accionistas da Optimus a importância total de 2.344.350 Euros, a que acrescem juros de mora até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A Maxistar propôs uma acção de anulação da decisão do tribunal a qual foi julgada improcedente na primeira instância. Dessa decisão, a Maxistar apresentou recurso para o Tribunal da Relação de Lisboa.

De forma a executar a dívida da Maxistar, e depois de terem manifestado a sua preferência pelo pagamento da importância devida, alguns accionistas propuseram uma acção executiva. Ainda antes de ter terminado a acção de anulação da decisão do tribunal arbitral, por forma a obviar ao prosseguimento da acção executiva, a Maxistar pagou a esses accionistas a quantia de 4.068.048 Euros (capital mais juros), tendo cabido à Sonaecom o valor de 2.183.899 Euros.

O tribunal da relação de Lisboa julgou integralmente improcedente o recurso de apelação apresentado pela Maxistar, confirmando a sentença recorrida.

A Maxistar apresentou recurso para o supremo Tribunal de Justiça, o qual julgou improcedente o recurso de revista interposto pela Maxistar, confirmando de novo a sentença recorrida, aguardando-se o trânsito em julgado. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 30 de Abril de 2009.



ANEXO

A 31 de Março de 2009, as partes relacionadas do Grupo Sonaecom são como segue:

Pessoal chave gerência	
Álvaro Carmona e Costa Portela	Gervais Pellissier
Álvaro Cuervo Garcia	Jean François Pontal
Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério	Luís Filipe Campos Dias Castro Reis
António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier	Luís Filipe Palmeira Lampreia
António de Sampaio e Mello	Maria Cláudia Teixeira de Azevedo
Belmiro de Azevedo	Michel Marie Bon
David Hobley	Miguel Nuno Santos Almeida
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão
Franck Emmanuel Dangeard	Nuno Miguel Teixeira Azevedo
George Christopher Lawrie	Pedro Miguel Freitas Ramalho Carlos

Empresas do Grupo Sonae/Efanor	
3DO Holding GmbH	Bikini, Portal de Mulheres,S.A.
3DO Shopping Centre GmbH	Bloco Q-Sociedade Imobiliária,S.A.
3shoppings - Holding,SGPS, S.A.	Bloco W-Sociedade Imobiliária,S.A.
Aegean Park,S.A.	Boavista Shopping Centre BV
Agepan Eiweiler Management GmbH	BOM MOMENTO - Comércio Retalista, SA
Agepan Flooring Products, S.A.RL	Boulangier España, SL
Agepan Tarket Laminate Park GmbH Co. KG	Box Lines Navegação,S.A.
Aglom Investimentos, Sgps, S.A.	Campo Limpo, Lda
Aglom-Soc.Ind.Madeiras e Aglom.,S.A.	Canasta-Empreendimentos Imobiliários,S.A.
Águas Furtadas - Imobiliária, S.A.	Carnes do Continente-Ind.Distr.Carnes,S.A.
Airone - Shopping Center, Srl	CarPlus – Comércio de Automóveis, S.A.
ALEXA Administration GmbH	Casa Agrícola de Ambrães, S.A.
ALEXA Holding GmbH	Casa Agrícola João e A. Pombo, S.A.
ALEXA Shopping Centre GmbH	Casa da Ribeira - Hotelaria e Turismo,S.A.
Alexa Site GmbH & Co. KG	Cascaishopping- Centro Comercial, S.A.
Algarveshopping- Centro Comercial, S.A.	Cascaishopping Holding I, SGPS, S.A.
Andar - Sociedade Imobiliária, S.A.	Centro Colombo- Centro Comercial, S.A.
Aqualuz - Turismo e Lazer, Lda	Centro Residencial da Maia,Urban.,S.A.
Aquapraia - Investimentos Turísticos,S.A.	Centro Vasco da Gama-Centro Comercial,S.A.
Arat inmebles, S.A.	Change, SGPS, S.A.
Arrábidashopping- Centro Comercial, S.A.	Chão Verde-Soc.Gestora Imobiliária,S.A.
Aserraderos de Cuellar,S.A.	Choice Car - Comércio de Automóveis, S.A.
Atlantic Ferries-Tráf.Loc,Flu.e Marít,S.A.	Choice Car SGPS, S.A.
Avenida M-40 B.V.	Cia.de Industrias e Negócios,S.A.
Avenida M-40,S.A.	Cinclus Imobiliária,S.A.
Azulino Imobiliária, S.A.	Citorres-Sociedade Imobiliária,S.A.
BB Food Service, SA	Clérigoshopping- Gestão do C.Comerc.,S.A.
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A.	Coimbrashopping- Centro Comercial, S.A.
Best Offer-Prest. Inf. p/Internet,S.A.	Colombo Towers Holding, BV



<p>Contacto Concessões, SGPS, S.A. Contibomba-Comérc.Distr.Combustíveis,S.A. Contimobe-Imobil.Castelo Paiva,S.A. Continente Hipermercados, S.A. Contry Club da Maia-Imobiliária,S.A. Craiova Mall BV Cronosaúde - Gestão Hospitalar, S.A. Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. Darbo S.A.S Developpement & Partenariat Assurances, S.A. Difusão-Sociedade Imobiliária,S.A. Distrifin-Comercio y Prest.Servicios,S.A. DMJB, SGPS, S.A. Dortmund Tower GmbH Dos Mares - Shopping Centre B.V. Dos Mares-Shopping Centre, S.A. Ecociclo - Energia e Ambiente, S.A. Ecociclo II - Energias, S.A. Edições Book.it, S.A. Edifícios Saudáveis Consultores, S.A. Efanor Investimentos, SGPS, S.A. Efanor Serviços de Apoio à Gestão, S.A. Efanor-Design e Serviços,S.A. Efanor-Indústria de Fios,S.A. El Rosal Shopping, S.A. Empreend.Imob.Quinta da Azenha,S.A. Equador & Mendes,Lda Espimaia -Sociedade Imobiliária,S.A. Estação Oriente-Gest.de Galerias Com.,S.A. Estação Viana- Centro Comercial, S.A. Estêvão Neves-Hipermercados Madeira,S.A. Etablissement A. Mathe, S.A. Euro Decorative Boards,Ltd Euromegantic,Lteé Euroresinas-Indústrias Químicas,S.A. Farmácia Selecção, SA Finlog - Aluguer e Comércio de Automóveis, S.A. Fozimo-Sociedade Imobiliária,S.A. Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. Freccia Rossa- Shopping Centre S.r.l. Friengineering International Ltda Fundo de Invest. Imobiliário Imosede Fundo Invest.Imob.Shopp. Parque D.Pedro</p>	<p>Gaiashopping I- Centro Comercial, S.A. Gaiashopping II- Centro Comercial, S.A. Geotur- Viagens e Turismo, S.A. GHP GmbH Gli Orsi Shopping Centre 1 Srl Global S-Hipermercado,Lda Glunz AG Glunz Service GmbH Glunz UK Holdings Ltd Glunz Uka GmbH Golf Time-Golfe e Invest. Turísticos, S.A. GOOD AND CHEAP - Comércio Retalhista, SA Guerin – Rent a Car (Dois), Lda. Guimarãesshopping- Centro Comercial, S.A. HIPOTÉTICA - Comércio Retalhista, SA Hornitex Polska Sp z.o.o Iberian Assets, S.A. IGI-Investimento Imobiliário,S.A. Igimo-Sociedade Imobiliária,S.A. Iginha-Sociedade Imobiliária,S.A. Imoareia - Invest. Turísticos, SGPS, S.A. Imobiliária da Cacela, S.A. Imoclub-Serviços Imobiliários,S.A. Imoconti- Soc.Imobiliária,S.A. Imodivor - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoestrutura-Soc.Imobiliária,S.A. Imoferro-Soc.Imobiliária,S.A. Imohotel-Emp.Turist.Imobiliários,S.A. Imomuro-Sociedade Imobiliária,S.A. Imopenínsula - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoplamac Gestão de Imóveis,S.A. Imoponte-Soc.Imobiliária,S.A. Imoresort - Sociedade Imobiliária, S.A. Imoresultado-Soc.Imobiliária,S.A. Imosedas-Imobiliária e Seviços,S.A. Imosistema-Sociedade Imobiliária,S.A. Imosonae II Impaper Europe GmbH & Co. KG Implantação - Imobiliária, S.A. Infocfield-Informática,S.A. Inparsi - Gestão Galeria Comercial, S.A. Inparvi SGPS, S.A. Insulatroia - Sociedade Imobiliária, S.A.</p>
---	--



<p> Integrum-Edifícios Sustentáveis,SA Integrum-Serviços Partilhados,S.A. Interclean, S.A. Interlog-SGPS,S.A. Inventory-Acessórios de Casa,S.A. Investalentejo, SGPS, S.A. Invsaude - Gestão Hospitalar, S.A. Ipaper-Industria Papeis Impregnados,S.A. ISF - Imobiliário, Serviços e Participaç Isoroy SAS JUST SPORT - Comércio Art. Desporto, SA KLC Holdings XII SA La Farga - Shopping Center, SL Larissa Develop. Of Shopping Centers, S.A. Lazam Corretora, Ltda. Le Terrazze - Shopping Centre S.r.l. Lembo Services Ltd (Euro) Libra Serviços, Lda. Lidergraf - Artes Gráficas, Lda. Lima Retail Park, S.A. Loureshopping- Centro Comercial, S.A. Luso Assistência - Gestão de Acidentes, S.A. Luz del Tajo - Centro Comercial S.A. Luz del Tajo B.V. Madeirashopping- Centro Comercial, S.A. Maiashopping- Centro Comercial, S.A. Maiequipa-Gestão Florestal,S.A. Marcas do Mundo-Viag. e Turismo Unip,Lda Marcas MC, ZRT Marimo -Exploração Hoteleira Imobiliária Marina de Tróia S.A. Marinamagic-Expl.Cent.Lúdicos Marít,Lda Marmagno-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Martimope - Sociedade Imobiliária, S.A. Marvero-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. MC Property Management S.A. MDS Corretor de Seguros, S.A. Mediterranean Cosmos Shop. Centre Investments, S.A. Megantic BV MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A. Modalfa-Comércio e Serviços,S.A. MODALLOOP - Vestuário e Calçado, SA Modelo - Dist.de Mat. de Construção,S.A. </p>	<p> Modelo Cont. Seguros-Soc. De Mediação, Lda Modelo Continente - Oper.Retalho SGPS,S.A. Modelo Continente Hipermercados,S.A. Modelo Continente, SGPS,S.A. Modelo Hiper Imobiliária,S.A. Modelo Hipermercados Trading, S.A. Modelo.com-Vendas p/Correspond.,S.A. Monselice Centre Srl Movelpartes-Comp.para Ind.Mobiliária,S.A. Movimento Viagens-Viag. e Turismo U.Lda Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A. NAB, Sociedade Imobiliária,S.A. NA-Comércio de Artigos de Desporto, S.A. NA-Equipamentos para o Lar, S.A. Norscut - Concessionária de Scut Interior Norte, S.A. Norte Shop. Retail and Leisure Centre BV Norteshopping-Centro Comercial, S.A. Nova Equador Internacional,Ag.Viag.T,Ld Nova Equador P.C.O. e Eventos Novobord (PTY) Ltd. Oeste Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A. Operscut - Operação e Manutenção de Auto- estradas, S.A. OSB Deustchland Gmbh Paracentro - Gest.de Galerias Com., S.A. Pareuro, BV Pargeste SGPS, S.A. Park Avenue Develop. of Shop. Centers S.A. Parque Atlântico Shopping - C.C., S.A. Parque D. Pedro 1 B.V. Parque D. Pedro 2 B.V. Parque de Famalicão - Empr. Imob., S.A. Parque Principado SL Partnergiro - Empreend. Turísticos, Lda Pátio Boavista Shopping Ltda. Pátio Campinas Shopping Ltda Pátio Goiânia Shopping Ltda Pátio Londrina Empreend. e Particip. Ltda Pátio Londrina Empreend.e Particip.Ltda Pátio Penha Shopping Ltda. Pátio São Bernardo Shopping Ltda Pátio Sertório Shopping Ltda Peixes do Continente-Ind.Dist.Peixes,S.A. PHARMACONTINENTE - Saúde e Higiene, S.A. </p>
--	---



<p>PJP - Equipamento de Refrigeração, Lda Plaza Eboli B.V. Plaza Eboli - Centro Comercial S.A. Plaza Mayor Holding, SGPS, S.A. Plaza Mayor Parque de Ócio B.V. Plaza Mayor Parque de Ocio,S.A. Plaza Mayor Shopping B.V. Plaza Mayor Shopping, S.A. Ploi Mall BV Ploiesti Shopping Center (Euro) Poliface Brasil, Ltda Poliface North America Porturbe-Edifícios e Urbanizações,S.A. Praedium II-Imobiliária,S.A. Praedium III-Serviços Imobiliários,S.A. Praedium SGPS, S.A. Predicomercial-Promoção Imobiliária,S.A. Prédios Privados Imobiliária,S.A. Predisedas-Predial das Sedas,S.A. Pridelease Investments, Ltd Profimetrics - Software Solutions, S.A. Proj. Sierra Germany 1 - Shop.C. GmbH Proj. Sierra Germany 4 (four)-Sh.C.GmbH Proj. Sierra Italy 2 - Dev.of Sh.C. Srl Proj.Sierra 1 - Shopping Centre GmbH Proj.Sierra Germany 2 (two)-Sh.C.GmbH Proj.Sierra Germany 3 (three)-Sh.C.GmbH Proj.Sierra Hold. Portugal V, SGPS,S.A. Proj.Sierra Italy 1 -Shop.Centre Srl Proj.Sierra Italy 2 -Dev. Of Sh.C.Srl Proj.Sierra Italy 3 - Shop. Centre Srl Proj.Sierra Portugal I- C.Comerc., S.A. Proj.Sierra Portugal II-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal III-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal IV-C.Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal V-C.Comercial,S.A. Proj.Sierra Portugal VI-C.Comercial,S.A. Proj.Sierra Portugal VII - C. Comerc.,S.A. Proj.Sierra Portugal VIII - C.Comerc.,S.A. Project 4, Srl Project SC 1 BV Project SC 2 BV Project Sierra 1 B.V.</p>	<p>Project Sierra 10 BV Project Sierra 2 B.V. Project Sierra 3 BV Project Sierra 4 BV Project Sierra 5 BV Project Sierra 6 BV Project Sierra 7 BV Project Sierra 8 BV Project Sierra 9 BV Project Sierra Brazil 1 B.V. Project Sierra Charagionis 1 S.A. Project Sierra Germany Shop. Center 1 BV Project Sierra Germany Shop. Center 2 BV Project Sierra Italy 5 Srl Project Sierra One Srl Project Sierra Spain 1 B.V. Project Sierra Spain 2 B.V. Project Sierra Spain 2-Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 3 B.V. Project Sierra Spain 3-Centro Comer. S.A. Project Sierra Spain 5 BV Project Sierra Spain 6 B.V. Project Sierra Spain 6-Centro Comer. SA Project Sierra Spain 7 B.V. Project Sierra Spain 7-Centro Comer. SA Project Sierra Three Srl Project Sierra Two Srl Promessa Sociedade Imobiliária, S.A. Prosa-Produtos e serviços agrícolas,S.A. Publmeios-Soc.Gestora Part. Finan.,S.A. Racionaliz. y Manufact.Florestales,S.A. RASO, SGPS, SA Resoflex-Mob.e Equipamentos Gestão,S.A. Resolução, SGPS, S.A. Rio Sul - Centro Comercial, S.A. River Plaza Mall, Srl Rochester Real Estate,Limited S. C. Setler Mina Srl S.C. Microcom Doi Srl Saúde Atlântica - Gestão Hospitalar, S.A. SC Aegean B.V. SC Insurance Risks Services, SGPS, S.A. SC Mediterraneum Cosmos B.V.</p>
---	--



<p>SC-Consultadoria, S.A. SC-Eng. e promoção imobiliária, SGPS, S.A. SCS Beheer, BV Selfrio, SGPS, S.A. Selfrio-Engenharia do Frio, S.A. Selifa-Empreendimentos Imobiliários, S.A. Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades , Lda Serra Shopping - Centro Comercial, S.A. Sesagest-Proj.Gestão Imobiliária, S.A. Sete e Meio - Invest. Consultadoria, S.A. Sete e Meio Herdades-Inv. Agr. e Tur., S.A. Shopping Centre Colombo Holding, BV Shopping Centre Parque Principado B.V. Shopping Penha B.V. Siaf-Soc.Iniciat.Aprov.Florestais, S.A. SIAL Participações Ltda Sic Indoor - Gestão de Suportes Publicitários, S.A. Sierra Asset Management Luxemburg, Sarl Sierra Asset Management-Gest. Activos, S.A. Sierra Brazil 1 B.V. Sierra Charagionis Develop.Sh. Centre S.A. Sierra Charagionis Propert.Management S.A. Sierra Corporate Services- Ap.Gestão, S.A. Sierra Corporate Services Holland, BV Sierra Develop.Iberia 1, Prom.Imob., S.A. Sierra Development Greece, S.A. Sierra Developments Germany GmbH Sierra Developments Germany Holding B.V. Sierra Developments Holding B.V. Sierra Developments Italy S.r.l. Sierra Developments Services Srl Sierra Developments Spain-Prom.C.Com.SL Sierra Developments, SGPS, S.A. Sierra Developments-Serv. Prom.Imob., S.A. Sierra Enplanta Ltda Sierra European R.R.E. Assets Hold. B.V. Sierra GP Limited Sierra Investimentos Brasil Ltda Sierra Investments (Holland) 1 B.V. Sierra Investments (Holland) 2 B.V. Sierra Investments Holding B.V. Sierra Investments SGPS, S.A. Sierra Italy Holding B.V.</p>	<p>Sierra Man.New Tech.Bus.-Serv.Comu.CC,S.A. Sierra Management Germany GmbH Sierra Management Hellas SA Sierra Management II-Gestão de C.C. S.A. Sierra Management Italy S.r.l. Sierra Management Portugal-Gest. CC,S.A. Sierra Management Spain-Gestión C.Com.S.A. Sierra Management, SGPS, S.A. Sierra Portugal Fund, Sarl Sierra Property Management, Srl SII - Soberana Invest. Imobiliários, S.A. SIRS - Sociedade Independente de Radiodifusão Sonora, S.A. Sistavac-Sist.Aquecimento,V.Ar C.,S.A. SKK-Central de Distr.,S.A. SKKFOR - Ser. For. e Desen. de Recursos SMP-Serv. de Manutenção Planeamento Soc.Inic.Aproveit.Florest.-Energias,S.A. Sociedade de Construções do Chile, S.A. Sociedade Imobiliária Troia - B3, S.A. Société de Tranchage Isoroy S.A.S. Société des Essences Fines Isoroy Société Industrielle et Financière Isoroy Socijofra-Sociedade Imobiliária,S.A. Sociloures-Soc.Imobiliária,S.A. Soconstrução BV Sodesa, S.A. Soflorin,BV Soira-Soc.Imobiliária de Ramalde,S.A. Sol Retail Park - Gestão G.Comerc., S.A. Solaris Supermercados, S.A. Solinca III-Desporto e S.A.úde,S.A. Solinca-Investimentos Turísticos,S.A. Solinfitness - Club Malaga, S.L. Soltroia-Imob.de Urb.Turismo de Tróia,S.A. Somit Imobiliária,S.A. Sonae Capital Brasil, Lda Sonae Capital,SGPS,S.A. Sonae Center Serviçoss, SA Sonae Financial Participations BV Sonae Ind., Prod. e Com.Deriv.Madeira,S.A. Sonae Indústria Brasil, Ltda Sonae Industria de Revestimentos,S.A. Sonae Indústria-SGPS,S.A. Sonae International, Ltd</p>
---	--



<p>Sonae Investments,BV Sonae Novobord (PTY) Ltd Sonae RE, S.A. Sonae Retalho Espana-Servicios Gen.,S.A. Sonae Serviços de Gestão, S.A. Sonae SGPS, S.A. Sonae Sierra Brasil Ltda Sonae Sierra Brazil B.V. Sonae Sierra, SGPS, S.A. Sonae Tafibra (UK),Ltd Sonae Tafibra Benelux, BV Sonae Turismo Gestão e Serviços,S.A. Sonae Turismo-SGPS,S.A. Sonae UK,Ltd. Sonaecenter Serviços, SA Sonaegest-Soc.Gest.Fundos Investimentos Sondis Imobiliária,S.A. Sontaria-Empreend.Imobiliários,S.A. Sontel Bv Sontur BV Sonvecap BV Sopair, S.A. Sótaqua - Soc. de Empreendimentos Turist Spanboard Products,Ltd Spinarq,S.A. Spinveste - Promoção Imobiliária, S.A. Spinveste-Gestão Imobiliária SGII,S.A. Sport Zone-Comércio Art.Desporto,S.A. SRP Development, SA SRP-Parque Comercial de Setúbal, S.A. Star-Viagens e Turismo,S.A. Tableros Tradema,S.L. Tafiber,Tableros de Fibras Ibéricas,SL Tafibras Participações, S.A. Tafisa Brasil, S.A. Tafisa Canadá Societé en Commandite Tafisa France, S.A. Tafisa UK,Ltd</p>	<p>Tafisa-Tableros de Fibras, S.A. Taiber,Tableros Aglomerados Ibéricos,SL Tarkett Agepan Laminate Flooring SCS Tavapan,S.A. Tecmasa Reciclados de Andalucia, SL Teconologias del Medio Ambiente,S.A. Textil do Marco,S.A. Tlantic Portugal-Sist. de Informação, SA Tlantic Sistemas de Informação Ltdª Todos os Dias-Com.Ret.Expl.C.Comer.,S.A. Tool GmbH Torre Colombo Ocidente-Imobiliária,S.A. Torre Colombo Oriente-Imobiliária,S.A. Torre São Gabriel-Imobiliária,S.A. TP - Sociedade Térmica, S.A. Troia Market, SA Troia Market-Supermercados, S.A. Tróia Natura, S.A. Troiaresort-Investimentos Turísticos, S.A. Troiaverde-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Tulipamar-Expl.Hoteleira Imob.,S.A. Unishopping Administradora Ltda. Unishopping Consultoria Imob. Ltda. Urbisedas-Imobiliária das Sedas,S.A. Valecenter Srl Valor N, S.A. Vastgoed One - Sociedade Imobiliária, S.A. Vastgoed Sun - Sociedade Imobiliária, S.A. Venda Aluga-Sociedade Imobiliária,S.A. Via Catarina- Centro Comercial, S.A. Viajens y Turismo de Geotur España, S.L Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. Vuelta Omega, S.L. WELL W - Electrodomésticos e Equip., SA World Trade Center Porto, S.A. Worten España, S.A. Worten-Equipamento para o Lar,S.A. Zubiarte Inversiones Inmob,S.A.</p>
---	--

Empresas do Grupo FT	
France Telecom, S.A.	Atlas Services Belgium, SA.



11. Demonstrações Financeiras Individuais

SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

BALANÇOS PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Março de 2009	Março de 2008	Dezembro de 2008
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Imobilizações corpóreas	595.712	173.714	582.567
Imobilizações incorpóreas	45.462	65.042	49.674
Investimentos em empresas do grupo	900.267.905	934.496.771	898.096.556
Outros activos não correntes	586.833.948	471.954.724	521.631.372
Total de activos não correntes	<u>1.487.743.027</u>	<u>1.406.690.251</u>	<u>1.420.360.169</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Outras dívidas de terceiros	87.289.300	8.804.007	90.091.502
Outros activos correntes	9.299.780	7.058.585	3.178.023
Caixa e equivalentes de caixa	11.975.745	84.173.919	50.098.913
Total de activos correntes	<u>108.564.825</u>	<u>100.036.511</u>	<u>143.368.438</u>
Total do activo	<u>1.596.307.852</u>	<u>1.506.726.762</u>	<u>1.563.728.607</u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital social	366.246.868	366.246.868	366.246.868
Ações próprias	(10.999.396)	(4.662.327)	(13.499.750)
Reservas	795.392.406	776.566.983	775.693.142
Resultado líquido do período	2.380.146	23.104.760	19.657.889
Total do capital próprio	<u>1.153.020.024</u>	<u>1.161.256.284</u>	<u>1.148.098.149</u>
PASSIVO:			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Empréstimos de longo prazo líquidos da parcela de curto prazo	416.744.254	330.244.218	381.509.261
Provisões para outros riscos e encargos	514.634	26.206	57.265
Outros passivos não correntes	95.057	10.522	326.483
Total de passivos não correntes	<u>417.353.945</u>	<u>330.280.946</u>	<u>381.893.009</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Empréstimos de curto prazo e outros empréstimos	20.021.938	12.454.224	30.784.090
Outras dívidas a terceiros	4.695.230	973.171	1.043.250
Outros passivos correntes	1.216.715	1.762.137	1.910.109
Total de passivos correntes	<u>25.933.883</u>	<u>15.189.532</u>	<u>33.737.449</u>
Total do passivo e capital próprio	<u>1.596.307.852</u>	<u>1.506.726.762</u>	<u>1.563.728.607</u>

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZA

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008 E

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Março de 2009</u>	<u>Março de 2008</u>	<u>Dezembro de 2008</u>
Prestações de serviços	1.828.380	1.651.607	7.031.999
Outros proveitos operacionais	(5.518)	18.838	38.852
	<u>1.822.862</u>	<u>1.670.445</u>	<u>7.070.851</u>
Fornecimentos e serviços externos	(712.708)	(686.481)	(3.588.815)
Custos com o pessoal	(1.196.676)	(1.367.395)	(4.392.499)
Amortizações e depreciações	(33.128)	(23.565)	(115.562)
Provisões e perdas de imparidade	(450.000)	(2.500)	(3.701)
Outros custos operacionais	(8.353)	(14.141)	(104.222)
	<u>(2.400.865)</u>	<u>(2.094.082)</u>	<u>(8.204.799)</u>
Ganhos e perdas em investimentos em empresas do grupo	3.480.000	21.414.813	11.141.093
Outros custos financeiros	(4.196.700)	(4.512.115)	(20.616.916)
Outros proveitos financeiros	3.310.518	6.654.797	30.387.026
Resultados correntes	2.015.815	23.133.858	19.777.255
Imposto sobre o rendimento	364.331	(29.098)	(119.366)
Resultado líquido do período	2.380.146	23.104.760	19.657.889
Resultados por acção			
Incluindo operações em descontinuação			
Básicos	0,01	0,06	0,05
Diluídos	0,01	0,06	0,05
Excluindo operações em descontinuação			
Básicos	0,01	0,06	0,05
Diluídos	0,01	0,06	0,05

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL

PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Março de 2009</u>	<u>Março de 2008</u>
Resultado líquido do período	2.380.146	23.104.760
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto:		
Aumento/(diminuição) do justo valor dos instrumentos financeiros de cobertura	105.575	(171.764)
Entrega de ações próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	(132.822)	(2.202.106)
Reconhecimento nos capital próprio das responsabilidades associadas aos Planos de Incentivos de Médio Prazo	185.023	137.730
Efeito do reconhecimento de contratos com liquidação em ações	(116.401)	-
Componentes de outro rendimento integral do período, líquido de imposto	<u>41.375</u>	<u>(2.236.140)</u>
Rendimento integral do período	2.421.521	20.868.620

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



SONAECOM, S.G.P.S., S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2009 E 2008

(Montantes expressos em Euros)

		2009									
		Reservas									
Capital Social	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total	
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	366.246.868	(13.499.750)	775.290.377	1.002.287	-	13.499.750	(307.068)	(13.792.204)	775.693.142	19.657.889	1.148.098.149
Aplicação do resultado líquido de 2008	-	-	-	982.894	-	-	-	18.674.995	19.657.889	(19.657.889)	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2009	-	-	-	-	185.023	-	105.575	(249.223)	41.375	2.380.146	2.421.521
Aquisição de acções próprias	-	(1.283.692)	-	-	-	1.283.692	-	(1.283.692)	-	-	(1.283.692)
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	3.784.046	-	-	-	(3.784.046)	-	3.784.046	-	-	3.784.046
Saldo em 31 de Março 2009	366.246.868	(10.999.996)	775.290.377	1.985.181	185.023	10.999.396	(201.493)	7.133.922	795.392.406	2.380.146	1.153.020.024
		2008									
		Reservas									
Capital Social	Acções próprias	Prémios de emissão de acções	Reserva legal	Reservas para Planos de Incentivo de Médio Prazo	Reservas de acções próprias	Reservas de cobertura	Outras reservas	Total de reservas	Resultado líquido	Total	
Saldo em 31 de Dezembro de 2007	366.246.868	(8.938.165)	775.290.377	1.002.287	304.296	8.938.165	412.910	8.189.905	794.137.940	(15.334.817)	1.136.111.826
Aplicação do resultado líquido de 2007	-	-	-	-	-	-	-	(15.334.817)	(15.334.817)	15.334.817	-
Rendimento integral do período findo em 31 de Março de 2008	-	-	-	-	137.730	-	(171.764)	(2.202.106)	(2.236.140)	23.104.760	20.868.620
Entrega de acções próprias no âmbito dos Planos de Incentivos de Médio Prazo	-	4.275.838	-	-	-	(4.275.838)	-	4.275.838	-	-	4.275.838
Saldo em 31 de Março 2008	366.246.868	(4.662.327)	775.290.377	1.002.287	442.026	4.662.327	241.146	(5.071.180)	776.586.983	23.104.760	1.161.256.284

ADVERTÊNCIAS

Este documento pode conter informações e indicações futuras, baseadas em expectativas actuais ou em opiniões da gestão. Indicações futuras são indicações que não são factos históricos.

Estas indicações futuras estão sujeitas a um conjunto de factores e de incertezas que poderão fazer com que os resultados reais difiram materialmente daqueles mencionados como indicações futuras, incluindo, mas não limitados, a alterações na regulação, do sector das telecomunicações, condições económicas e alterações da concorrência. Indicações futuras podem ser identificados por palavras tais como “acredita”, “espera”, “antecipa”, “projecta”, “pretende”, “procura”, “estima”, “futuro” ou expressões semelhantes.

Embora estas indicações reflectam as nossas expectativas actuais, as quais acreditamos serem razoáveis, os investidores e analistas e, em geral, todos os utilizadores deste documento, são advertidos de que as informações e indicações futuras estão sujeitas a vários riscos e incertezas, muitos dos quais difíceis de antecipar e para além do nosso controlo, e que poderão fazer com que os resultados e os desenvolvimentos difiram materialmente daqueles mencionados em, ou subentendidos, ou projectados pelas informações e indicações futuras. Todos são advertidos a não dar uma inapropriada importância às informações e indicações futuras. Não assumimos nenhuma obrigação de actualizar qualquer informação ou indicação futura.

Relatório disponível no site institucional da Sonaecom
www.sonae.com

Contactos para os media e investidores

Isabel Borgas
Responsável pelas Relações Públicas
isabel.borgas@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 20

António Castro
Responsável pelas Relações com Investidores
antonio.gcastro@sonae.com
Tel: +351 93 100 20 99